

Reúne no próximo sábado a Conferência Nacional

Um Partido de futuro

A Conferência Nacional sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do PCP culmina, no próximo sábado, a ampla discussão levada a cabo nas organizações do Partido em torno do Projecto de Resolução Política apresentado pelo Comité Central.

Págs. 5 e 29

Pesca em perigo

Quanto vale um peixe?



As pescas portuguesas continuam em perigo. A proposta de revisão da Política Comum de Pescas é uma verdadeira declaração de guerra ao sector português. O «Avante!» foi conhecê-lo melhor. Os jornalistas Isabel Araújo Branco, Gustavo Carneiro e Jorge Caria foram ao mar, em Sesimbra, e falaram com pescadores.

Págs. 15 a 18

Em todo o País

Dia Nacional de luta

Paralisações, concentrações e manifestações estão convocadas para hoje pela CGTP. Uma jornada de luta de todos os sectores. Em Lisboa, a concentração é no Rossio, às 15 horas.

Pág. 19

Israel

Muro da iniquidade

Em nome da segurança, Israel está a construir um muro electrificado em torno dos territórios palestinianos. «Esta muralha é um acto de racismo sionista e de *apartheid*», diz Arafat.

Pág. 20

Cimeira de Sevilha

Alvo de contestação

Chefes de Estado e de Governo da UE iniciam amanhã nova cimeira, em ambiente de forte contestação, onde avultam a greve geral convocada para hoje e as manifestações do próximo sábado.

Pág. 13

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nábais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44.90 euros
25 números: 4 600\$00
23.00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114.75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164.60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Greve dos trabalhadores da Carris

Resumo

12 Quarta-feira

O Tribunal Constitucional declara inconstitucional um documento do Governo Regional da Madeira que, em vigor desde 1978, obriga a comunicação social madeirense à publicação integral das «notas oficiais» do governo insular ● A Amnistia Internacional acusa a UE de querer conduzir uma «guerra total» à imigração e apela aos Quinze para que expressem na cimeira europeia de Sevilha o seu «compromisso a favor do direito de asilo» ● Milhões de cubanos saem à rua para apoiar o socialismo e protestar contra as ameaças do presidente dos EUA ● O bairro de Marvila vence o concurso das Marchas Populares de Lisboa.

13 Quinta-feira

Miguel Vital, dirigente do Sindicato da Função Pública do Norte, acusa a ministra das Finanças de «incompetência» na forma como tem lidado com o número de trabalhadores precários na administração pública ● Yasser Arafat anuncia em Ramallah que vai fixar «nos próximos dias» por decreto a data das eleições municipais, legislativas e presidenciais ● O exército israelita prende 13 polícias palestinianos e um responsável da Fatah durante a incursão em Tubas, Cisjordânia ● A assembleia tradicional afegã, a Loya Jirga, elege por maioria Hamid Karzai, chefe do governo interino afegão, para presidente da nova administração provisória que vai governar o Afeganistão nos próximos dois anos.

14 Sexta-feira

A proposta de lei que extingue o Rendimento Mínimo Garantido é aprovada com os votos da maioria PSD/CDS-PP ● A Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul promove uma vigília na Trafaria, Almada, em protesto contra a falta de acessos e transportes públicos na freguesia ● O Conselho de Segurança da ONU debate a crise no Médio Oriente, mas não adopta qualquer resolução ou declaração no que respeita ao conflito entre palestinianos e israelitas ● A selecção portuguesa é afastada do Mundial de Futebol de 2002, ao perder com a Coreia do Sul por 1-0.

15 Sábado

À margem do 4.º Congresso da União de Sindicatos do Algarve, Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, acusa o Governo de criar uma «autêntica cultura do saque» ao permitir a «impunidade face à Lei dos ricos e poderosos», em matéria fiscal ● Dezenas de milhar de pessoas manifestam-se em Bilbao, Espanha, contra a eventual interdição da formação independentista

basca Batasuna ● Tropas israelitas invadem a cidade autónoma cisjordana de Jenin ● Aviões de guerra americanos e britânicos bombardeiam instalações civis na localidade de Amara, 250 quilómetros a Sueste de Bagdad ● Fidel Castro convoca um referendo popular para os eleitores cubanos se pronunciarem sobre uma emenda à Constituição destinada a consagrar o carácter «intocável» do regime socialista

16 Domingo

Carlos Carvalhas afirma em Viana do Alentejo que a Conferência Nacional do PCP se destina a dinamizar a vida do partido e a aprofundar as questões da democracia interna ● O Sindicato Têxtil da Beira Baixa exige que o Ministério da Justiça crie um novo juízo no Tribunal Judicial da Covilhã, «que se dedique exclusivamente» a processos de falência e de recuperação de empresas ● Cerca de 30 pessoas são presas, no decorrer de uma manifestação contra a globalização, que juntou algumas centenas de pessoas nas ruas de Halifax (Canadá), onde se reuniam os ministros das Finanças dos países do G-7 ● As urnas abrem em França para a segunda volta das eleições legislativas ● Xanana Gusmão chega à Austrália para iniciar a sua primeira visita oficial ao país vizinho.

17 Segunda-feira

Os trabalhadores das Lojas do Cidadão e dos Serviços de Identificação Civil entram em greve protestando contra a situação laboral precária em que se encontram ● Os operários alemães da construção civil entram em greve; em causa estão aumentos salariais na ordem dos 4,5 por cento ● Mais de 7,4 milhões de cubanos subscrevem a proposta de reforma constitucional apresentada por Fidel Castro ● A direita francesa vence as eleições com uma maioria de 405 deputados em 577.

18 Terça-feira

Os trabalhadores da Carris fazem a 14.ª greve do ano, após o fracasso de uma reunião mantida entre sindicatos e a administração da empresa sobre a reabertura do processo negocial ● A proposta de alteração da lei de televisão, declarada inconstitucional, é apreciada em conferência de líderes, devendo o presidente da Assembleia da República agendá-la para discussão a 3 de Julho ● O comité central da FRELIMO elege Armando Guebuza, com 95,2 por cento dos votos, para o cargo de secretário-geral do partido ● O presidente egípcio, Hosni Mubarak, afirma que o muro defensivo que está a ser construído na «Linha Verde» entre a Cisjordânia e o território israelita não irá garantir a segurança ao Estado hebraico.

Aconteceu

O fim do sonho

Portugal foi sexta-feira eliminado do Mundial de Futebol. No jogo decisivo, frente à Coreia do Sul, a selecção portuguesa perdeu por 1-0.

Nuno Gomes desperdiçou uma excelente oportunidade de golo e Sérgio Conceição fez um grande remate que acabou na trave. Se, por um lado, a sorte não esteve com os «Tugas», por outro lado, o seu desempenho também ficou muito abaixo

do demonstrado no jogo frente à Polónia, onde quatro golos fizeram renascer a esperança na continuidade no Mundial.

No outro desafio do grupo D, o de Portugal, a Polónia bateu os Estados Unidos da América por 3-1. Com este resultado, bastaria um empate à selecção portuguesa para se manter em prova. Coreia do Sul e EUA passaram aos oitavos-de-final da competição.



Exames nacionais

Cerca de 137 mil alunos inscreveram-se para os exames nacionais do Ensino Secundário, cuja primeira fase se iniciou segunda-feira e termina a 22 de Julho. Ao todo deverão realizar-se 491 643 provas que permitem aos alunos não só concluir o Ensino Secundário como também

acceder ao Ensino Superior.

Constituída por duas chamadas, a 1.ª fase dos exames nacionais arrancou com as provas de Português A (em que estão inscritos mais de 18 mil alunos) e B (quase 67 mil alunos) e Literatura Portuguesa, seguindo-se a 18 de Junho as de Geologia, Geografia,

Sociologia e Desenho Técnico e Construção Civil.

A primeira chamada da primeira fase dos exames termina a 9 de Julho com a realização das provas de Introdução ao Direito e Teoria do Design. Uma segunda chamada está agendada para 10 de Julho e prolonga-se até dia 22 do mesmo mês.



Combate à desertificação

Mais de um terço de Portugal ostenta fortes sinais de desertificação, sendo o País do Sul da Europa onde a degradação do solo, o abandono da agricultura e a falta de população apresenta índices mais preocupantes, divulgou segunda-feira a Quercus, naquele que foi o Dia Mundial do Combate à Desertificação.

Com vista a combater este flagelo, foi aprovada em 17 de Junho 1994 a Convenção Internacional de Combate à Desertificação, posteriormente ratificada pelo

nosso País. Entretanto, Portugal aprovou em 1999 o seu Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação. Na prática, só agora se irão lançar projectos piloto em 4 zonas do interior: Aribas do Douro, Pinhel interior sul, margem esquerda do Guadiana e serra algarvia.

A desertificação é hoje em dia um dos grandes problemas ambientais do nosso Planeta, afectando mais de 1000 milhões de habitantes em mais de uma centena de países.

Sampaio devolve diploma sobre RTP

O Presidente da República, Jorge Sampaio, devolveu segunda-feira à Assembleia da República o diploma do Governo que retirava o poder de veto do Conselho de Opinião da RTP sobre a nomeação de administração da empresa. O Tribunal Constitucional deu razão às dúvidas suscitadas pelo chefe de Estado sobre a constitucionalidade das alterações propostas pelo Executivo.



A norma declarada inconstitucional retirava o poder de veto do Conselho de Opinião da RTP, sem indicar alternativas que assegurassem a garantia de independência da televisão pública face ao governo e à administração.

A Assembleia da República terá de expurgar a norma em causa ou confirmá-la com a votação favorável de uma maioria de dois terços.

Bancos suíços processados

Um advogado norte-americano entregou segunda-feira no Tribunal de Nova Iorque uma acção judicial contra dois grandes bancos da Suíça, que acusa de terem feito lucros com vítimas do regime de «apartheid» na África do Sul.

A queixa será coordenada pelo advogado sul-africano de defesa dos Direitos Humanos Dumisa Ntsebeza.

O jurista norte-americano Ed Fagan, que desempenhou um papel importante nas indemnizações que os bancos suíços

pagaram aos sobreviventes do Holocausto, escusou-se a especificar os montantes pedidos no processo. Contudo, o jornal suíço «SonntagsZeitung» noticiou que os bancos «UBS» e «Credit Suisse» são alvo de um pedido de indemnização de 60 mil milhões de euros.

Os bancos são acusados de terem tirado partido de empréstimos ao governo da minoria branca sul-africana durante o regime do «apartheid» e enquanto vigorava o embargo das Nações Unidas.

Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Avanço da direita e abstenção em França

É incontornável. Cresce a abstenção eleitoral por toda a Europa. A abstenção nas últimas eleições francesas constitui um recorde naquele país. Os cidadãos não se sentem impelidos a ir votar porque naturalmente entendem que o seu voto não conta, caso contrário votariam. E essa conclusão é retirada de muitas constatações, sendo porventura dominante aquela que os faz pensar que as coisas não mudam sejam quais forem os partidos que governam. Com efeito a França, apesar de ser governada por uma coligação de diversos partidos de esquerda, não empreendeu medidas suficientes que constituíssem sinais claramente distintos das medidas preconizadas pela direita. Aceitou os critérios monetaristas de Bruxelas. Não se opôs à política de guerra nos Balcãs e no Afeganistão. O mesmo sucedeu dentro da maioria dos países da União Europeia que não obstante serem governados por partidos socialistas e social-democratas a sua política não foi suficientemente diferente para merecer de novo a confiança dos eleitores. A crise política resulta, pois, do facto das populações não sentirem diferenças entre as políticas e daí a sua abstenção. Que interessa votar se tudo continua na mesma? Quais são os grandes temas de discussão que mobilizem as opiniões públicas? A impotência decorre dessa falta de confiança na mudança. Ao longo dos últimos tempos tantas têm sido as promessas

Campanhas eleitorais são cada vez mais redutoras em termos de debate de ideias

sempre incumpridas que os cidadãos se manifestam pela abstenção ou até pela entrega do seu voto a partidos da extrema-direita na França, Áustria, Itália, Bélgica, Holanda.

As próprias campanhas eleitorais são cada vez mais redutoras em termos de debate de ideias e tendem a aparecer aos cidadãos como uma luta pelo poder entre dois «pólos» que se batem em ganhar o centro, deixando de lado as opções que possam desempenhar o carácter de uma alternativa.

O que se passou em França é nesta perspectiva mais grave porque naquele país a bipolarização entre dois partidos não era tão acentuada como noutros países europeus. É que os resultados são maus para o PCF, aliás na sequência de outros anteriores. A redução da influência dos comunistas nestas circunstâncias é sempre muito negativa, independentemente das orientações político-ideológicas de cada partido. O avanço impetuoso da direita em toda a Europa vai trazer consequências nefastas para os trabalhadores e todas as forças de esquerda, sobretudo tendo em linha de conta o poderio do EUA que está por detrás desta vaga. Se a política dos socialistas tem sido a de se identificar com esta visão neoliberal, e se é essa política é a que sucessivamente tem sido derrotada, a conclusão só deveria ser mudar para a esquerda. Para isso é decisivo que os partidos comunistas contem, que sejam capazes de, mantendo o seu ideal, serem também capazes de aparecer ao eleitorado de esquerda como uma força indispensável para a real alternativa a esta globalização que faz dos ricos ainda mais ricos, alargando de um modo demolidor o imenso mundo dos mais pobres.

No fundo o cidadão, não descortinando grandes diferenças entre os partidos vencedores, tende a alhear-se do destino da sua República, permitindo assim aos de cima continuarem a governar como querem. Quanto maior for o campo de opções mais rica e atractiva é a democracia.

Num mundo dominado pelo peso desestabilizador dos EUA é importante que à esquerda os comunistas continuem a pesar e que os trabalhadores e os povos sintam a importância desse peso.

No momento histórico em que o capitalismo dominante quer impor o seu pensamento único a todos os níveis da actividade humana, a luta dos comunistas por uma alternativa de esquerda tem de ser melhor explicada para ser melhor compreendida e apoiada. É a coragem de manter o ideal, aliada à de uma melhor compreensão do tempo que vivemos que permitirá mostrar aos povos o quanto os comunistas são insubstituíveis, alargando assim o campo das grandes opções e reforçando igualmente a própria democracia.

Editorial

O PARTIDO E A CONFERÊNCIA

Durante mais de um mês, milhares de militantes do Partido debateram – em reuniões, plenários, debates temáticos – o Projecto de Resolução Política para a Conferência Nacional. Esse foi um contributo decisivo para o enriquecimento do documento em debate – ele próprio já elaborado, pelo Comité Central do Partido, na sequência do amplo debate partidário realizado após as eleições legislativas.

Já aqui se disse que a prática de democracia participada existente no PCP – única no quadro partidário nacional – não tem o destaque mediático dado aos festivais de *solistas* que dominam a vida político-partidária no nosso país. Ou, quando o tem, é para ser apresentada como *coisa velha, ultrapassada, fora de uso – antidemocrática*, até, quando posta em confronto pelos *media* dominantes com a democracia não participada dos outros partidos, essa sim, apresentada como *nova, actual, cheia de modernidade... recheada de democraticidade*.

Já aqui se disse, igualmente, e mais uma vez se reafirma, que a prática de democracia participada que caracteriza a vida interna do PCP – e da qual, muito justamente, o colectivo partidário se

Não surpreende, por isso, que a comunicação social dominante – propriedade dos grandes grupos económicos e financeiros, sublinhe-se uma vez mais – tome partido, incense e abra o seu espaço e o seu tempo a essas opiniões individuais. Como não surpreendem as rajadas de disparos mediáticos contra a opinião colectiva (fruto da participação democrática, insista-se), denegrindo-a, achincalhando-a, ofendendo-a.

Sempre assim foi e assim continuará a ser enquanto o conceito de democracia dominante for feito à medida dos interesses dos grandes e dos poderosos.

A «Tribuna da Conferência», iniciada na edição do «Avante!» de 24 de Abril e que nesta edição encerra, constituiu uma vertente do debate colectivo travado em toda a organização partidária; constituiu, também ela, um espaço de debate onde militantes do Partido defenderam as suas opiniões, sem outras limitações que não fossem as do espaço disponível. Infelizmente, não nos foi possível publicar a totalidade das cartas enviadas: publicámos cento e cinquenta e quatro textos e várias dezenas de outros ficaram por publicar. O critério de ordem de publicação foi o da data de entrada dos respectivos textos na Redacção, sem preocupação de saber quem assinava cada texto chegado e qual o seu conteúdo. Nem de outra forma poderia ser, como sabe o colectivo partidário – e só não sabe quem opte por trilhar os caminhos da manipulação e mistificação odiosas.

Vale a pena sublinhar, e sublinha-se, que o «Avante!» interveio na preparação da Conferência na sua condição de **Órgão Central do Partido Comunista Português**, com todas as implicações, exigências e responsabilidade que isso comporta – implicações, exigências e responsabilidade que continuarão presentes depois da Conferência Nacional. E no futuro.

No próximo sábado, os delegados à Conferência discutirão e votarão a Resolução Política. Desta Resolução e da Resolução Política aprovada no XVI Congresso, em Dezembro de 2000, emergem orientações e linhas de acção cuja aplicação é indispensável para dar resposta aos problemas que hoje se colocam ao Partido. Orientações e acção que se traduzem, para o colectivo partidário, num vasto e importante conjunto de tarefas organizativas, interventivas, ideológicas, políticas. Tarefas que exigem a participação militante do maior número possível de camaradas; tarefas cuja execução é fundamental para alcançarmos o objectivo de reforçar o Partido e a sua influência social, eleitoral e política; tarefas que exigem a unidade e coesão do Partido e a conjugação de esforços e forças de todos os que, justamente preocupados com as dificuldades e insuficiências existentes, estão disponíveis para dar o seu contributo no sentido da superação dessas dificuldades e insuficiências; tarefas para levar à prática no quadro do Partido, da sua vida democrática interna – que pode e deve ser enriquecida; dos seus objectivos imediatos – que se integram na sua luta por uma sociedade liberta de todas as formas de opressão e exploração; no quadro, enfim, da condição revolucionária do PCP.

“Milhares de militantes comunistas debateram o Projecto de Resolução Política”

orgulha – está muito longe de esgotar as potencialidades de participação militante e, mais longe ainda, da perfeição – pelo que deverá ser todos os dias melhorada e enriquecida, cabendo aos militantes comunistas – a cada um e a todos – a tarefa de, com a sua intervenção activa e empenhada, contribuir para esse objectivo.

Os milhares de militantes do Partido que – dando, livremente, as suas opiniões, concordando ou discordando do Projecto de Resolução Política, fazendo as suas propostas – estiveram presentes no debate preparatório da Conferência, mostraram uma vez mais a actualidade, a modernidade, a importância determinante da participação democrática na vida do Partido. Os que – auto-excluindo-se do debate, rejeitando o espaço aberto e amplo do colectivo partidário – optaram por uma intervenção à margem do funcionamento democrático do Partido em nada contribuíram para o enriquecimento da democracia participada. Bem pelo contrário: tal opção traduz-se, de facto, na rejeição do valor da opinião colectiva (síntese da multiplicidade de opiniões individuais) e na sublimação da opinião individual *qualificada* (proprietária de todo o saber e de toda a verdade e que exclui ou menoriza a opinião colectiva) – tal opção traduz-se, de facto, na negação do valor do conteúdo participativo na vida democrática interna do Partido.

Actual

Camarada

• José Casanova



Camarada é uma palavra bonita. Sempre. E assume particular beleza e significado quando utilizada pelos militantes comunistas.

O camarada é o companheiro de luta – da luta de todos os dias à qual dá o conteúdo de futuro, transformador e revolucionário que está na razão da existência de qualquer partido comunista; o camarada é aquele que, na base de uma específica e concreta opção política, ideológica, de classe, tomou partido – e que sabe que o seu lugar é o do seu partido, que a sua ideologia é a da classe pela qual optou; o camarada é aquele com cujo apoio solidário contamos em todos os momentos – seja qual for o ponto da trincheira que ocupemos e sejam quais forem as dificuldades e os perigos com que deparamos; o camarada é aquele que nos ajuda a superar as falhas e os erros individuais – criticando-nos com uma severidade do tamanho da fraternidade contida nessa crítica; o camarada é aquele que, olhando à sua volta, não vê espe-

lhos...: vê o colectivo – e sabe que, sem ter perdido a sua individualidade, integra uma outra, nova e criativa individualidade; o camarada é aquele que, vendo a sua opinião minoritária ou isolada, mas julgando-a certa, não desiste de lutar por ela – e que trava essa luta no espaço exacto em que ela deve ser travada: o espaço democrático, amplo, fraterno e solidário, da camaradagem; o camarada é aquele que, tão naturalmente como respira, faz da fraternidade um caminho, uma maneira de ser e de estar – e que, por isso mesmo, não necessita de a apregoar e jamais a invoca em vão; o camarada é aquele que olhamos nos olhos sabendo, de antemão, que lá iremos encontrar solicitude, camaradagem, lealdade – e sabemos que esse olhar é uma fonte de força revolucionária; o camarada é aquele a cuja porta não necessitamos de bater – porque a sabemos sempre aberta à camaradagem; o camarada é aquele que jamais hesita entre o amigo e o inimi-

go – seja qual for a situação, seja qual for o erro cometido pelo amigo, seja qual for a razão do inimigo; o camarada é o que traz consigo, sempre, a palavra amiga, a voz fraterna, o sorriso solidário – e que sabe que a amizade, a fraternidade, a solidariedade, são valores humanos intrínsecos ao ideal comunista; o camarada é aquele que é revolucionário – e que não desiste de o ser mesmo que todos os dias lhe digam que o tempo que vivemos é *coveiro das revoluções*.

Camarada é uma palavra bonita – é uma palavra colectiva: *é tu, eu, nós: é o Partido. O nosso. O Partido Comunista Português.*

Os adversários não existem?

• Leandro Martins

Dir-se-ia não poder haver nada de mais actual, embora já em rescaldo, do que falar daquilo que pareceu preocupar **todos os portugueses**. Referimo-nos, pois claro, ao Mundial de Futebol, onde as «nossas esperanças» foram por água abaixo. E começámos este texto com os devidos cuidados, que é como dizer, com as inevitáveis dúvidas. É que, embora não se pudesse abrir – nem hoje ainda isso é possível – qualquer canal de televisão nacional sem ter de gramar com o desgosto da derrota, duvidamos que **todos os portugueses** partilhem assim tão profunda e ruidosamente a amargura do falhanço ou partilhassem antes a esperança da vitória.

Apesar da actualidade – assim fabricada pelos *media* em moda – não vamos aqui escrever sobre os oitavos de final, nem sobre a derrota infligida pelos Estados Unidos nem sobre a vitória frente à Polónia nem sobre o último jogo em que a selecção defrontou a Coreia do Sul e aviou as malas de regresso à Pátria. Não escreveremos sobre a sobrançeria do seleccionador, que assinava ser fácil passar de bestas a bestiais depois de os «tugas» terem vencido os polacos; nem sobre as peripécias de uma agressão ao

árbitro quando um jogador discordou de uma decisão; nem sobre um major que garante ao País não ter havido agressão porque conhece o futebolista «desde pequenino».

Do que falamos, por ser actual desde há um rol de tempo, é do mau perder e do orgulho que isso parece dar. Com desgosto – muito maior que a eventual amargura de uma derrota – assistimos em vários canais de TV a um espectáculo facínora e degradante. Afinal o mesmo que poderíamos ter visto em alguns outros países da mesma grande família ocidental e cristã: na Rússia, que a derrocada do socialismo transportou miraculosamente para o Ocidente «livre», houve revolta e vandalismo; na França, copioso choro e insultos aos antes adorados jogadores. Aqui, o palavrão impôs-se, alardeado pelos órgãos de comunicação. Porque perderam, já não prestam. Que se demitam. Passando estes «valores», tão abundantemente promovidos no «desporto», para o campo da «política», vêm à memória aqueles políticos de trazer por casa que, também eles, excomungam as direcções que perdem nas eleições. Como se, no jogo e na política, não houvesse que ter em conta os adversários. E os inimigos.



Segredos para consumo público

• Anabela Fino

A notícia apareceu no *Washington Post* de domingo: no início do ano, o presidente dos EUA, George W. Bush, deu ordens à CIA para elaborar um plano para derrubar Saddam Hussein. A avaliar pela abundância de pormenores revelados pelo *Post* sobre uma matéria supostamente secreta, é de admitir que nos últimos meses a CIA tenha aviado o grosso da sua encomenda, teoricamente falando, e que é chegada a hora de preparar o terreno para a acção.

Diz-nos o presumivelmente bem informado *Post* que Bush autorizou os seus serviços secretos a utilizarem os seguintes métodos: «Aumento do apoio a grupos de oposição iraquianos e a forças dentro e fora do Iraque, incluindo dinheiro, armas, equipamento, treino e informações; aumento dos esforços para recolha de informações no gover-

no, instituições militares, serviços de segurança e população iraquianos, onde foram detectadas bolsas de sentimentos intensos anti-Saddam; possível utilização de equipas da CIA e das Forças Especiais, semelhantes às que foram utilizadas com sucesso no Afeganistão depois dos ataques de 11 de Setembro. Essas forças estariam autorizadas a matar Hussein em legítima defesa».

A maior dificuldade para o sucesso da acção, segundo os especialistas do costume que bebem directamente na fonte as suas informações, parece residir no facto de a CIA se considerar incapaz para se desembrulhar sozinha da missão, enquanto o Pentágono afirma precisar de 200 mil a 250 mil homens para invadir o Iraque.

Tudo isto apareceu em letra de imprensa, preto no branco, sem que pelos

vistos os especialistas do costume tivessem considerado necessário tecer qualquer comentário sobre o assunto.

Bush determinou e mandou publicar, logo publicou-se, para ir preparando a opinião pública para a próxima *tempestade do deserto*.

Bush decretou que quem não for a favor dos EUA é contra os EUA, logo os comentadores encartados meteram a crítica no saco e os governantes da maioria dos países passaram a achar que o silêncio é de ouro.

Invadir um país e matar civis para derrubar um governo tornou-se uma coisa normal quando decidida pelos EUA. Tão normal como mandar matar um presidente que deixou de servir os interesses norte-americanos, custe isso o que custar em termos materiais e humanos.

A indignação, a revolta, a ira que uma tal política legitimamente suscita nos povos do mundo não tem espaço nos jornais nem tempo de antena nas rádios e televisões. O silêncio é tamanho que se torna ensurdecedor. E chama-se a isto democracia!



Frases

“Ilegal – verdadeiramente ilegal – é haver patrões que não pagam à Segurança Social. Ilegal é ter pessoas a trabalhar que querem pagar os seus impostos e não se aceitar que as suas situações sejam regularizadas, de forma a que os impostos possam ser pagos.”

(Elena Liachtchenko, presidente da Associação dos Imigrantes Eslovacos em Portugal, Público, 17.06.02)

“Contrariamente a outros países que pescam com barcos poderosíssimos, a nossa pesca é essencialmente artesanal, e 40% dos nossos barcos têm mais de vinte anos. Acabar com as ajudas públicas à sua renovação é condenar o sector a uma morte triste e inevitável.”

(Duarte Lima, Expresso, 15.06.02)

“Ainda agora começou o jogo e [o Governo] já está a distribuir sarrafadas de criar bicho, revelando grande falta de preparação física e psicológica. Como se isso não bastasse, passa o tempo a contestar as arbitragens e quer mudar as regras em pleno jogo.”

(Alfredo Barroso, idem)

“A imagem que a selecção de Portugal ontem deu ao mundo, com 11, com 10 ou com nove jogadores (e, sobretudo, com 11, na inqualificável primeira meia hora de jogo), foi a de um conjunto calculista, descrente do seu valor, receoso de se afirmar, fugindo a correr riscos, resignado à sua sorte.”

(José António Lima, idem)

“Embora com uma certa relutância, as responsabilidades do fiasco [no Mundial de Futebol] acabaram por ser atribuídas a quem evidentemente pertenciam: à Federação Portuguesa de Futebol (e em particular ao sr. Madaíl), ao treinador Oliveira e ao fim, já visível, da “geração de ouro”. Não se procuraram desculpas, não se esticou o dedo trémulo a nenhum bode expiatório (...) Esta sobriedade não é vulgar nos portugueses quando discutem casos públicos.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 16.06.02)

“A chamada “geração de ouro” foi conduzida por um garimpeiro sem classe nem ambição.”

(António Matos, A Capital, 16.06.02)

“Geração de ouro, até à data, foi a de 1966.”

(Joaquim Letria, Record, 16.06.02)

“O presidente da FPF não pode estar sempre a vangloriar-se com as vitórias e a sacudir a água do capote nas derrotas.”

(Alfredo Barroso, idem)

“[Durão Barroso] está agora confrontado com um dilema terrível: “Será que os portugueses me vão exigir a taça do campeonato de bem governar?””

(João Maltez, A Capital, 15.06.02)

“Para a maioria dos imigrantes, este discurso e estas medidas são, sobretudo, pocira para olhos de uma opinião pública assustada. Alguns imigrantes apanhados a jeito serão deportados, enquanto no mesmo lapso de tempo entrarão no espaço europeu e também em Portugal muitos mais.”

(Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 14.06.02)

“Espantosas são as declarações de George W. Bush ao decretar que a Autoridade Palestiniana carece de autoridade e, para que um Estado palestino seja possível, será preciso primeiro arranjar um “governo credível”. O presidente americano declara isto no momento em que os tanques israelitas cercam Arafat em Ramallah.”

(Ruben de Carvalho, idem)



Conferência Nacional do PCP é no sábado

Reforçar o Partido

A Conferência Nacional sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do PCP culmina, no próximo sábado, a ampla discussão levada a cabo nas organizações do Partido em torno do projecto de Resolução Política apresentado pelo Comité Central.

Foi concluído, no passado fim-de-semana, o debate preparatório e a eleição dos delegados à Conferência Nacional.

Da discussão já verificada, que se pautou de forma generalizada pela seriedade e pelo respeito, resultaram já inúmeras propostas de alteração, sugestões de adendas, explicitação de ideias e conceitos a um documento que, à partida, não se pretendia acabado.

O debate pautou-se, em geral, pela seriedade e pelo respeito

De facto, como o Comité Central sublinhou, na sua reunião de 11 de Maio, o Projecto de Resolução Política - texto «aberto a alterações e reformulações» resultantes «da ponderação de críticas, sugestões e propostas de emendas» -, quer no

debate quer nas opções feitas quanto à sua estrutura e conteúdo, de forma alguma pretendeu «condicionar ou limitar a livre expressão de opi-

niões e pontos de vista» dos militantes.

Entretanto, a actuação de alguns membros do Partido, à margem da organização e ao arrepio dos Estatutos, dominou, em alguns casos, a discussão, designadamente os chamados «jantares da fraternidade» que, na opinião de várias organizações, serviram, contudo, para clarificar o «profundo desprezo» dos seus promotores pelo trabalho e a vontade de milhares de militantes e os verdadeiros objectivos que os norteiam: procurar impor, contra a decisão soberana de sucessivos Congressos, fracções organizadas dentro do Partido.

Superar deficiências

A maioria das organizações

analisou o Projecto de Resolução com bastante minúcia. Milhares de militantes integraram-se, de facto, no debate colectivo onde, num quadro de interrogações e opiniões diferenciadas, deram o seu contributo para o debate político e ideológico e a superação de deficiências no Partido, preparando-o para responder à ofensiva do actual Governo de direita contra os trabalhadores e o povo português. Cinco temas - O novo quadro político - perigos, desafios, linhas de acção; A influência eleitoral do PCP - uma séria preocupação; Orientação e acção políticas do PCP desde o XVI Congresso; Dinamizar e reforçar a iniciativa e a intervenção partidárias; PCP - Uma força com futuro - serviram de base à discussão dos comunistas.

Ainda na fase preparatória da Conferência, foi realizado um conjunto de debates temáticos, que teve em vista, como sublinhou o Comité Central, contribuir «para o aprofundamento do conhecimento da realidade nacional» e favorecer a reflexão de membros do partido sobre temas «tão importantes como a democracia e o regime democrático - participação popular, eleições e comunicação social; aspectos da realidade social portuguesa; os direitos dos trabalhadores e outros direitos sociais; defesa de conquistas civilizacionais e luta por novos direitos; sector público, serviços públicos e funções sociais do Estado; comunicação e luta das ideias - formas e meios de intervenção; o mundo no início do séc. XXI e as novas exigên-

cias que coloca à acção dos comunistas.»

O debate culmina, no sábado, no Pavilhão do Alto do Moinho, em Corroios, Seixal (sugestões de acesso na página 29). Aí, de acordo com a nota que antecede o Projecto de Resolução Política, o Comité Central prestará aos delegados à Conferência Nacional uma informação sobre os trabalhos e propostas da Comissão de Redacção, resultantes das propostas e opiniões recolhidas, e identificará «as propostas mais significativas cujo acolhimento não tenha proposto». Ontem, à hora do fecho da nossa edição, o Comité Central reunia para apreciação do Projecto de Resolução a apresentar, bem como outras questões da preparação da Conferência.

«Tribuna da Conferência»

Nesta edição, última antes da realização da Conferência Nacional do Partido, encerramos a «Tribuna da Conferência» (ver «Editorial»). Durante nove semanas, o «Avante!» dedicou quarenta e quatro páginas (mais de 15% do espaço total do jornal) à publicação de textos enviados por militantes do Partido. Foram publicados cento e cinquenta e quatro textos,

tendo ficado por publicar várias dezenas de outros por falta de espaço. Em alguns casos, a não publicação decorreu do facto de os textos enviados ultrapassarem largamente os limites de espaço definidos e de os seus autores terem entendido não os reduzir. Noutros casos, a não publicação deveu-se ao facto de se tratar de segundos, terceiros ou quartos textos e

de se ter dado justa, natural e democrática prioridade ao primeiro texto de cada camarada.

Os critérios de publicação - definidos por quem, num partido como o PCP, tem a responsabilidade, o direito e o dever de o fazer - foram cumpridos pela Redacção do nosso jornal, no natural respeito por todos os militantes que nos enviaram os seus contributos.

POMBAL

Assembleia elege Concelhia

A Organização do PCP no concelho do Pombal realizou, no passado dia 7 de Junho, uma Assembleia de Organização, tendo por objectivo eleger uma nova Comissão Concelhia e debater o Projecto de Resolução Política presente à Conferência Nacional.

A nova Comissão Concelhia, constituída por doze membros, residentes em cinco freguesias do concelho, elegeu, por sua vez, um órgão executivo composto por seis camaradas. No decurso da Assembleia, foram discutidos alguns aspectos da vida política e social em Pombal, designadamente o conflito que opõe o presidente da Câmara à PSP local, que, na opinião do PCP, «em nada dignifica» as respectivas instituições nem «os diferentes níveis de autoridade que cada um representa».

FAFE

Reforçar influência

Também no seguimento de reuniões preparatórias da Conferência Nacional, realizou-se, no domingo, na sede do PCP, em Fafe, a Assembleia Plenária das Organizações Concelhias de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto que elegeu por unanimidade os seus delegados à Conferência. Ao longo da reunião, que contou com a participação de António Lopes, da Comissão Política, várias intervenções apontaram a necessidade de, no novo quadro político, ser dada continuidade ao debate dentro do Partido, com vista ao reforço efectivo da organização e à melhoria da intervenção e influência do PCP.

AVEIRO

Credores da Câmara reúnem

A Comissão Concelhia de Aveiro do PCP promoveu, na segunda-feira, uma reunião com os credores não financeiros da Câmara Municipal, nomeadamente empresas, associações e outras instituições, para discutir algumas propostas a apresentar na reunião extraordinária da próxima Assembleia Municipal.

Prevista para mais cedo, a reunião acabou por se realizar só há três dias, pelo facto de o PCP ter esperado «até ao limite» que o Presidente da Câmara entregasse, nos termos e nos prazos legais, a relação actualizada dos compromissos assumidos e não pagos pela Câmara Municipal. O facto desta relação acabar por não ter sido entregue, obrigou o PCP a dirigir-se, por escrito, aos credores identificados na conta de gerência do ano passado.

ODIVELAS

Uma decisão injusta

O encerramento do ensino nocturno na Escola Secundária Braamcamp Freire, na Pontinha, prejudica cerca de 340 alunos, impedindo provavelmente o prosseguimento dos seus estudos. Para a Direcção Concelhia de Odivelas do PCP, a quem cabe a denúncia, é «extremamente injusto» impor uma mudança de escola a alunos que planearam as suas vidas de acordo com a existência daquela escola, tanto mais que se tratam de alunos com fracos recursos que, para prosseguirem a formação escolar, se viram obrigados a iniciar a sua vida laboral. «Lamentável» é, também, que uma escola que tem um bom leque de ofertas, boas condições e boas acessibilidades seja encerrada.

Considerando ser esta uma decisão que evidencia, mais uma vez, a opção política do Governo de ataque aos direitos de quem trabalha, o PCP vê, ainda, com preocupação o futuro de professores e auxiliares daquele estabelecimento de ensino, a quem manifesta a sua solidariedade.

AMADORA

Perdem os utentes

Com o serviço público, o País conheceu um desenvolvimento da ferrovia que, apesar de aquém das necessidades e possibilidades, permitiu que se atingisse uma mobilidade de mercadorias e pessoas com bom nível de qualidade, diz a Comissão Concelhia da Amadora do PCP a propósito da intenção do Governo de privatizar até 2006 todo o serviço público ferroviário.

Referindo o facto de terem sido os Governos do PS a iniciar a degradação da prestação do serviço público ferroviário, que agora o PSD pretende agravar, o PCP lembra que será através de cortes nas despesas e do aumento dos preços que os operadores privados vão tentar obter lucros, logo à custa dos utentes e da prestação de um bom serviço. Ora, ao contrário do que o actual Governo pretende, impõe-se é «redimensionar as áreas abrangidas pelo passe social e as suas coroas e criar a Autoridade Municipal de Transportes», conforme projectos já apresentados pelo PCP na Assembleia da República.

Comunistas preocupados com as consequências das medidas que o Governo tem vindo a tomar

Firmeza na luta

Nas reuniões para discussão do projecto de Resolução Política da Conferência Nacional, as organizações do Partido debruçaram-se, também, sobre a situação política e social das diferentes regiões, relativamente às quais destacaram algumas preocupações.

Os comunistas repudiam unanimemente as medidas tomadas pelo actual Governo na área da educação e da saúde, o aumento do IVA, o corte do crédito bonificado para aquisição de casa própria, os ataques à RTP e RDP e a intenção já expressa de privatizar alguns serviços públicos essenciais. Mas a estes medidas acrescentam outras, igualmente prejudiciais para os trabalhadores e o povo das suas regiões.

A Direcção da Sub-Região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, por exemplo, manifesta-se preocupada com o desemprego na região - em Março deste ano, havia mais 11 mil desempregados, muitos deles jovens sem perspectivas de trabalho na sua terra - e a sinistralidade laboral, particularmente nas pedreiras de Penafiel e Marco de

Canavezes e, ainda, com o facto de os concelhos da região apresentarem as mais altas taxas de abandono e insucesso escolares, para além dos baixos índices de formação e qualificação.

A organização de Idanha-a-Nova, por sua vez, considera que a instalação de portagens nas auto-estradas de acesso ao litoral (IP-2 e IP-6) vai aumentar «o isolamento e o esquecimento» do interior, penalizando fortemente a economia do concelho e a vida das suas gentes.

Aliás, também no distrito de Vila Real, os comunistas estão contra a intenção manifestada pelo ministro das Obras Públicas e Equipamento de aplicar o sistema de portagens na IP-3, devido ao «brutal ataque» que essa medida representaria para a região transmontana e duri-

ense. Exigem, por outro lado, que o Governo cumpra o calendário do plano de construção da IP-3 e A7 e o projecto de transformação da IP-4 em auto-estrada sem portagem, manifestando-se, ainda, pela especificidade da sua agricultura, contra a proposta de integração da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro na Direcção Regional de Agricultura do Norte.

Medidas preocupantes

Para a Direcção da Organização Regional de Évora, a política do Governo exige «determinação e firmeza na luta». «Determinação e firmeza», insiste, como as que a população demonstrou em defesa da RTP/Évora, do ensino público nas freguesias de Boa Fé e S. Sebastião da Giesteira ou contra a privatização do abastecimento de água às populações.

A extinção do Instituto de Navegabilidade do Douro e das delegações dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas de Bragança e Chaves e a reestruturação, «sem especificar como e por-

quê», da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro são, por outro lado, algumas das medidas do Governo que mais preocupam a Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP. Relativamente ao sector agrícola, concretamente ao Programa RURIS - Medidas Agro-Ambientais e Indemnizações Compensatórias, a DORT apoia, também, as críticas do Movimento dos Pequenos e Médios Agricultores da Região e a sua exigência ao Governo da aplicação ao concelho de Chaves da Medida dos Sistemas Policulturais Tradicionais e da alteração da Medida Pomares Tradicionais, no que concerne à densidade de árvores (soutos e amendoal).

Já a Comissão Concelhia de Belmonte, em nota à comunicação social, denuncia o «desastre social» que constitui para cerca de 500 famílias o encerramento das empresas de confecções Montebela e Libela (220 e 70 trabalhadores, respectivamente) e a redução de cerca de 200 postos de trabalho na Carveste, por ele responsabilizando, em parte, a política de «fechar os olhos» da autarquia, gerida ora pelo PS ora pelo PSD.

Crise nos Vinhos Verdes

Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, o deputado Honório Novo e João Pires, da DORP do PCP, encontraram-se, recentemente, com responsáveis das Adegas Cooperativas de Ponte da Barca, Ponte de Lima e Monção, com a Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga e com o presidente da Comissão de Vitivinicultura da Região dos Vinhos Verdes, que se mostraram preocupados com a grave crise que afecta a Região Demarcada dos Vinhos Verdes, designadamente com a falta de esco-

amento e baixos preços do vinho verde. Preocupações que, na opinião do PCP, contrastam com a «passividade e o silêncio» do actual Governo.

Para além da subida da taxa do IVA de 5 para 12%, ainda da responsabilidade do Governo PS, para a actual situação contribuam as políticas de sucessivos governos que permitiram importações sem qualquer controlo e não desencadearam um combate eficaz à fraude, permitindo que se continuasse a «martelar e comercializar como vinho uma denominada

«Mistura de Vinhos de Diferentes Países da Comunidade Europeia».

De facto, diz o PCP, sendo certo que o Governo do PS não tomou qualquer medida de saneamento do mercado de vinho nacional, é, também, «inaceitável» que com esta situação de «crise instalada», conhecida do Governo PSD/CDS, não tenham sido tomadas medidas concretas para uma «destilação da crise, susceptível de apoio comunitário».

Sabendo-se como são baixas as ajudas da Comunidade Europeia com este

objectivo, era necessário que o Orçamento de Estado português, à semelhança do que fizeram os estados frances e italiano, tivesse atribuído vultuosas verbas para regularizar o mercado vinícola.

Por seu lado, o PCP vai procurar chamar a atenção do Governo e da Comunidade Europeia para a situação e, concretamente, questionar e propor ao ministro da Agricultura, em reunião já solicitada para a Comissão da Agricultura da AR, uma rápida intervenção no mercado de vinho verde.

CAMARADAS FALECIDOS

Alexandre Gonçalves Duarte Neves

Faleceu, no dia 15 de Junho, com 66 anos de idade, o camarada Alexandre Gonçalves Duarte Neves. Natural de Dornelas do Zêzere, Pampilhosa da Serra, vivia há décadas em Aveiro, onde desempenhou a função de técnico do Serviço de Emprego. Camarada empenhado na actividade do Partido, era membro da Comissão Concelhia de Aveiro do PCP. Ao longo da sua vida, a par das tarefas mais simples, para as quais estava sempre disponível, desempenhou cargos de direcção no Sindicato da Função Pública da Zona Centro e foi eleito pelo PCP para a Assembleia de Freguesia de Vera Cruz, Aveiro.

João Baptista

Faleceu, no dia 29 de Maio, com 82 anos, o camarada João Baptista, natural de Montemor-o-Novo. Membro do Partido desde 1974, militava na organização da freguesia da Damaia, Amadora. Foi activista e delegado sindical, antes do 25 de Abril, no Sindicato dos Caixeiros de Lisboa e, depois, no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa. Participou no movimento fundador da Intersindical Nacional. Foi membro da organização do PCP dos Trabalhadores do Comércio e responsável pelas células de empresa do Sector. Foi activista do Movimento dos PME's e, depois de reformado, do Movimento dos Reformados - MURPI - e da Inter Reformados. Foi dirigente da

Associação de Reformados da Damaia e da Federação das Associações de Reformados da Amadora (FARPICA). Animador cultural neste Movimento, foi homenageado aos 80 anos pelo Município da Amadora.

Maria Clara Martins

Faleceu, no dia 16 de Junho, em Alvito, a camarada Maria Clara Martins, professora, de 40 anos de idade, natural de Gavião, no Alto Alentejo. A camarada era actualmente membro da Assembleia Municipal de Alvito, órgão de que foi presidente no mandato anterior. Fazia também parte da Comissão Concelhia de Alvito do PCP.

Pedro Nascimento Ricardo

Faleceu recentemente em Portimão, onde residia, o camarada Pedro Nascimento Ricardo, de 78 anos. Era operário reformado da construção civil. Membro do Partido desde a clandestinidade, fez parte do núcleo de distribuição do «Avante!» e de outros materiais de propaganda clandestina na zona de Chão das Donas, tendo sido preso pela Pide, em 1966, durante vários meses, juntamente com outros camaradas do Algarve.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do Avante! manifesta sentidas condolências.

ALPIARÇA

Ataque à democracia

Ao arripio das tradições democráticas do concelho, a Câmara Municipal de Alpiarça insiste em retirar os materiais de propaganda do PCP. Foram, primeiro, três painéis de informação, depois a estrutura de propaganda localizada na rotunda dos Patudos e, finalmente, o material que ainda restava colocado. A Comissão Concelhia de Alpiarça do PCP, convicta de que o povo do concelho repudia as atitudes prepotentes da Câmara, reafirma, entretanto, que irá continuar a defender no quotidiano a liberdade, a democracia e os seus direitos».

PORTO

Defender pescas

Uma delegação do PCP, integrando a eurodeputada Ilda Figueiredo e Belmiro Pereira, encontrou-se, na sexta-feira, com pescadores da sardinha em Matosinhos.

O PCP alertou os pescadores para os graves perigos decorrentes da nova política de pescas comunitárias - mais desemprego e piores condições de vida -, e para as suas consequências nos Estaleiros e Indústrias de Conservas. «Não nos criem mais dificuldades», foi, por sua vez, o sentimento expresso pelos pescadores ao PCP que, pela voz de Ilda Figueiredo, se comprometeu a defender as Pescas Nacionais e a lutar contra tais projectos e a recorrer ao direito de veto, se necessário for, para impedir que o Governo lhes ceda.

TORTOSENDO

Fecha posto da GNR

A decisão do Governo de fechar o posto da GNR do Tortosendo, sem ter assegurado uma alternativa, é «leviana e errada». Quem o diz é a Comissão de Freguesia de Tortosendo do PCP, que lembra o arrastamento, há décadas, de uma situação que «chegou ao intolerável, com profissionais sujeitos a condições desumanas».

Em Abril passado, na Assembleia Municipal da Covilhã, a CDU interrogou a Câmara sobre as razões por que o Plano de Actividades de 2002 não contemplava a construção do novo Quartel no Tortosendo, recebendo a resposta de que tudo se encontrava «sob controlo», até porque havia já terrenos para isso.

Estranhando, pois, a «surpresa» da Câmara e Junta de Freguesia face à recente decisão do Governo, o PCP informou já da situação o seu Grupo Parlamentar, para que os deputados comunistas interpelem o Governo e o obriguem a «arripiar caminho».

VILA FRANCA DE XIRA

PS e PSD

contra munícipes

A CDU votou contra a posição do PS e do PSD na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira de não levar a hasta pública de forma individualizada os 120 lotes que sobram dos 154 previstos no loteamento da Quinta da Maranhota. Ao adquirir esta Quinta, em 1981, diz a Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP, a Câmara pretendeu dotar a autarquia de um conjunto de lotes a atribuir a co-proprietários que não fossem contemplados com qualquer lote, quando da legalização da respectiva AUGI.

Contudo, a decisão agora tomada pelo PS e o PSD, impede que os munícipes possam adquirir um lote e construir a sua própria casa, favorecendo «os interesses das empresas e dos negócios imobiliários». Tanto mais, lembram, que «existem projectos tipo de habitação unifamiliar para cada tipologia de lote, elaborados pela Câmara Municipal.

Tarde e sobretudo mal

Nos últimos dias, voltaram novas insistências públicas daquelas opiniões (*) que, finalmente, conseguiram identificar e citar em concreto uma das tais «erradas orientações estratégicas» do XVI Congresso que teriam tido devastadoras consequências na acção política e resultados eleitorais posteriores do PCP.

Trata-se da tese segundo a qual o XVI Congresso teria alegadamente desvalorizado o perigo do regresso da direita ao poder e a sua capacidade de recuperação.

A este respeito, apenas três observações.

A primeira para reafirmar que a primeira vez que surgiu esta crítica concreta ao XVI Congresso (Dezembro de 2000) foi em artigo publicado no «Expresso» de 25 de Maio de 2002, ou seja quase 18 meses passados sobre esse Congresso. Mas há algo mais que tem de ser acrescentado, dadas as importantes responsabilidades que algumas das vozes que agora sustentam esta tese exerceram até ao XVI Congresso (e tiveram portanto especiais condições de tempo, participação, estudo, ponderação e intervenção em rela-

atam sem dúvida que seria politicamente mais transparente que os que as formulam se assumissem como tão alegadamente distraídos ou tão co-autores e co-responsáveis do suposto erro quanto a direcção do PCP que por isso criticam e responsabilizam.

A segunda observação tem subjacente a nossa ideia de que, por mais que pesquisemos, não vemos que diferenças significativas de orientações existam, nestas matérias, entre as que foram consagradas no XV Congresso (Dezembro de 1996) e no XVI Congresso (Dezembro de 2000) e ninguém até hoje praticou a caridade de nos ensinar onde elas estão.

E a esta luz, compreender-se-á que estranhemos que seja apenas no XVI Congresso que se concentre este tipo

de crítica, assim como seja na acção política posterior do PCP que se concentrem as correlacionadas acusações. Na verdade, parece estar esquecido que o PS não começou a governar em 1999 mas em 1995. E que o XV Congresso (1996) ocorreu um ano depois do 1.º Governo do PS se ter formado,

assim como, similarmente, o XVI Congresso (2000) ocorreu um ano depois da entrada em funções do 2.º Governo do PS. Ou seja, a crítica da «desvalorização» do perigo do eventual regresso da direita ao governo nas previstas eleições de 1999 deveria então ter sido também oportunamente dirigida ao XV Congresso e à acção política posterior do PCP até 1999. A não ser que os alvos de críticas desta natureza estejam dependentes, não de diferenças de orientação que aliás ninguém demonstra, mas apenas dos resultados eleitorais posteriormente verificados (em 1999, positivos para o PCP e derrota da direita; em 2002, muito negativos para o PCP e vitória da direita).

Desvalorização?

A terceira observação, e de longe a mais importante, é a de que rejeitamos a tese de que o XVI Congresso tenha desvalorizado o perigo da direita regressar ao poder, até porque as múltiplas referências à necessidade de pôr termo ao «rotativismo» e «alternância» entre PS e PSD significam precisamente a consciência e o aviso, radicados numa triste experiência, de que após cada gestão do PS se perfilar sempre o perigo do regresso da direita ao governo.

Independentemente disso, a verdade é que os autores desta crítica às orientações do XVI Congresso até hoje ainda não conseguiram explicitar que projecções concretas uma alegadamente contrária «não desvalorização» do perigo do regresso da direita ao governo deveria ter tido na acção política posterior do PCP.

Com efeito, tirando a obsessão coreográfica com «o reptó» ao PS (e, sob diversas formas, houve vários), nada vem sobre o que o PCP fez e não devia ter feito, sobre o que devia ter apoiado e não apoiou, sobre o que combateu e não devia ter combatido, sobre o que não aceitou e devia ter aceite. E quem, face a isto, se puser a conjecturar sobre o que os autores desta crítica realmente poderão pensar, arrisca-se a, na volta do correio, ser acusado de estar a fazer inqualificáveis processos de intenções.

Por nós, não iremos por aí. Lembraremos sim que o PCP combateu, na AR e fora dela, as propostas retrógradas da direita (que, não estando no Governo nem tendo maioria parlamentar, não tinha força para as aprovar). Mostrou em actos, convergências e votações a sua rejeição de uma política de «quanto pior, melhor». Combateu as frequentes alianças do PS com o PSD e o CDS que deram satisfação a importantes reivindicações da direita. E combateu eixos essenciais da política do PS, que estando no Governo e dispo de 115 deputados, era na época quem podia concretizar e impor ao país orientações e medidas injustas. E, com a perspectiva de uma política e de uma alternativa de esquerda, sempre pressionou para rectificações de fundo na política seguida pelo PS.

E, face a estas acusações de «desvalorização» pelo XVI Congresso do perigo da direita, queremos acreditar que não haja ninguém que seja capaz de sustentar que o PCP deveria ter adoptado, como linha condutora da sua acção, uma política de «do mal o menos» que o levasse, de cada vez que procurava mobilizar vontades e energias para travar o passo a orientações negativas ou medidas injustas do Governo do PS, a enfatizar que, se o PSD estivesse no Governo, essas orientações ou medidas, em certos domínios, ainda seriam piores. Porque esse era o papel e o argumento dignos do PS e para si convenientes, mas não o de um partido como o PCP que tinha a obrigação de sustentar as suas propostas e convicções e de lutar pelo «melhor», e não a de apoiar e ser cúmplice de um «pior» que estava na ordem do dia por causa de um «pessimismo» que podia vir a seguir e que, aliás, era esse «pior» que ia preparando e engordando.

(*) Face aos fingidos queixumes de quem detesta respostas ao que afirma, hoje, para variar, ao longo do texto não identificamos os autores das opiniões para que não venham dizer que se trata de algum «ataque pessoal». Só esperamos que, desta vez, não nos venham cobrar por o estilo «impessoal» corresponder «a meter todos no mesmo saco».



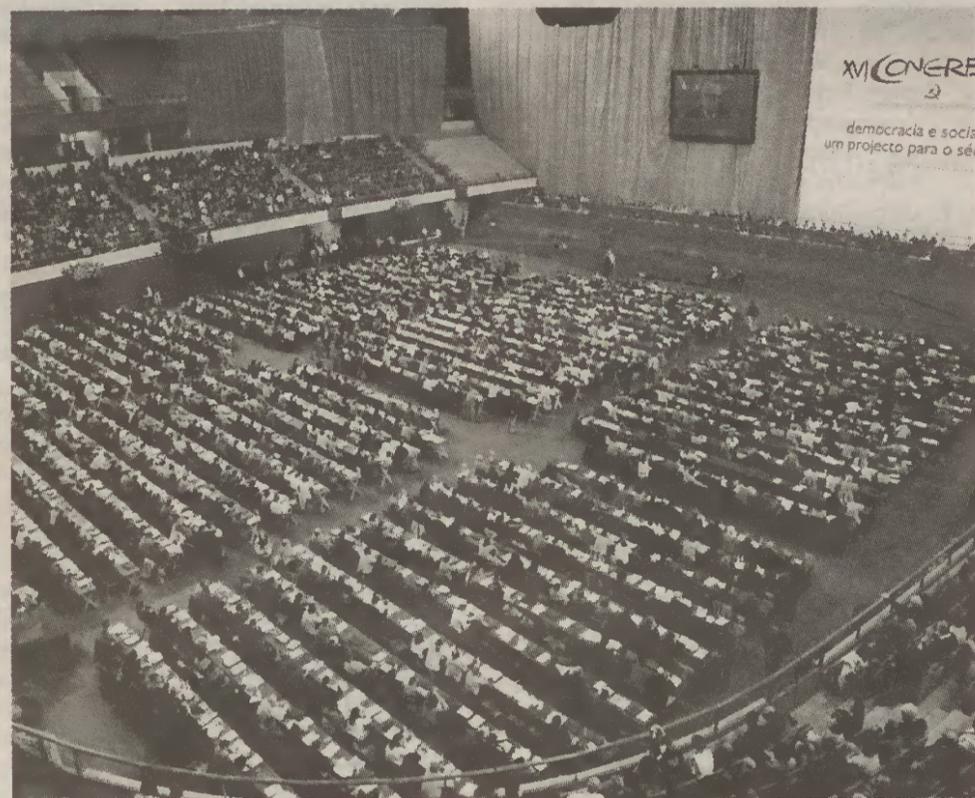
Vítor Dias
Membro da Comissão Política

“O PCP combateu, na AR e fora dela, as propostas retrógradadas da direita”

ção ao Projecto de Resolução Política do XVI Congresso).

É que esta crítica nunca foi referida por ninguém, em sede de preparação desse Congresso, em nenhum organismo executivo, em nenhuma reunião do Comité Central, na tribuna do «Avante!», nas críticas e propostas de emendas enviadas à Comissão de Redacção, nas intervenções no XVI Congresso, nem sequer em qualquer dos artigos de opinião posteriormente publicados por alguns membros do Partido durante o ano de 2001.

Como é evidente, estes factos só por si não atestam nada sobre o mérito ou demérito da tese ou sobre o acerto ou desacerto dessa crítica às orientações definidas pelo XVI Congresso. Mas



Imigração: A política da avestruz

● António Filipe

«**O** Governo sairá hoje daqui, aparentemente muito satisfeito, com a autorização legislativa que os senhores deputados do PS e do CDS-PP lhe concedem para alterar as leis da imigração. Mas não terá grandes razões de satisfação, porque pelo caminho que leva esta autorização, o problema da imigração ilegal não deixará de se agravar, e mais cedo do que tarde, teremos de o voltar a discutir nesta Câmara, perante o mais que previsível fracasso desta nova legislação.» Este parágrafo, é a transcrição exacta do que, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, afirmei na Assembleia da República em 29 de Julho de 2000 quando os deputados do PS e do CDS-PP juntaram os seus votos para aprovar a lei de imigração que criou as «autorizações de permanência», afirmando criar um enquadramento legal do fenómeno migratório capaz de romper com o sucessivo fracasso das leis anteriores. Ocorreu-me este excerto do debate, realizado ainda não há dois anos, precisamente a propósito da apresentação, pelo actual Governo, de uma Proposta de Autorização Legislativa para rever as leis da imigração que será discutida já no

Em 1993, num momento em que se lançavam em Portugal importantes obras públicas, como a EXPO 98, a nova ponte sobre o Tejo, ou enormes centros comerciais, o Governo PSD da altura fez aprovar uma lei de «portas fechadas» que inviabilizava na prática o acesso legal de trabalhadores estrangeiros a postos de trabalho existentes em Portugal. O resultado, sabemos hoje qual foi. A imigração ilegal aumentou terrivelmente. O nosso país tornou-se um alvo apetecido das redes de imigração clandestina e os trabalhadores que pretenderam fugir à miséria nos seus países de origem, ficaram sujeitos à falta de escrúpulos de muitos empreiteiros que exploraram (e exploram) a sua situação e das mafias que, sob ameaças de violência, lhes roubam parte substancial dos magríssimos salários.

A resposta do Governo PS, com o apoio do CDS-PP a esta situação insuportável, foi a falsa solução da criação das «autorizações de permanência», que passou a permitir aos imigrantes trabalhar em Portugal em condições legais mas com direitos reduzidos, sem autorização de residência, e com a precariedade laboral a ser extensiva a todos os aspectos da vida, na medida em que a perda de emprego equivale a possibilidade automática de expulsão.

Ainda nem passaram dois anos sobre esta legislação e o seu fracasso é já reconhecido pelo Governo, que se propõe acabar com as autorizações de permanência, mas que insiste em opções condenadas ao fracasso, como a da definição de «um limite máximo anual imperativo de entradas em território nacional de cidadãos estrangeiros», a qual, como é óbvio, não deixará de condenar à ilegalidade um número indeterminado de trabalhadores estrangeiros. Não se contesta a necessidade de disciplinar legalmente os fluxos migratórios tendo em conta as nossas possibilidades razoáveis de acolhimento. O que se contesta é que as políticas de imigração, em vez de dirigirem

mecanismos repressivos para as redes de imigração ilegal e para os patrões que exploram a ilegalidade dos imigrantes reduzindo-os quase à escravatura, insistam na repressão dos mais fracos, isto é, dos próprios trabalhadores imigrantes e das suas famílias. O que se contesta é que os Governos de Portugal (alinhando lamentavelmente com concepções xenófobas em voga na União Europeia) substituam o esforço de integração dos imigrantes e a garantia intransigente dos seus direitos sociais e laborais, por medidas de inspiração securitária que acabam por afectar, acima de tudo, não aqueles que mereciam se afectados, mas antes aqueles que deveriam ser credores de apoio e solidariedade. O que vai acontecer é que, mais uma vez, o Governo vai fazer de conta que ignora a realidade, escondendo a cabeça na areia, como a avestruz.



início do próximo mês de Julho e que, a ser aprovada, será a quarta versão de uma lei de estrangeiros publicada em Agosto de 1998. E, pelo que se conhece do seu conteúdo, poderá não ter melhor sorte que as anteriores. Esta instabilidade legislativa é sintomática do falhanço de todas as leis de estrangeiros publicadas desde 1993 por Governos do PSD e do PS, mas em ambos os casos com o apoio do CDS-PP, que têm insistido no erro crasso de pretender responder aos problemas da imigração ilegal com a acentuação de medidas repressivas visando em primeiro lugar os próprios imigrantes, tratando-os a todos como potenciais delinquentes, mas deixando na prática quase incólumes os sórdidos interesses que se escondem por detrás das redes de imigração clandestina e da exploração selvática e criminosa de muitos imigrantes ilegais.



Governo corta apoio solidário a milhares de portugueses desfavorecidos

Governo desfere golpe
no rendimento mínimo garantido

Contra os mais pobres

O rendimento mínimo garantido, prestação de forte alcance social orientada para o combate à pobreza e à exclusão, acaba de conhecer um forte revés.

Em debate na passada semana, uma proposta de lei sobre a matéria foi aprovada

Governo fecha as portas a muitos que sofrem a exclusão social

Designada por Rendimento Social de Inserção (RSI), a nova prestação apenas é acessível a maiores de 25 anos, ao contrário do RMG que podia ser atribuído a partir dos 18.

Dos cerca de 425 mil portugueses (cerca de 145 mil famílias) que em 2001 beneficiaram desta medida de apoio solidário, perto de 208 mil (48,9 por cento) tinham menos de 25 anos. O que significa que são exactamente estes, agora, salvo algumas excepções, que o Governo põe de fora desta prestação que veio conferir um novo direito social a milhares de portugueses desfavorecidos.

Cujo balanço em termos gerais é «largamente positivo», como sublinhou no debate Lino de Carvalho, lembrando a propósito que foi através do rendimento mínimo garantido - «expressão de uma nova consciência social e solidária, filha do Portugal de Abril», frisou - que muitas crianças voltaram aos bancos da escola, que «muitos homens e mulheres voltaram a ser cidadãos de primeira, que muitas famílias voltaram a sorrir».

Das críticas cerradas da bancada comunista às mexidas na Lei avançadas pelo Gover-

no. Que desvirtuam o sentido de uma medida dirigida não apenas a estabelecer um «apoio solidário» como simultaneamente a «abrir às vítimas da exclusão social

uma porta de entrada na vida activa». Assim a entendeu sempre o PCP, o primeiro partido, aliás, corria o ano de 1993, a avançar com uma iniciativa legislativa sobre esta matéria.

Invocado pelo Executivo foi o facto de, «volvidos quase cinco anos após a sua entrada em vigor», tal medida «não ter cumprido eficazmente os objectivos a que se propôs» em termos de inserção social. E afirmou mesmo que alguns casos sustentaram-se «comportamentos que são a causa» da pobreza, «criando desigualdades e fomentando injustiças». À colação trouxe também as chamadas «situações abusivas», bem como a «ineficácia dos mecanismos de controlo da aplicação do dispositivo».

Argumentos que não resistiram à réplica de Lino de Carvalho. Se há «situações abusivas», sustentou, cabe às entidades competentes combatê-las através do aumento da fiscalização e dos recursos materiais e humanos dos Centros Regionais de Segurança Social.

Quanto à própria dimensão da alegada fraude, observou,

basta dizer que o valor médio recebido por cada beneficiário foi em 2001 de 8488\$00 por mês. No que se refere à inserção social, por outro lado, há que dizer que, agora sim, com a sua proposta, o Governo dificulta os caminhos da integração. Porquê? Ao aumentar para os 25 anos a idade mínima para aceder à prestação, está a pôr à margem exactamente a faixa etária, à entrada na vida activa, que, tendo problemas de exclusão, muitas vezes da família, mais necessitam de um «mínimo de sobrevivência e de apoios que lhes permitam procurar caminhos de inserção na vida social e produtiva».

«Retirar este direito ao grupo dos jovens dos 18 aos 25 anos, para além de representar mais uma linha de ataque à juventude em que este Governo se tem distinguido, significa criar ainda mais condições para atirar milhares de jovens para os braços da exclusão, da toxicoddependência, da criminalidade», defendeu o parlamentar comunista.

Resulta claro, pois, em síntese, embora numa versão mais mitigada, que na matriz do diploma está presente a linha de pensamento de Paulo Portas na campanha eleitoral quando, clamando contra o RMG, falava em «subsídio à preguiça». Com isso, sem escrúpulos - foi ainda Lino de Carvalho a lembrá-lo -, «fomentando e instrumentalizando sentimentos e emoções de milhares de portugueses de fracos recursos económicos, designadamente dos pensionistas e idosos, contra os mais pobres e os mais desprotegidos».

Em causa lei da televisão Abrir o diálogo

Uma «derrota da estratégia política do Governo» e da ofensiva que tem vindo a desencadear contra a RTP, assim interpreta o Grupo Parlamentar do PCP a decisão do Tribunal Constitucional sobre a lei de televisão.

Num comentário ao parecer daquele órgão, que considerou inconstitucional as alterações introduzidas à lei de televisão, o líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, apelou ao Governo para que ponha fim «à ofensiva» contra a televisão pública e abra «espaço para o diálogo».

Congratulando-se com a posição do Tribunal Constitucional, Bernardino Soares sustentou que esta representa a «derrota da

estratégia política» que o Governo tem vindo a seguir para a televisão do Estado. E deixou claro que, no entender do PCP, tal decisão não cria «uma situação de impasse», porquanto, sublinhou, «existe uma lei em vigor e pode ser nomeado um novo conselho de administração».

Para o líder da bancada comunista importa agora «resolver a questão política». Daí o seu apelo ao Executivo para que revele abertura «para o diálogo e o debate» sobre o serviço público e o futuro da RTP. Um debate que, na perspectiva dos comunistas, deve ter por base a manutenção dos dois canais da televisão pública.

Revisão da Política Comum de Pescas não serve Portugal

Sim à modernização da frota Não à política de abates

Uma grave ameaça à actividade e à frota pesqueira nacional. Assim considerou o PCP, em síntese, a proposta da Comissão Europeia de revisão da Política Comum de Pescas. Uma opinião que reuniu o consenso parlamentar.

O assunto concitou a atenção dos deputados, em sessão plenária, na passada semana, por iniciativa da bancada comunista, em «debate de interesse relevante» por este requerido ao abrigo do Regimento da Assembleia da República. Foi um debate oportuno - facto por todos reconhecido -, onde, pode dizer-se, o essencial das preocupações expressas pelo Grupo comunista encontrou acolhimento nas restantes forças políticas e na própria bancada do Governo.

Isto mesmo não deixou de se reflectir na decisão final, tomada por unanimidade, de

fundir os vários projectos de resolução entregues na mesa com vista à elaboração de uma posição comum do Parlamento de rejeição à proposta da Comissão Europeia para pôr fim às ajudas públicas à renovação da frota nacional de pesca (ver suplemento sobre o tema nesta edição).

Esta foi, aliás, uma das duas questões centrais que acabou por dominar a discussão. E foi o ponto de partida para a intervenção do deputado comunista Rodeia Machado, que considerou inaceitável que, no caso de Portugal, a redução do esfor-

ço de pesca preconizado pela Comissão Europeia seja feita através de uma política de abates de embarcações, com a conseqüente transferência para este fim das verbas destinadas à modernização da frota.

Ora sucede que Portugal foi o país que mais barcos abateu, como lembrou o deputado do PCP, tendo toda a fileira da pesca sofrido «um forte abalo» desde a nossa

seja considerada uma grave ameaça que não tem em conta a especificidade da nossa realidade nacional, nem quanto aos abates já efectuados nem quanto ao estado dos nossos recursos pesqueiros.

Estes últimos, segundo indicam todos os estudos, e contrariamente ao que afirma

A frota de pesca nacional perdeu cerca de 40 por cento da sua capacidade

a Comissão Europeia, em condições de suportar uma «pesca responsável como a que tem vindo a ser seguida por Portugal», no dizer de Rodeia Machado.

Que levantou como segunda grande questão central neste debate a da eventual possibilidade de abertura à

frota comunitária, após Janeiro de 2003, das nossas águas territoriais das 12 milhas. O que, a dar-se, alertou, «seria desastroso para Portugal». Isto porque é precisamente nesta área, observou o deputado comunista, que opera a quase totalidade dos 25 mil pescadores portugueses, em cerca de dez mil embarcações, que são responsáveis por mais de 80 por cento do valor dos desembarques de toda a produção nacional de pescado e onde se encontram os nossos recursos, «valor estratégico fundamental para a defesa e desenvolvimento da nossa pesca».

Reiterada pelo ministro da Agricultura foi, por sua vez, a intenção de intensificar a concertação com os Estados-membros do sul da Europa para impedir a adopção da proposta da Comissão Europeia para as pescas comunitárias. Nesse sentido, informou, Portugal mobilizou já as suas embaixadas junto dos Estados-membros no sentido de os sensibilizar para as preocupações portuguesas relativamente a uma proposta que classificou de «inaceitável do ponto de vista social, económico e político».



Da pesca artesanal, um dos segmentos da actividade na nossa costa, depende a sobrevivência de milhares de famílias

Não às intenções de Bruxelas

A rejeição da proposta da Comissão Europeia sobre a Revisão da Política Comum de Pescas constitui uma das posições-chave assumida no projecto de resolução apresentado pelo PCP. A concretizar-se um tal cenário, advertem os comunistas, isso representaria a inviabilização da actividade e da frota pesqueira nacional, lançando no desemprego milhares de pescadores.

Defendida no texto é, por outro lado, a necessidade de ser garantida, de forma permanente, a «ocupação do nosso mar territorial, na zona das 12 milhas, exclusivamente pela frota portuguesa».

A revisão da política de pescas da União Europeia não pode deixar de ter igualmente em conta a «realidade específica de cada País», bem como a «manutenção de um quadro de ajudas visando a renovação da respectiva frota», advoga a bancada comunista, que defende simultaneamente a «necessidade de ser assumida uma gestão regional dos recursos pesqueiros», que leve em consideração a «realidade específica de cada zona de pesca e em cuja gestão estejam envolvidos, como participantes activos, os vários interessados».

«Assumir a necessidade de uma estratégia nacional que assente numa política de investigação virada em particular para o estudo e preservação de recursos do nosso mar territorial» constitui outra linha de trabalho preconizada pelo PCP, que insiste na necessidade de «uma política de renovação e modernização tecnológica da frota em vez de uma política de abates».

Uma tal política, do seu ponto de vista, não deve ainda ser «impeditiva do desenvolvimento de negociações bilaterais em países terceiros com vista a garantirem-se novas posições de pescas», devendo igualmente apostar «na formação, valorização e garantia de trabalho dos profissionais da pesca».

adesão à União Europeia, primeiro pelo envelhecimento da frota e, posteriormente, pelas crescentes exigências comunitárias.

Os números, a este respeito, não enganam: só nos últimos dez anos, foram destruídos cerca de 15 mil postos de trabalho; a frota de pesca, devido aos abates decididos pela Política Comum de Pescas, perdeu cerca de 40 por cento da sua capacidade; o sector conserveiro nacional perdeu cerca de 66 por cento da sua capacidade produtiva.

Daf que a bancada comunista entenda que a proposta de revisão da Política Comum de Pescas, cuja discussão em Bruxelas prossegue até Novembro próximo,

Por uma Política Nacional de Pescas

A importância das pescas em Portugal é superior ao seu próprio peso na economia portuguesa. Para este facto chamou a atenção o deputado Rodeia Machado, pondo em evidência a circunstância de o sector ser sinónimo de sobrevivência para milhares de famílias, nomeadamente das áreas ribeirinhas, que praticam a pesca artesanal, ou pequena pesca, cuja economia familiar depende fundamentalmente dessa actividade.

Ora são estes homens e mulheres, sublinhou, «os mais vulneráveis, os mais fragilizados e os mais desamparados do sector das pescas, aqueles a quem os subsídios raramente chegam, aqueles que não têm portos de abrigo em condições, aqueles que não têm subsídios para os combustíveis, ou que dificilmente acedem a outros subsídios essenciais para a sua

actividade artesanal, nomeadamente a modernização dos barcos».

Razões acrescidas, pois, para a urgente adopção de «uma verdadeira Política Nacional de Pescas», como exigiu Rodeia Machado, que os «apoie e lhes garanta a continuidade da sua actividade».

Uma política tanto mais necessária quanto é certo que da pesca costeira - ainda segundo as palavras do deputado do PCP - dependem também a montante e a jusante milhares de trabalhadores, quer a bordo das embarcações de pesca quer nas actividades em terra, sejam estas no sector conserveiro ou na distribuição.

Uma política nacional de pescas que não pode igualmente deixar de ter em conta, na perspectiva do PCP, a pesca longínqua, reconhecida como outro importante segmento desta actividade.

PCP entrega três projectos de lei relativos à segurança social

Garantir um direito universal

Dando corpo à decisão tomada nas suas Jornadas Parlamentares, noticiada pelo *Avante!* faz hoje oito dias, o Grupo comunista entregou na mesa da Assembleia da República três projectos de lei relativos à Segurança Social.

Esta é uma matéria a que o PCP continua a prestar a maior atenção, dado tratar-se, como as próprias Jornadas sublinharam, de uma «garantia universal» que, pese embora todas as insuficiências, é um «factor de justiça social, um insubstituível ins-

trumento contra a pobreza e a exclusão social e um mecanismo de solidariedade que constitui uma das mais importantes marcas civilizacionais da nossa sociedade».

E, por isso, enquanto direito de todos os portugueses, conquistado com o 25 de Abril, o PCP entende que a sustentabilidade do sistema público deve ser assegurada pela diversificação das fontes de financiamento e não, como tem sido sugerido pelo Governo, por qualquer operação de privatização, mesmo que parcial, como resultaria da intro-

dução do chamado plafonamento (tectos contributivos).

Daf o alcance do diploma agora apresentado sobre a nova forma de financiamento da Segurança Social com base no valor acrescentado bruto (VAB). Trata-se de introduzir uma taxa de 10 por cento sobre a riqueza produzida por cada empresa, em paralelo com a manutenção das contribuições sobre as remunerações dos trabalhadores, o que permitirá não só uma mais justa repartição das contribuições como uma maior sustentabilidade financeira do sistema.

Importante é, por outro lado, que o Estado proceda ao pagamento das suas dívidas, num valor que rondará já os 1900 milhões de contos, acumuladas devido ao subfinanciamento do Sistema de Segurança Social e por incumprimento da Lei de Bases, no período compreendido entre 1985 e 1996.

Também a este problema o PCP vem agora dar resposta ao propor que o pagamento da dívida seja efectuado em trinta prestações anuais, através da transferência adicional de verbas do Orçamento de

Estado para o Orçamento da Segurança Social, a partir do primeiro Orçamento de Estado em que se registem excedentes.

Necessário é também, na perspectiva da bancada comunista, um firme combate à evasão e fraude de contribuições, cujas estimativas apontam para qualquer coisa na ordem dos 2500 milhões de euros por ano, motivadas em larga medida pela desordenação das entidades com competência neste domínio.

Um contributo decisivo para resolver esta questão é

igualmente dado pelo PCP ao prever no articulado do terceiro diploma agora entregue - «medidas de combate à evasão e fraude de contribuições para a segurança social», assim se designa - que a administração tributária passará a comunicar à Segurança Social o início da actividade de qualquer pessoa singular ou colectiva, bem como a listagem completa das remunerações constantes da declaração anual entregue por cada empresa, por forma a permitir o cruzamento de dados com os valores declarados.

Fenprof lança abaixo-assinado

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) lançou, a nível nacional, um abaixo-assinado «Pelo Direito ao Emprego, Por um Emprego com Direitos» que pretende ser um «cartão amarelo ao governo». «O governo decidiu não celebrar novos contratos na Administração Pública, não admitir novos ingressos nos seus quadros e transferir compulsivamente trabalhadores que, na sua óptica, se revelem em excesso em determinado serviço», salienta o abaixo-assinado, com que se pretende recolher o maior número de assinaturas até 28 de Junho. A Fenprof considera que as medidas anunciadas pelo executivo aliadas às que o ministro da Educação tem tomado, como o encerramento de escolas, colocam em causa diversos direitos, designadamente, «o direito de milhares de crianças que poderão ficar sem aulas e o direito ao emprego de milhares de professores contratados, com tempo de serviço para acederem à vinculação, e que ficarão no desemprego». A estrutura sindical considera a actual situação «geradora de um clima de angústia nas escolas e de profundo descontentamento de docentes, não docentes e alunos» e prevê que o próximo ano lectivo seja marcado pela instabilidade. A Fenprof quer entregar o abaixo-assinado ao ministro da Educação no próximo dia 11 de Julho.

«Os Verdes» defendem pescas

«Os Verdes» manifestaram a sua profunda preocupação em relação à proposta apresentada pela Comissão Europeia sobre a revisão intercalar da Política Comum de Pescas, na medida em que ela representa, em países onde este sector é estratégico em termos económicos, como é o caso de Portugal, o desemprego de milhares de pescadores. «Os Verdes» consideram que as razões apresentadas – questões ambientais e sustentabilidade dos recursos financeiros – não justificam as medidas propostas. E afirmam que «a defesa dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas marinhos implica medidas quanto ao transporte marítimo, quanto à lavagem de tanques de petroleiros, quanto a formas de poluição marítima», de par de investigação na área. Implica ainda «medidas em relação aos períodos de paragem biológica, implica aposta em segmentos de frota menos predadores, implica técnicas mais selectivas». O partido ecologista considera imoral que a Comissão Europeia «queira transformar um instrumento financeiro de orientação da pesca, virado para a reconversão e modernização da frota, num mecanismo de abate da frota e de despedimento orientado de pescadores». E defende uma maior participação dos pescadores na gestão da política de pescas.

Vale de Judeus

A greve ao trabalho na cadeia de Vale de Judeus, em protesto contra a falta de condições de reclusão, registou no primeiro dia uma adesão de cem por cento, segundo informação, à Agência Lusa, de fonte da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP). A greve está a afectar nomeadamente a padaria, a cozinha, a serralharia e a carpintaria. O movimento de protesto prossegue entretanto, não havendo ainda indicações dos presos relativamente à sua duração. Os reclusos reclamam assim contra o incumprimento das promessas de melhoria das condições prisionais feitas pelo actual director, que abandona as funções no final de Junho. Os grevistas querem a melhoria da alimentação, do alojamento e dos serviços de saúde. A cadeia de Vale de Judeus, situada em Alcoentre, concelho da Azambuja, tem uma lotação de 504 reclusos, que, na sua maioria, cumprem longas penas. No final do ano passado, o estabelecimento prisional foi palco de várias mortes violentas e de graves incidentes, que levaram à aplicação de um forte dispositivo de segurança e à substituição do director.

Piódão sem camionetas

A freguesia do Piódão, Arganil, há dois anos sem enfermeiro e semanas seguidas sem médico, viu a sua situação agravada com a suspensão das duas carreiras semanais que serviam a aldeia e a zona alta do concelho. A recente decisão da Rodoviária da Beira Litoral suspender as duas carreiras deixou a autarquia local preocupada, temendo que, a prazo, esta situação tenha reflexos no aumento da desertificação local. A falta de um enfermeiro faz com que os cerca de 70 munícipes, na sua maioria idosos, tenha que recorrer a Arganil ou a Coja para levar uma simples injeção ou fazer um penso. Até agora, os moradores socorriam-se das carreiras que à segundas e quintas-feiras serviam a localidade para se deslocarem à sede do concelho, onde, além de poderem ir ao médico, aproveitavam para tratar de outros assuntos.

CDU / Amares

No quadro das visitas da CDU de Amares para constatar os reais problemas que afligem as populações do concelho, uma delegação da CDU contactou no passado dia 10 com habitantes dos lugares do Monte e Pilar na freguesia de Carrzedo e visitou uma urbanização com cerca de 40 habitações unifamiliares que ali está a ser edificada. A delegação da CDU registou as preocupações dos populares quanto ao futuro dos esgotos domésticos daquela urbanização e os receios sobre a eventual poluição das águas friáticas e da Poça da Grovia. Tendo em conta que a população residente utiliza a referida Poça e a captação de água através de poços para fins domésticos e rega, a representante da CDU na Assembleia Municipal irá questionar a Câmara sobre o destino e tratamento dos esgotos da urbanização.

Comissão de utentes defende reabertura do ramal ferroviário de Moura

Uma luta a pensar no futuro

O encerramento do ramal ferroviário de Moura, em 1990, veio afectar a vida de muitos milhares de pessoas da margem esquerda do Guadiana. Uma situação que contribui ainda para um maior isolamento e desertificação e contra a qual se vem desenvolvendo uma luta sistemática.

«Era o apito do comboio que servia de referência e relógio para as actividades da

região», lembra a Comissão pela Reabertura do Ramal de Moura, em carta aberta divulgada em Abril deste ano. Não por qualquer saudosismo, como sublinhou Joaquim Medeiros, em breve conversa com o «Avante!», mas porque vale a pena ter presente a importância que o ramal de Moura teve para as populações que trabalham e habitam na margem esquerda do Guadiana. Pois só assim se poderá compreender o significado concreto da sua perda.

A Comissão pela Reabertura do Ramal afirma mesmo que os povos da região se desenvolveram «através da via férrea e as actividades económicas concentraram-se em virtude da existência do comboio que transportava a população em geral dos centros urbanos para as periferias e vice-versa». E sublinha a sua importância enquanto factor de desenvolvimento dos concelhos de Moura, Serpa e Barrancos, «isto numa altura em que tanto se fala na necessidade de desenvolvimento das regiões do interior do país».

O encerramento do ramal representou, antes do mais, uma perda de direitos, pois o comboio tinha uma função social. «Era acessível aos jovens que estudavam em Beja, aos idosos que se deslocavam a esta cidade para consultas médicas e aos militares que se deslocavam para as respectivas unidades», como se sublinha na carta aberta. Actualmente «aos jovens só lhes resta a saída para o estrangeiro ou pólos urbanos do país e aos idosos

o esquecimento, restando-lhes talvez o suicídio».

O encerramento do ramal representou, antes do mais, uma perda de direitos

O encerramento do ramal tem ainda custos ambientais, pois levou à alteração de hábitos de transporte, «passando de um meio ecologicamente limpo, para meios de transportes com custos acrescentados em termos de pressão rodoviária e em termos ambientais».

História e luta

O ramal ferroviário entre Beja e Moura foi encerrado,

em 1990, comprometendo-se então a CP a manter as ligações entre as povoações servidas pela linha de caminho-de-ferro, bem como o preço dos bilhetes.

Promessas rapidamente esquecidas. Inicialmente o serviço foi assegurado pela empresa de transportes Barraqense. A partir de Dezembro de 1996, a concessão foi adjudicada à transportadora EVA, que se propôs então praticar 30 por cento de desconto em bilhetes de ida e volta aos utentes da terceira-idade. Uma proposta que não manteve, gerando uma situação particularmente grave para os idosos, cujas reformas são incompatíveis com os gastos com transportes que assim lhes são impostos.

Face à situação criada, tem vindo a desenvolver-se uma luta sistemática pela reabertura do ramal de Moura, com base numa

Comissão de Utentes da Margem Esquerda do Guadiana que, de par dos textos enviados e os contactos com os órgãos de comunicação social, tendo vindo a promover contactos com os partidos políticos e instâncias governamentais, aos quais enviou entretanto um abaixo-assinado.

Em carta enviada, no Verão passado, ao Ministério dos Transportes, por Joaquim Medeiros, em nome da Junta de Freguesia de Pias, lembrava-se que «Portugal é o único país da União Europeia que, que nos últimos oito ou nove anos, perdeu mais de um milhão de passageiros ferroviários. No mesmo período a Espanha conquistou muitos milhões de novos passageiros para o comboio, fruto de uma política de investimento nos ramais afluentes dos grandes eixos nacionais».

A exigência da reabertura do ramal de Moura vem acompanhada, quer da denúncia das situações sociais que o seu encerramento provocou - «é triste e lamentável ver homens e mulheres a pedir boleia aos automobilistas. Não têm dinheiro para regressar a casa», refere-se em carta de Junho de 2001 ao Primeiro-Ministro -, quer da valorização das potencialidades da região.

«Esta região tem potencialidades que devem ser desenvolvidas e o caminho-de-ferro pode ser uma mais valia que pode tornar atractiva a fixação de actividades económicas que permitam a fixação das populações», afirma-se na carta aberta referida.

A carta lembra ainda que «no aproveitamento do grande investimento que é a barragem do Alqueva, devem existir projectos económicos sustentados e com vista ao desenvolvimento da região, que devem ter o comboio como uma importante infra-estrutura de transporte de pessoas e mercadorias».

Propostas e lutas «a pensar no futuro».



A Comissão de Utentes tem vindo a desenvolver uma luta sistemática pela reabertura do ramal

Paços de Brandão e Esmoriz vão a votos no domingo

No próximo domingo, dia 23, vão ter lugar eleições intercalares para as Assembleias de Freguesia de Paços de Brandão e de Esmoriz.

Em Paços de Brandão, a CDU apresenta como cabeça de lista Vítor Lopes, bancário, concorrendo às eleições porque «são necessários eleitos que não se caem, que sejam exigentes, defendam os mais desprotegidos, amem a sua terra e queiram o melhor para ela».

Entre as ideias programáticas avançadas, a CDU defende medidas para a solução de diversos problemas em relação à água, sa-

neamento e recolha de lixo, o melhoramento de espaços ajardinados. Considera ainda essencial o reforço dos transportes públicos e a melhoria da rede viária. No âmbito da acção social, propõe, nomeadamente, a criação de uma escola secundária na zona, intervenção no equipamento escolar e garantia de uma refeição para todas as crianças nas escolas básicas. Apoio à terceira idade, na área da saúde e reforço do pessoal na extensão de saúde. E, muito em particular, «estimular a participação da população e

das suas organizações na gestão autárquica».

No quadro da campanha eleitoral com vista às eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Esmoriz, a CDU organizou, dia 17, um convívio, que reuniu algumas dezenas de activistas e amigos e contou com a intervenção do cabeça de lista, Albino Silva.

Na iniciativa foram lembradas as propostas da CDU para Esmoriz. Uma política virada para a valorização do meio ambiente, incluindo a recuperação urgente da Barriha e a requalificação da

mata. Habitação digna para todos, com a construção do prometido bairro dos pescadores. Acabar com o caos urbano e criar condições para um crescimento sustentado assente na qualidade de vida das populações. Urgente melhoramento da qualidade das estradas. Dar resposta às inúmeras carências da freguesia em equipamentos, de espaços verdes e parques infantis, aos melhoramentos no Mercado e construção de uma piscina municipal. Por último, uma política de dinamização cultural que se traduza numa oferta regular e diver-



A lógica da política do Governo para a imigração é a lógica do patronato

Frente Anti-Racista denuncia Uma política ao serviço do patronato

O destaque à imposição de quotas anuais de imigração em função das necessidades de mão-de-obra é denunciado, pela Frente Anti-Racista, como sinal de uma lógica política centrada nos interesses do patronato.

O destaque dado pelo Governo, no anunciado Plano Nacional de Imigração, à imposição de quotas anuais em função das necessidades de mão de obra e das carências sectoriais é denunciado, em comunicado da Frente Anti-Racista, como «um sinal revelador de uma concepção política centrada, exclusivamente, na satisfação dos interesses do patronato em obter mão-de-obra barata e facilmente descartável».

A Frente sublinha que, ao contrário do que o Governo pretende fazer crer, as medidas propostas não têm uma «vertente social e humana» nem irão combater a rede de tráfico ilegal mas, pelo contrário, «vão fazer crescer as bolsas de imigração ilegal, sujeita à exploração de patrões pouco escrupulosos».

O envolvimento das autarquias em todo este processo

As medidas propostas não têm uma «vertente social e humana»

«visa passar o ónus de tal medida do Governo para outras entidades», afirma a Frente que refere ainda o estabelecimento de quotas por regiões, como «uma medida restritiva das liberdades de circulação do imigrante dentro do próprio território nacional».

A Frente Anti-Racista considera mesmo que a centralização das políticas de imigração no estabelecimento de quotas «vem na continuidade de uma perigosa postura política e ideológica que se alicerça no fomento da estigmatização dos trabalhadores imigrantes e de minorias étnicas e no crescimento de sentimentos xenófobos e racistas».

Consagrar direitos

Ao arrepio desta lógica, a Frente defende uma política

que consagre «os direitos de cidadania ao imigrante, a par do efectivo combate às redes de trabalho ilegal e ao trabalho clandestino» e, como tal, o direito dos trabalhadores imigrantes, que vivem e trabalham em Portugal, a obter autorização de residência, «e não uma mera autorização de permanência, que lhes confere direitos mais reduzidos».

Neste momento, e face à política desde já delineada pelo Governo, a perspectiva é de luta.

A organização anti-racista, em que participam várias associações de imigrantes, estará presente numa concentração a realizar junto à Assembleia da República e irá participar em diversas acções tendentes a denunciar «o carácter restritivo, desumano e discriminatório» do Plano nacional do Governo para a Imigração.

«É tempo de assumir que Portugal não pode nem deve fazer aos imigrantes que se encontram ou venham a estar entre nós, o que não queremos que façam aos nossos emigrantes que vivem e trabalham nos mais variados países do mundo», conclui o comunicado da Frente.

Para obras de reparação na habitação

Loures apoia idosos

Os idosos no concelho de Loures vão poder contar com o apoio da Câmara Municipal para a resolução de pequenas reparações nas suas habitações, independentemente da sua qualidade de proprietários ou inquilinos. Esta uma medida proposta pelo vereador da Habitação, da CDU, recentemente aprovada pelo executivo municipal.

Trata-se de uma decisão que tem por base a preocupação de estabelecer um mecanismo de ajuda aos estratos sociais desprotegidos e com menores recursos, em geral os mais idosos, cujas habitações carecem

frequentemente de intervenções de reparação e beneficiação.

O programa, agora instituído pelo Município de Loures, é dirigido para pequenas obras nas redes de serviço internas já instaladas nas habitações, como sejam as de águas, esgotos, electricidade e gás. Estão igualmente incluídas a reparação de portas e janelas incluindo, se necessário, a sua substituição, bem como o fornecimento de tintas para exterior, quando as habitações se situem em áreas integradas em Património Cultural Construído definido no Plano Director Municipal.

No Seixal dez associações de idosos do concelho vão participar, no mês de Julho, em mais uma iniciativa camarária «Vigilantes do Ambiente». O tema de sensibilização, este ano, tem a ver com a necessidade de recolha dos dejectos de cães. A edição do ano passado incidu sobre o lixo.

Outra iniciativa, esta destinada a incentivar as pessoas para a reutilização de materiais, será a participação dos idosos em oficinas de construção de brinquedos antigos com materiais recicláveis.

O Congresso desejado (II)

• José Brinquete

Prometemos no primeiro artigo (24/4102) sobre o III Congresso de TMAD, falar dos congressos anteriores, o I e o II. Hoje trataremos alguns aspectos do I Congresso Transmontano (1920). No próximo artigo abordaremos o II Congresso (1941) e num quarto artigo, completaremos este ciclo de crónicas com um olhar para o próximo, o III Congresso. Fazemo-lo porque parece-nos haver uma escassa informação, tanto por parte da maior parte da população, como de responsáveis institucionais, a nível da região. Aliás, o desconhecimento por parte das instituições é facilmente verificável em documentos publicados pelo «Fórum da Iniciativa Económica de TMAD» (29 de Junho a 2 de Julho de 2000, em Vila Real) e mesmo no documento base (Abril de 2002), publicado pela Comissão Organizadora do III Congresso. Há uma particularidade que distingue o I do II Congresso Transmontano:



o primeiro foi realizado em plena I República (1920), enquanto o segundo foi no regime fascista (1941). Refiro este facto porque, como os leitores certamente estarão de acordo, não é menos importante saber o contexto histórico e político em que ambos se realizaram. Também gostaria de deixar claro que considero esta abordagem uma modesta contribuição, não pretendendo esgotar o tema, bem pelo contrário.

Congresso Transmontano

O primeiro dado importante é que o I Congresso, realizado de 7 a 16 de Setembro de 1920, não teve qualquer sessão no distrito de Bragança.

A segunda questão prévia é a escassa documentação existente. O livro do II Congresso, publicado um ano após a sua realização (1942), pela Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro de Lisboa refere «sabe-se que o I Congresso Transmontano se realizou em 1920, mas dele há pouca informação».

No entanto, em 7 de Setembro de 1999, numa iniciativa do Museu de Vila Real cujo lema é «História ao Café», foi abordado o I Congresso Transmontano, por Elísio Amaral Neves. Desta intervenção existe a ficha n.º 42 que, pela sua extraordinária importância, vale a pena referir alguns dados desta ficha.

Depois de em 1916 o governador civil de Vila Real, Dr. Nuno Simões, ter lançado a ideia da realização de um congresso transmontano, que acabou por não ir avante, o 1.º Congresso Transmontano acabou por realizar-se de 7 a 16 de Setembro de 1920.

Um grupo de transmontanos e outras pessoas ligadas a Trás-os-Montes (incluindo o próprio Dr. Nuno Simões), residentes em Lisboa, retomam a ideia, juntando a ela os dirigentes da associação transmontana, de Lisboa, e obtendo o apoio da Sociedade «Propaganda de Portugal», e leva a bom termo a realização do congresso.

Em 19 de Maio de 1920, realiza-se em Vila Real, com a presença de elementos da Comissão Executiva Nacional, uma reunião para lançar as bases do evento, com o apoio do governador civil substituto, Dr. Guilhermino Nunes. Nessa reunião são constituídas, a nível local, a Comissão de Recepção, a Comissão de Propaganda, a Comissão de Fundos, a Comissão da Exposição e a Comissão de Festas. É desencadeada uma vasta acção de promoção do congresso, nomeadamente através de palestras («missões de propaganda», assim diziam), sobretudo em Vila Real e Chaves.

Um acontecimento notável

Pelos relatos da imprensa o 1.º Congresso Transmontano foi de facto um acontecimento notável, com grande acolhimento local, grande entusiasmo e muitas manifestações festivas (recepções, cortejos, etc.).

As sessões de abertura e encerramento tiveram lugar, respectivamente, na Régua e Chaves. Houve sessões de trabalho na Régua, Vila Real, Vidago e Chaves, e exposições na Régua, Chaves e Vila Real. Estas sessões de trabalho dividiram-se da seguinte maneira: Régua, nos dias 7, 8 e 9; Vila Real, nos dias 10, 11 e 12; Vidago, no dia 13; e Chaves, nos dias 14, 15 e 16.

Em Vila Real teve lugar a mais importante das exposições: uma grande mostra industrial, complementada com produtos agrícolas, trabalhos manuais realizados por numerosas senhoras, arte sacra (a cargo do Padre Filipe Borges), pintura de Trindade Chagas, caricaturas de Aureliano Barrigas, etc. Tudo isto repartido por salas da Câmara Municipal, do Tribunal e do Liceu.

Paralelamente, desenvolvem-se actividades diversas: exercícios desportivos por militares de todos os regimentos da 6.ª Divisão, no topo sul da Avenida Carvalho Araújo; exercícios de adestramento das corporações de bombeiros; corridas de bicicletas e motocicletas; uma partida de futebol em Chaves; concursos infantis de lançamento de balões em Vila Real e Chaves, etc. Nos quatro últimos dias do congresso, um apontamento sensacional (para a época): dois aviões militares pilotados por dois transmontanos, o capitão Lelo Portela e o major Castilho Nobre, voaram sobre Vila Real e Chaves.

Muitos outros registos da época, de iniciativa individual ou relatos de imprensa, são indispensáveis para compreender todo o contexto em que se realizou o 1.º Congresso. Nesta linha, não posso deixar de referir, como leitura obrigatória, um trabalho de 1919, da autoria de Carlos Alves, governador civil de Bragança, publicado pela Tipografia Adriano Rodrigues, de Bragança, cujo título é «Propaganda Regional do Distrito de Bragança».

Cimeira de Sevilha

• Pedro Guerreiro

A manhã tem início o Conselho Europeu de Sevilha. Da sua agenda constam diferentes temas que bem poderiam e deveriam ser objecto de aprofundamento desta crónica, tão significativos e esclarecedores são face às prioridades e opções hoje apontadas ao nível da União Europeia (UE). Por exemplo, sobre as medidas restritivas e repressivas que foram propostas para o "controlo" da imigração (chegando a ser proposta a utilização da "ajuda ao desenvolvimento" como arma de sanção a utilizar contra os países que não aceitassem as imposições da UE quanto ao controlo da imigração), fazendo tábua rasa das suas causas profundas, como o recrudescimento do aumento das desigualdades no mundo, em resultado da globalização capitalista, assim como dos mais profundos valores humanistas, como a solidariedade para com aqueles que fogem da guerra, da repressão e da miséria.

Ou uma crónica sobre os desacordos existentes quanto aos impactos económicos e ao quadro de financiamento do próximo alargamento da UE. Onde o denominado princípio e objectivo da "coesão económica e social", já de si longe de ser assegurado, é cada vez mais posto em causa pelos governos dos países economicamente mais desenvolvidos. Governos que, representando os interesses daqueles que querem assegurar e aprofundar o seu domínio no mercado capitalista alargado, procuram ao mesmo tempo reduzir os instrumentos financeiros que possam minimizar os impactos negativos, nomeadamente pela diminuição da transferência de fundos dos países economicamente mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos, através do orçamento comunitário.

Ou ainda sobre a posição comum que os quinze governos irão adoptar para a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentado, que se iniciará em Joanesburgo, no final do mês de Agosto. Posição comum que se enquadra na agenda neoliberal da Conferência ministerial da OMC, de Doha, nas conclusões da Cimeira para o financiamento ao desenvolvimento, de Monterrey, onde foram adiados para as "calendas gregas" objectivos apontados há dezenas de anos pela ONU, como a atribuição de 0,7% do PNB dos países economicamente mais desenvolvidos para a ajuda ao desenvolvimento, tendo, pelo contrário, sido apontados condicionamentos políticos e económicos (ou seja, a aceitação do caderno de encargos da potência "doadora") para que a "ajuda" seja atribuída.

Ou da esperada reafirmação do Pacto de Estabilidade e dos seus objectivos, mesmo que com um maior ou menor

jogo de palavras quanto ao objectivo a alcançar até 2004 (se uma situação de défice público "próximo do equilíbrio" ou de "equilíbrio"). Passando por cima do fundamental, que é a sua aplicação completamente inadequada a 15 realidades económicas diferentes e o servir de suporte para a contenção dos salários dos trabalhadores, para o ataque às funções sociais do Estado (duramente conquistadas pelos trabalhadores após anos de luta) e para a limitação do investimento público. Ou ainda sobre os pontos da agenda ligados à reforma das instituições e dos Tratados, nomeadamente a reforma do funcionamento do Conselho e a informação sobre o ponto de situação do debate realizado na Convenção sobre o futuro da UE. Do Parlamento Europeu (PE) podemos depararmo-nos com "toneladas" de documentos sobre o futuro da UE. De uma forma simplificada, apontam-se duas perspectivas que se apresentam como que contraditórias. Uma protagonizada pela Comissão Europeia e por grande número de deputados ao PE, que aponta o reforço e aprofundamento da comunitarização ou do papel determinante e central da Comissão e do PE nas políticas que estão no núcleo central do exercício da soberania dos Estados nacionais. Outra protagonizada por responsáveis governamentais dos "grandes países" (ou de alguns que aspiram a esse estatuto) que avançam para uma evolução do actual modelo institucional centrando-se no Conselho, reorganizando-o por forma a reforçar o papel e poder dos "grandes", à custa dos "outros". Surgem ainda os que afirmam que não há lugar para "disputas" porque a "saída" é o reforço de todas as instituições da UE, Conselho, Comissão e PE. Obviamente todos procuram "avançar" à custa da soberania dos Estados nacionais (pela abdicação dos mais "pequenos") e das suas instituições, colocando em causa o exercício da democracia.

Presentes!

Agenda, prioridades e opções que evidenciam uma vez mais a necessidade de imprimir um novo rumo à construção europeia que concretize os princípios da "coesão económica e social", no respeito pela igualdade de direitos dos Estados, recusando a via federalista, a redução de poderes e papel dos países mais "pequenos", e a lógica de bloco político-militar, e que pelo contrário construa uma Europa de paz e efectivamente solidária. Por isso, mais uma vez, o nosso Partido estará presente na grande manifestação por uma outra Europa, que se realizará no dia 22 de Junho, em Sevilha.

Quinze decidem abertura gradual dos portos à concorrência e proibem ajudas estatais

Serviços a privados

Os ministros dos Transportes da União Europeia deram luz verde ao projecto de directiva da Comissão Europeia que visa abrir aos privados a prestação de serviços nos portos comunitários.

A proposta, aprovada na segunda-feira passada, no Luxemburgo, foi apresentada no ano passado pela Comissária Loyola de Palacio, e tem como objectivo abrir gradualmente à concorrência a prestação de serviços em cerca de 350 portos da União.

O âmbito da directiva aplica-se aos portos que tenham um tráfego anual de pelo menos um milhão e meio de toneladas e um trânsito de 200 mil passageiros. Antes da entrar em vigor terá de passar ainda pelo Parlamento Europeu, para uma segunda leitura, prevendo-se que até ao final do ano possa haver um acordo final de modo a que a liberalização ocorra no prazo de dois anos.

Nessa altura serviços como a pilotagem, dragagem,

manutenção e embarque e desembarque de passageiros passarão a poder ser prestados por entidades privadas.

A directiva reserva aos Estados o direito de definir as exigências quanto à prestação do serviço, mas frisa que não são permitidas ajudas do Estado que interfiram com a livre concorrência. Actualmente cerca de 90 por cento do comércio marítimo dos Quinze passa por portos em que os investimentos e a gestão dependem maioritariamente das entidades públicas.

Controladores respondem com greve

Em resposta à proposta da Comissão Europeia de cria-

ção de um «céu único», projecto que prevê a privatização dos serviços de controlo de tráfego aéreo, os profissionais do sector cumpriram ontem, quarta-feira, uma greve que terá afectado metade dos voos normais.

A paralisação foi convocada pela Coordenadora de Sindicatos de Controladores de Tráfego Aéreo, que exige ser consultada sobre o «céu único», projecto impulsionado pela responsável dos Transportes na Comissão Europeia, Loyola de Palacio, que prevê acabar com as fronteiras nacionais do espaço aéreo. Os quinze já aprovaram a proposta que se encontra agora a ser debatida no Conselho e no Parlamento Europeu.

A greve estava prevista realizar-se em França, Portugal, Itália, Hungria, Grécia, Suíça e no centro de controlo de Maastricht, afectando gravemente o tráfego aéreo e a organização da Cimeira de Sevilha que começa amanhã, sexta-feira, um dia depois da greve geral em Espanha.

Cerca de 35 portos europeus podem passar para as mãos de privados

Desporto deve banir trabalho infantil

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução comum, apresentada nomeadamente pelo Grupo da Esquerda Unitária em que os deputados do PCP se integram, que condena a exploração das crianças e exige a erradicação do trabalho infantil, especialmente na indústria do futebol.

Salientando as relações existentes entre as políticas de apoio à educação e as de combate ao trabalho infantil, os deputados apelam à Comissão e aos Estados-membros para que adoptem medidas neste domínio, convidando-os a velar para que, nos acordos com países terceiros, as crianças sejam protegidas contra a violência e a exploração, nomeadamente laboral.

Na resolução, a FIFA e as empresas de artigos de desporto são exortadas a garantir que não é utilizada mão-de-obra infantil no fabrico de artigos de desporto e bolas de futebol, implementando o Código de Boas Práticas Laborais da FIFA e velando por um sistema de controlo da produção da indústria do futebol.

Por seu turno, a Organização Internacional do Trabalho é convidada a desenvolver um sis-

tema de inspecção destinado a controlar esta indústria e a desenvolver modelos de cooperação entre os sectores público e privado, com vista ao desenvolvimento de métodos eficazes de inspecção laboral. O PE considera que devem ser colocados fundos à disposição do programa da OIT relativo à eliminação do trabalho infantil.

A FIFA e as associações nacionais de futebol devem fazer do Campeonato Mundial 2006, na Alemanha, o primeiro evento internacional sem trabalho infantil, considera o PE, apelando à participação da UNICEF.

Paralelamente, os futebolistas e as suas associações representativas devem assegurar que, no futuro, as empresas patrocinadoras não utilizem directa ou indirectamente mão-de-obra infantil no fabrico dos seus produtos. A resolução saúda a Carta de Intenções adoptada pelo Comité de Organização dos XX Jogos Olímpicos de Inverno (Turim 2006) e insta a Comissão a apresentar ao PE, até finais de 2002, um relatório sobre a aplicação das medidas adoptadas.

Comissão aposta no nuclear

A Comissão Europeia vai investir 750 milhões de euros (150 milhões de contos) até 2006 num programa de investigação em energia nuclear de fusão que inclui a construção de um reactor termonuclear experimental internacional.

As verbas, segundo anunciado na segunda-feira, em Bruxelas, fazem parte de um investimento total de 1230 milhões de euros (quase 250 milhões de contos) para desenvolver a energia nuclear.

Espanha e França já se ofereceram para acolher o futuro reactor de energia que é um projecto conjunto entre

a União Europeia, a Rússia, o Japão e o Canadá.

Segundo o comissário europeu responsável pela Investigação, Philippe Busquin, «a energia nuclear limpa e segura é prioritária para o desenvolvimento sustentável e pode contribuir significativamente para atingir os requisitos do Protocolo de Quioto».

O comissário lembrou que o Protocolo - que os Estados Unidos se recusaram a ratificar - impõe limites à UE em matéria de redução de dióxido de carbono na atmosfera, pelo que o debate sobre a energia nuclear «deve manter-se aberto».

Os investigadores afirmam que a fusão nuclear encerra a energia que alimentará as cidades do futuro, notando que a energia contida num copo de água seria suficiente para alimentar uma cidade como Lisboa durante um mês.

Explicam que a fusão nuclear é um processo que ocorre continuamente no Universo, nomeadamente no Sol. Quando núcleos de átomos leves se fundem e formam núcleos mais pesados uma grande quantidade de energia é libertada. A reacção só se verifica a temperaturas muito elevadas, da ordem dos milhares de graus centígrados.



Cimeira de Sevilha

Reformas geram discórdia

A proposta da presidência espanhola que, entre outras alterações no funcionamento da União, visa limitar o recurso ao veto por parte dos Estados, conta com a oposição de vários países.

A Espanha alega que o direito de veto irá paralisar uma futura União Europeia alargada a mais 10 Estados já a partir de 2004. Por isso, pretende desde já aprovar um novo regulamento para as cimeiras que prevê uma forte limitação do direito de veto. Em caso de discordância, o assunto passaria a ser incluído nas conclusões finais, desde que haja uma maioria qualificada, ou seja qualquer proposta recusada por uma minoria de Estados acabaria por ser aprovada posteriormente.

Na reforma figura igualmente a redução dos actuais 16 conselhos para uma dezena e a divisão do Conselho de Assuntos Gerais, que mensalmente reúne os ministros dos Negócios Estrangeiros. A presidência propõe que este dê lugar a duas formações, uma de representantes de cada primeiro-ministro para tratar assuntos gerais, e outra exclusivamente dedicada à política externa, com os respectivos titulares nacionais.

Caso os chefes de Estado e de Governo aprovelem estas medidas na cimeira de Sevilha, sexta-feira e sábado, algumas poderão entrar em vigor já durante o próximo semestre durante a presidência dinamarquesa.

Mais polémicas são as propostas que visam acabar com as presidências rotativas de um Estado, substituindo-as pelas chamadas «presidências colectivas». Uma solu-

ção passaria pela associação de duas ou três presidências sucessivas, por exemplo Espanha, Dinamarca e Grécia, os próximos países a assumirem a liderança da UE. Outra consiste numa rotação automática entre cinco ou seis equipas formadas previamente com cinco ou seis países cada, que exerceriam a presidência durante um período fixo de dois anos e meio ou três.

Embora, a proposta preconize um equilíbrio entre todos os Estados, combinando em cada equipa países grandes e pequenos do norte e sul ou entre contribuintes líquidos e beneficiários dos fundos estruturais, a verdade é que os países mostram-se

desconfiados e dificilmente aceitarão este método.

Por último, o documento defende a eleição de um presidente do Conselho, eventualmente escolhido entre os seus antigos membros, que estaria acompanhado por um número determinado de primeiros-ministros.

Noutro campo, a Espanha pretende que da Cimeira saia uma mensagem forte com vista a uma política comum de protecção das fronteiras externas da União e de luta contra a imigração clandestina. Neste sentido, a presidência apresentou uma proposta que prevê cortes na ajuda ao desenvolvimento dos países

de origem da imigração ilegal que não colaborem na resolução do problema.

Líderes divididos

No entanto, na reunião de segunda-feira dos chefes da diplomacia, no Luxemburgo, nem a nova política de imi-

gração nem a reforma interna do Conselho pareceram recolher o consenso dos Quinze.

Segundo fontes diplomáticas europeias, citadas pela Agência Lusa, Portugal, França, Suécia, Finlândia e Luxemburgo terão mostrado reservas em relação à proposta que sanciona os países de origem dos imigrantes clandestinos, recusando-se a tomar medidas radicais neste domínio.

Mas a Espanha, apoiada principalmente pelo Reino Unido e a Itália, não se dá por vencida e o tema deverá ser discutido.

A proposta de Madrid é de que nos acordos de cooperação e associação seja incluída uma cláusula sobre a «cooperação na gestão dos fluxos migratórios», que no caso de incumprimento poderia levar à suspensão do acordo.

Sem acordo ficou igualmente a proposta de reforma do Conselho acima referida, cuja discussão foi adiada para o fim-de-semana. Apesar de, na perspectiva de alargamento da UE todos reconhecerem a necessidade de melhorar o funcionamento das reuniões europeias, não houve consenso sobre as modalidades, em particular sobre a cisão do Conselho dos Assuntos Gerais e a extensão ao Conselho Europeu da votação por maioria qualificada. A ideia de pôr fim à unanimidade na tomada de decisões obteve no entanto o apoio da Suécia, do Reino Unido, da Alemanha e da Áustria. A Finlândia também se mostrou favorável ao princípio. Em contrapartida, o projecto contou com a oposição da França e de numerosos pequenos países, nomeadamente Portugal, com o Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) à cabeça.



Os movimentos anti-globalização e os sindicatos europeus preparam grandes manifestações em Sevilha (foto de arquivo: manifestações em Washington no passado mês de Abril)

Segurança apertada

Espanha em alerta máximo

A Espanha restabeleceu temporariamente as suas fronteiras internas com Portugal e França devido à Cimeira de Sevilha. A intensificação do controlo de tráfego rodoviário e de pessoas que entram no país está a ser feita deste sexta-feira da passada semana, prolongando-se até ao próximo sábado. Esta é no entanto apenas uma das muitas medidas de segurança que envolvem a realização da Cimeira.

Com manifestações anunciadas do Fórum Social - que reúne os movimentos anti-globalização -, e a coincidência da greve geral em todo o país durante o dia de hoje, quinta-feira, as autoridades montaram um gigantesco dispositivo, adoptando com medidas sem precedentes no país, dispendo-se inclusivamente a modificar o programa do encontro.

De resto os controlos nas estradas de acesso à cidade iniciaram-se na semana passada, tendo provocado enormes engarrafamentos. Desde segunda-feira que os acessos próximos dos hotéis onde ficarão instaladas as principais delegações, e dos centros onde funcionarão os serviços da Cimeira, entre eles o

Palácio de Congressos, se encontram totalmente cortados. Há mesmo diversas ruas onde foram levantados autênticos muros, já utilizados no Conselho de Barcelona, para isolar os espaços a utilizar pelas delegações.

Os centros turísticos estão fechados, o encerramento das escolas foi antecipado e as aulas canceladas em algumas faculdades da Universidade Hispalense, próximas da zona fechada.

O Exército e nove mil agentes da polícia integram as forças de segurança, que serão apoiadas por dois aviões radar Awacs da Nato e um esquadrão de caça-bombardeiros F-18. As bases militares de Moron de La Frontera, perto de Sevilha, e de La Rota (Cadiz) estão em estado de alerta máximo e a segurança no aeroporto inclui baterias anti-aéreas.

A greve geral convocada pelos principais sindicatos espanhóis terá Sevilha como centro nevrálgico da mobilização, confluindo para aqui igualmente os movimentos anti-globalização, aos quais as autoridades espanholas já interditaram o lugar previsto para as concentrações do Fórum Social.

Igualdade no trabalho

Os eurodeputados aprovaram a revisão da directiva 76/207/CE relativa à aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em todos os domínios da vida laboral, incluindo a formação profissional.

O novo texto obriga os Estados-membros a adoptarem medidas, até 2005, para dar cumprimento ao disposto na directiva. Segundo a deputada do PCP, Ilda Figueiredo, o documento é positivo, apesar de insuficiente face às propostas iniciais e aos problemas existentes.

No entender da deputada «com as alterações introduzidas e a inclusão da definição de assédio sexual, discriminação directa e discriminação indirecta bem como a proibição de discriminação das mulheres com base na licença de maternidade, a directiva acolhe melhor a evolução ocorrida na sociedade, nas condições de trabalho e na situação das famílias».

Destaque merecem ainda os seguintes pontos agora consagrados: a possibilidade de os Estados membros concederem regalias específicas ao género subrepresentado

numa actividade profissional; a criação de organismos de controlo da igualdade de tratamento que deterão competências para a promoção, análise, controlo e acompanhamento do princípio da igualdade de homens e mulheres; medidas eficazes para assegurar a aplicação de sanções efectivas em caso de incumprimento da directiva; protecção das pessoas que apoiam as vítimas de discriminação do género e assédio; promoção da igualdade de tratamento no local de trabalho de forma programada e sistemática.

Miranda chefia delegação a Angola

Por iniciativa do deputado do PCP Joaquim Miranda, que preside à Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação do Parlamento Europeu, uma delegação parlamentar visitará Angola a partir de amanhã, sexta-feira, para avaliar a precária situação humanitária das populações.

A missão tem ainda como objectivo apreciar a evolução política naquele país, os aspectos relacionados com a retirada das minas, com o

regresso das populações deslocadas às suas zonas de origem e com a reconstrução das infra-estruturas fundamentais do país, assim como, as questões relativas à integração dos soldados da Unita.

A delegação permanecerá no país até ao próximo dia 25 de Junho (terça-feira), estando previsto um vasto conjunto de reuniões, nomeadamente com o Presidente da República, com a Assembleia Nacional e com membros do governo

angolano, com as principais forças políticas angolanas, com representantes da troika (Estados Unidos, Portugal e Rússia), com as delegações locais da ONU e da União Europeia, com a hierarquia da Igreja Católica e com Organizações Não Governamentais.

Está prevista igualmente uma deslocação ao interior do país para contactar com as populações mais carenciadas e visitar alguns campos de deslocados e aquartelamentos.

Azeite mais transparente

A Comissão Europeia aprovou na passada semana novas regras para a etiquetagem e apresentação do azeite e produtos por ele compostos, que entrará em vigor a partir de 1 de Novembro de 2003. Passará a ser classificado dentro de

quatro categorias: azeite extra-virgem, azeite virgem, azeite composto de azeite refinado e azeite virgem e azeite de bagaço de azeitona.

A designação azeite só poderá ser utilizada caso este represente pelo menos 50 por

cento da sua composição do produto. As margarinas, molhos, maioneses ou produtos de conserva que utilizem o azeite devem indicar a sua proporção no peso total assim como a sua percentagem no conjunto das matérias gordas.

Grupos palestinianos na lista negra da UE

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia decidiram incluir na lista de organizações terroristas da União três grupos palestinianos: as Brigadas dos Mártires de Al

Aqsa, a Frente Popular de Libertação da Palestina e a Frente de Libertação da Palestina.

Os Quinze concordaram igualmente com a inclusão das Forças Armadas Revolucioná-

rias da Colômbia (FARC), embora tenham deixado de fora o Exército de Libertação Nacional.

Os bens e contas que estas organizações possuam na Europa deverão ser congelados.

Estudantes mal preparados

Segundo dados da Inspeção Geral de Educação, 19 por cento dos estudantes do 1.º ciclo passam para o 2.º ciclo com dificuldades na disciplina de matemática e 17 por cento em língua portuguesa. No fim do 9.º ano, 36 por cento dos estudantes aprovados chumbaram a matemática e 22 por cento a língua portuguesa. O IGE afirma que as dificuldades começam no ensino pré-escolar e que 21 por cento das crianças precisam de «mais e melhores experiências de aprendizagem», para terem sucesso na etapa seguinte. Este estudo foi feito com base em 400 estabelecimentos, do ensino pré-escolar ao secundário.

Novo programa para o superior

O Conselho de Ministros aprovou, na semana passada, um «programa de desenvolvimento do ensino superior», reduzindo o número de cursos, alegadamente alargando os recursos para «cursos de qualidade com expectativas de saída» e reforçando a investigação.

Matar a fome nas escolas

O projecto de nutrição escolar do Programa Alimentar Mundial tem como objectivo para este ano distribuir comida em escolas de 60 países. Esta iniciativa procura favorecer a saúde e a educação infantil, mas para isso «será necessário o dobro dos recursos actuais», garante a directora do projecto, Arlene Mitchell. Cerca de 50 milhões de crianças já beneficiaram desta ajuda. No total há 300 milhões que «vão para a escola de estômago vazio». Além de melhorar a alimentação, este programa contribui para aumentar a presença de meninas nas escolas. Foi o que aconteceu em países como os Camarões e o Paquistão, onde o número de raparigas a frequentar as aulas multiplicou e triplicou, respectivamente. Esta iniciativa permite ainda melhorar as defesas em vitaminas, favorecer a higiene, facilitar as campanhas de vacinação e evitar depressões.

Estudantes e pais continuam a contestar a intenção do Ministério da Educação de encerrar escolas de ensino diurno e nocturno

Pelo direito à educação

Pais e alunos prometem não baixar os braços e lutar até ao fim pela manutenção das suas escolas. Querem-nas a funcionar, seja de dia ou de noite, argumentando com o direito à educação.

Os estudantes do ensino recorrente da Escola Secundária da Pontinha não aceitam o encerramento deste regime no estabelecimento. Por isso, estiveram anteontem no Palácio de Belém, onde entregaram uma exposição do caso ao Presidente da República, e no Ministério da Educação, onde deixaram um abaixo-assinado.

A Organização Regional de Setúbal da JCP também contesta o encerramento do ensino nocturno em seis escolas do Seixal, Sesimbra, Palmela e Barreiro. «As justificações dadas pelo Go-

«É um retrocesso nos direitos dos trabalhadores-estudantes», diz a JCP

verno não são aceitáveis», afirmam os jovens comunistas, acrescentando que se trata de mais uma «medida elitista» do executivo de Durão Barroso.

Referindo que a falta de alunos não é real em muitos estabelecimentos, a JCP defende que «o ensino não tem de ser lucrativo, tem sim de garantir que todos os jovens tenham acesso à educação, tal como diz a Constituição». «Há muitos alunos interessados no prosseguimento dos estudos, sendo prova disso o aproveitamento que obtêm, apesar das adversidades e dos obstáculos que o sistema lhes coloca», garantem os jovens comunistas.

«A educação é um direito de todos os cidadãos», diz a JCP, solidarizando-se com a defesa dos direitos dos jovens trabalhadores e dos estudantes que necessitam do ensino recorrente como garantia do acesso à educação. «Esta medida repre-

senta um retrocesso nos direitos dos trabalhadores-estudantes e uma limitação prática ao seu estatuto, já hoje muito desrespeitado», conclui.

Secundário

A Associação de Pais da Escola Secundária dos Anjos, em Lisboa, apela aos vários estabelecimentos de ensino que o Ministério da Educação prevê encerrar no próximo ano lectivo para que contestem a medida. «Estamos há mais de um mês a

lutar contra o encerramento da escola e até agora ainda não conseguimos nada, por isso vamos entrar em contacto com algumas escolas e



«Há muitos alunos interessados no prosseguimento dos estudos, sendo prova disso o aproveitamento que obtêm», garante a JCP

associações de pais para que possamos lutar em conjunto», informou Fátima Oliveira à agência Lusa.

Na segunda-feira, a associação de pais reuniu-se com o secretário de Estado da Administração Educativa, Abílio Morgado, e a secretária de Estado da Educação, Mariana Cascais,

mas o encontro foi inconclusivo.

«Estivemos duas horas reunidos, mas não se adiantou nada. O secretário de Estado disse apenas que ia visitar a escola e que seria marcada uma nova reunião», disse Fátima Oliveira, acrescentando que acredita que a decisão de encer-

rar a escola foi tomada «há muito tempo» e que as reuniões servem «apenas para empatar». «Mas nós não vamos desistir nem ficar parados», garantiu.

Segundo dados do gabinete do ministro da Educação, a Escola Secundária dos Anjos tem 106 alunos e 33 professores.

Penacova em risco de desertificação

O concelho de Penacova está em risco perder grande parte dos jardins de infância e das escolas do 1.º ciclo, se se confirmar a intenção do Governo de encerrar todos os estabelecimentos com menos de dez alunos.

O PCP de Penacova está preocupado com esta situação e apelou às escolas em risco de serem encerradas bem como todos os órgãos autárquicos para não aceitarem o que classificam como uma «medida sumária e arbitrária».

Os comunistas consideram que se trata do primeiro passo para o desenraizamento e para a desertificação. «Encerrar uma escola é tirar a «fonte de vida» às nossas aldeias e condená-las a uma morte lenta», afirmam.

«Com o objectivo de poupar, o Governo está a comprometer o futuro dos nossos filhos e das nossas famílias, que serão obrigadas a estruturar-se de forma diferente e a pensarem em construir o seu futuro noutra terra que acolha dignamente os seus filhos», argumentam.

Em alternativa à intenção de encerramento, o PCP propõe que o caso concreto de cada escola seja analisado e que o Ministério da Educação se reúna com os pais, os professores e as autarquias, de forma a encontrar soluções. «Encerramento de escolas, só com as soluções aprovadas pelos principais interessados. Decisões tão importantes como esta não podem ser

tomadas dentro de um gabinete, olhando apenas para os números. Têm de ser tomadas localmente, analisando com cuidado cada caso, depois de ouvidos os interessados», declaram os comunistas.

Se a intenção do Ministério for para a frente, o PCP pergunta qual o destino das crianças que actualmente frequentam essas escolas e em que tipo de turma serão integradas. «Se, do ponto de vista pedagógico, uma turma demasiado pequena não é o ideal, muito pior é uma turma demasiado grande.»

O transporte, as refeições e a ocupação de tempos livres também preocupa os comunistas, que adiantam que estas questões passarão para

as autarquias, embora não esteja previsto o aumento das dotações orçamentais das câmaras municipais e juntas de freguesia.

«Será legítimo obrigar crianças dos 6 aos 10 anos a afastarem-se da sua terra e a passarem o dia fora de casa? Como poderão as autarquias assegurar todos os transportes, em todos os lugares, à mesma hora? Ou será que vão exigir que crianças de tenra idade saiam de casa de madrugada?», questionam.

O PCP recorda ainda que, em muitas aldeias, as escolas constituem o principal elemento de animação social e cultural, promovendo iniciativas que envolvem toda a população.

Festivais de música em todo o País para a Festa do Avante!



Os festivais de música promovidos pela JCP continuam a decorrer em todo o País. O objectivo é apurar as bandas que tocarão no palco Novos Valores da próxima Festa do Avante!, a 6, 7 e 8 de Setembro. Trata-se de um prémio apetecido para os muitos grupos de música que existem em Portugal, que vêem a Festa como um local privilegiado para mostrar o seu trabalho a milhares de pessoas e alcançar uma maior projecção a nível nacional.

O prazo para a entrega das inscrições do concurso regional de Évora termina já para a semana, a 25 de Junho. Basta contactar a JCP na Rua de Avis, 97, ou o telefone 26 670 06 60. Na organização de Lisboa, as candidaturas terminam a 28 de Junho e podem ser entregues no centro de trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, 1200 Lisboa. O concurso está marcado para 6 de Julho. Em Santarém, o prazo termina a 2 de Julho e o espectáculo decorre a 13 de Julho, em Tomar.

Para além dos concursos regionais, está a decorrer um outro a nível nacional que apurará quatro bandas. As candidaturas devem ser entregues até 1 de Julho, em mão ou por correio, para a sede da JCP (Avenida António Serpa, 26, 2.º esq., 1050-027 Lisboa).

Os regulamentos estão disponíveis nos centros de trabalho do PCP e no site na JCP (www.jcp-org.pt).



Pesca em perigo

• Gustavo Carneiro e Isabel Araújo Branco texto
• Jorge Caria fotos

As pescas portuguesas continuam em perigo. A proposta de revisão da Política Comum de Pescas é uma verdadeira declaração de guerra ao sector português. *O Avante!* foi conhecê-lo melhor. Neste número publica uma reportagem sobre um dia na pesca costeira e uma entrevista com João Lopes, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca.

Portugal é o maior consumidor de peixe *per capita* da Europa e o terceiro a nível mundial. Apesar das nossas fortes tradições pesqueiras, actualmente importamos cerca de dois terços do pescado que consumimos e que usamos na indústria, num valor que ultrapassa os 200 milhões de contos anuais. Desde a adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, a quantidade de peixe capturado nas nossas águas diminuiu mais de 40 por cento, o que se reflectiu na diminuição do número de pescadores e contribuiu para uma quebra da capacidade de produção da indústria conserveira superior a 60 por cento. Actualmente, várias empresas conserveiras (as poucas que ainda resistem) só utilizam peixe importado de países como Marrocos, Peru e Equador, pelo menos durante parte do ano.

Esta situação é causada pela política de abate de barcos (Portugal ultrapassou em cerca de 30 por cento a redução da sua capacidade de pesca relativamente às metas previstas pela UE) e pelo desaparecimento da nossa costa de algumas espécies de peixe como o atum, mas também pela não garantia de acesso aos pesqueiros tradicionais em águas distantes, como os da Gronelândia, da Terra Nova, de Marrocos e de outros países africanos.

Onde estão os benefícios?

A situação das pescas nacionais foi analisada recentemente num debate promovido pelo PCP, sobre o futuro do sector. Os participantes da iniciativa consideraram que a gestão das pescas nos últimos 16 anos foi pautada pela má utilização e repartição dos instrumentos financeiros da União Europeia, por não garantir uma investigação adequada às necessidades das nossas pescarias, por não defender os interesses das pescas artesanal, costeira e em águas distantes, da construção naval e conserveira, das frotas e dos pescadores e pelo não reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores que permitisse a sua valorização e o necessário rejuvenescimento das tripulações.

«A aceitação sem reservas de uma Política Comum de Pescas decidida fora e contra os interesses nacionais e a subalternização da soberania nacional a interesses estrangeiros a Portugal são os traços mais marcantes da política seguida nos últimos anos», lê-se nas conclusões do encontro. A Política Comum de Pescas pôs em perigo a soberania nacional nas águas territoriais (12 milhas), reduziu a frota portuguesa e a capacidade de produção da indústria conserveira, quase aniquilou a indústria de construção naval e não garantiu o acesso aos nossos pesqueiros tradicionais em águas exteriores, impedindo mesmo a negociação de acordos oficiais bilaterais.

No sector das pescas, Portugal tornou-se um país deficitário e cada vez mais dependente em produtos alimentares, passando de país exportador a grande importador. Os aspectos sociais também foram negligenciados, não se verificando medidas no sentido de melhorar as condições de vida e de trabalho dos pescadores e das comunidades directamente dependentes da pesca. Regista-se, aliás, um elevado grau de envelhecimento da população activa na pesca, situação que pode pôr em causa a existência de importantes segmentos da frota e que põe a nu a ineficácia dos volumosos recursos que ao longo dos anos têm sido aplicados na formação profissional, sem reflexo no rejuvenescimento do sector.

Propostas do PCP

- Definição de uma política que se oriente para a alimentação das populações, para o emprego pleno e a melhoria das condições sociais dos trabalhadores do sector e para o desenvolvimento da economia nacional e conservação do meio ambiente e dos recursos pesqueiros;

- A manutenção da soberania nacional sobre o mar territorial de 12 milhas e a defesa do acesso exclusivo à área adjacente de mais 12 milhas e até 50 milhas nas regiões ultraperiféricas (Açores e Madeira);

- Defesa da pesca costeira nacional, em particular a pesca artesanal, através de um programa integrado;

- Definição de uma política de gestão dos recursos pesqueiros que respeite o seu acesso colectivo

- com a oposição absoluta à atribuição de quotas individuais transferíveis;

- Modernização e renovação das frotas pesqueiras nacionais, com o consequente abandono da política de abates e promovendo o relançamento da indústria nacional de construção naval e de aparelhos e artes de pesca tradicionais;

- Defesa dos direitos de Portugal nos acordos entre a União Europeia e outros países;

- Melhoria das condições de trabalho e de remuneração dos pescadores;

- Imposição de um limite da margem de lucro para os intermediários entre os pescadores e os consumidores;

- Melhoria das condições de segurança de barras e portos;

- Defesa do mercado tradicional interno, valorizando a qualidade dos produtos;

- Apoio à indústria conserveira, com a promoção do consumo e minimizando o impacto

do aumento das importações;

- Promoção da investigação pesqueira, assegurando a exploração sustentada dos recursos pesqueiros;

- Apoio à salicultura e à produção aquícola, orientando-a para as culturas de espécie estuárias e de águas interiores.

É preciso reforçar as verbas comunitárias

A proposta de revisão da Política Comum de Pescas, apresentada pelo comissário Fichler e já adoptada pela Comissão Europeia, prevê a diminuição das capturas de peixe da União Europeia entre 30 e 60 por cento e a redução da frota em dez por cento (com a consequente destruição de 27 mil empregos). Se a proposta for aprovada, a utilização de fundos comunitários para a construção ou modernização de embarcações será proibida e serão eliminadas as ajudas à exportação de barcos para países terceiros e à criação de sociedades mistas. As verbas libertadas serão orientadas para incentivos aos abates e para os programas sociais de apoio aos pescadores desempregados.

A proposta será discutida em Outubro, durante a presidência dinamarquesa. O objectivo da Comissão é aprovar a revisão antes do fim do ano para entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2003.

Ilda Figueiredo, enquanto relatora da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu sobre as propostas de orçamento para o

sector, recentemente chamou a atenção daquele órgão para a necessidade de existirem verbas visando nomeadamente a criação de apoio à pequena pesca costeira e à pesca artesanal, o reforço das ajudas às regiões ultraperiféricas, e o apoio à aquíicultura e à indústria transformadora.

A eurodeputada comunista defende que as verbas comunitárias visem também a manutenção da intensidade das ajudas públicas da União Europeia para as pescas, com medidas estruturais e com a modernização da frota e a melhoria das compensações a pescadores e armadores no caso de adequação do esforço de pesca.

O desenvolvimento das relações internacionais, o reforço das condições de trabalho a bordo e das medidas sociais no sector, bem como o aumento do investimento na investigação e desenvolvimento científico e a obtenção de dados estatísticos sobre capturas e desembarque são outras necessidades apontadas por Ilda Figueiredo.

Actualmente, o orçamento da União Europeia é a maior fonte de fundos públicos para o sector.

Pesca em perigo

Sete horas no mar, na costa de Sesimbra, na pesca de rede. É um dia de trabalho que o *Avante!* acompanhou conversando com os pescadores, descobrindo os seus hábitos e falando sobre os seus problemas.

Cinco da manhã de quinta-feira. No porto de Sesimbra há pouco movimento. Ao longe, a tempestade ilumina o céu. *Monte Santiago, Novo Imperador, Deus da Baía, Mar Feliz* e outros barcos ondulam subtilmente junto aos cais. É a hora da chegada da tripulação do *Sol Divino*, a barca que acolhe o *Avante!* por umas horas e que mostrará como é um dia de pesca.

«O que prejudica é a pesca industrial e a venda de peixe espanhol»

O *Sol Divino* é um barco de cerca de 15 metros, pintado a branco e vermelho, datado de 1967. «O motor ainda é o mesmo. É uma grande máquina», afirma Henrique Baeta, um dos pescadores, proprietário da embarcação há dois anos, desde que o pai morreu. Nessa altura juntou-se com o irmão, Manuel, o mestre do barco. Henrique foi ao mar com o pai pela primeira vez aos 8 anos, durante as férias da escola. «Acreditava que navegando para o lado do Sol, nos aproximávamos dele...», recorda. «Devia ter tirado mais que a 4.ª classe. Mecânica, por exemplo. O barco dá sempre e assim era mais uma coisa que aprendia», refere. O *Sol Divino* pesca todo o ano, só parando no Carnaval e 15 dias em Julho, para reparações antes das primeiras chuvas.

A muralha

Os primeiros procedimentos são rotineiros: atestar, desamarar os



Um dia na pesca ao largo de Sesimbra Quanto vale um peixe?

cabos, meter óleo no motor. Lentamente, o barco começa a navegar. Estão quatro homens a bordo. Um quinto junta-se mais à frente, noutra cais, trazendo sete caixas de plástico cor de laranja, destinadas a trazer o pescado. «Vamos ver se enchemos todas», comenta. Todos eles usam botas de borracha e calças de oleado. De vez em quando olham para o céu, tentando adivinhar o tempo. No ar, uma gaivota acompanha o barco na saída do porto, indiferente. O destino são três caçadas a sete milhas de

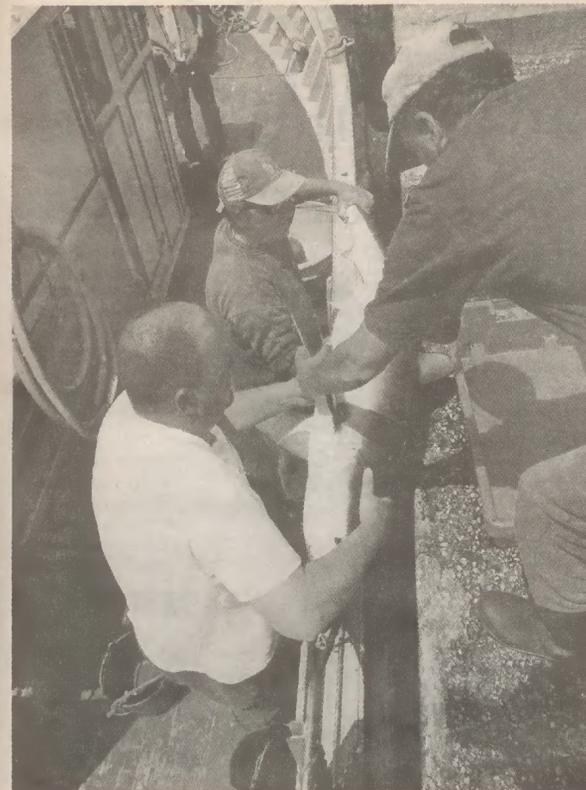
distância, vencidas numa hora. Sesimbra vai ficando pequenina, cada vez mais distante. Os pescadores aproveitam para tomar o pequeno almoço: sandes e alguma fruta. Manuel André - outro pescador, cunhado do mestre - anuncia que o radar está a detectar muita chuva e destina-nos lugares protegidos na casa do leme e na proa, caso a ameaça se concretize. Não chega a ser preciso. O barulho do motor limita qualquer conversa, mas mesmo assim ela surge entre os pescadores do *Sol Divino*, todos eles da mesma família. O mar não mexe, mas o barco balança bastante. Ao longe um navio ilumina uma pequena porção de água. As nuvens confundem-se com o céu. Passamos por várias bóias que assinalam caçadas de outros barcos.

Durante o tempo da viagem pouco há a fazer. À ré, Henrique, filho de Manuel Baeta, olha para o mar, nunca para terra, talvez pensando no peixe que trará mais tarde. Conta que é pescador desde os 16 anos, quando abandonou a escola para se juntar à família nesta lide. Hoje, com 32, pensa na possibilidade de retomar os estudos. Henrique explica que vêm pescar todos os dias, excepto ao domingo e descreve como a rede é deixada no mar: «É como uma muralha que não deixa passar o peixe.» Avisa que, com o nascer do sol pode vir mais vento e mais mar: «Se ficar assim, é bom.» «Agora há menos peixe. Há por aí

muitos barcos do Norte. Acabaram com a costa lá e agora vêm para aqui», lamenta Henrique. São seis horas. A tempestade passou. O céu começa a clarear. Quinze minutos depois as luzes do barco são apagadas. O sol já deve ter nascido, mas continua escondido por trás do monte por onde se espalha Sesimbra.

Lucro só para intermediários

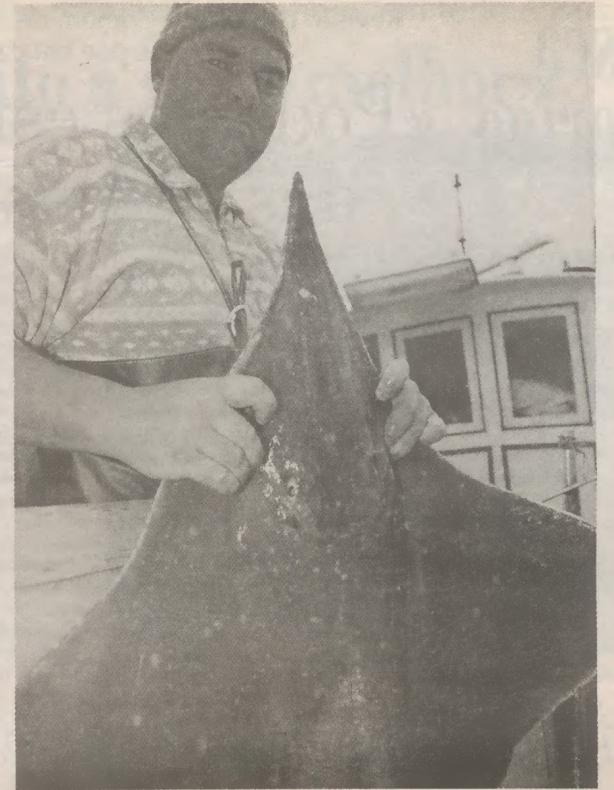
Às seis e 25 chegamos à primeira caçada, feita de rede de tresmalhe, destinada ao tamboril. Primeiro há que tirar a bóia, feita de placas de esferovite sobrepostas, encimada por duas bandeiras de ráfia vermelha. A seguir é a vez dos anzóis, alguns ainda com pedaços de choco para chamar o peixe. Os cabos são puxados por um motor na proa. Henrique *sobrinho* junta oito laçadas na mão e depois larga-as para o convés e recomeça. Cinco minutos depois aparece finalmente a rede, antes a 250 metros de profundidade. Manuel André encaminha-a para a ré, onde mais três homens aguardam para tirar o peixe e estender a rede. Enquanto puxa, André vai pedindo ao mestre, Manuel Baeta, para ir mudando a velocidade do motor. Este, à janela da casa do leme, a fumar, vai olhando para a rede, vazia no chão. O peixe tarda. «O tamboril é bom e no Inverno, no Verão é raro», diz André. Uma gaivota voa à volta do barco várias vezes e acaba por poisar



daqui até Sines. E vem tudo, não fica peixe nenhum, nem os pequenos», diz André, depois de comer uma laranja.

Onde está o peixe?

São oito horas quando chegamos à segunda caçada, agora com rede de emalhar, mais estreita do que a anterior. O procedimento repete-se. Puxa-se primeiro o cabo, depois a rede, esta com dois mil metros. O mestre fala pelo rádio com outros barcos. A rede vem vazia. «Mas onde é que está o peixe? Foi todo ver a bola?», pergunta Henrique *tio*. «Lá vem agora!», grita André. São oito e meia. Os pescadores explicam que os roazes - mamíferos parentes dos golfinhos - andaram por ali e comeram o peixe todo. «São milhares. Alguns atingem os quatro metros, têm 200 ou 300 quilos. Só lhes falta falar. Qualquer dia chegam aqui e dizem para nos irmos embora. Até acho que conhecem os barcos. Esperam que a rede esteja toda corrida para ver se apanham qualquer coisa», conta Henrique. O peixe começa a aparecer, principalmente pescada, cantaril e cavala. A rede traz um polvo. «Tenho de o ir matar. Pode-se dar uma facada ou duas que ele fica sempre vivo. Dou-lhe uma facada no meio dos olhos», diz. O peixe é arranjado no barco, pronto para ir para a lota. Mas continua a ser muito pouco. «Há sempre fé até ao último anzol. Neste caso é rede», afirma. Algum peixe salta nas caixas, a resistir ao oxigénio. Nove e vinte e cinco. Acaba a segunda rede. Com cavalas e chocos fazem novos iscos. «Os peixes são como as pessoas. Há comida de que gostam mais», explicam. Vinte e cinco minutos depois chegamos à última caçada. Uma



«Vendemos pescada a um euro o quilo e depois o consumidor compra a dez euros»

tintureira, também conhecida por tubarão azul, está presa num anzol. Tem mais de um metro e são precisos dois homens para a mudar para o outro lado do barco, onde não estorve. Vai ser vendida a dois euros e meio o quilo. Também aqui a rede vem quase vazia. «Foram os roazes, de certeza!» Lá vem um besugo, uma caneja, mais umas pescadas e umas cavalas. Mas em pouca quantidade. No total apanharam dez quilos. «Há um ano que não apanhávamos tão pouco peixe!»

Futuro

«Se todos os dias fosse assim, tínhamos que mudar de profissão», diz Henrique. O futuro preocupa os pescadores. «Se o barco tivesse que ser abatido, o que é que esta gente ia fazer agora? Ia para a universidade? Ainda ia a tempo, a cabeça é que já não dava... Pedia explicações ao meu

filho... Tinha que ir para as obras. Aqui já estou habituado, mesmo que trabalhe dez ou doze horas. E é mais saudável.» Em Sesimbra, foram abatidos cerca de duas dezenas de barcos nos últimos anos. «Alguns do tamanho deste, outros maiores. Os donos dos barcos ficam com reformas maiores. Os outros ficam com reformas de 50, 60 ou 70 mil euros e têm que voltar a trabalhar», diz Henrique. No fim, a limpeza é feita mais a fundo. Todo o barco é lavado e esfregado. «Não é preciso acabar com a pesca. Dêem tempo ao tempo. As pessoas agora vão todas estudar», diz André. «O que prejudica é a pesca industrial e a venda de peixe espanhol. O que fez mal às pescas foi a entrada para a União Europeia. Foi mau para os agricultores, foi mau para os pescadores... Vem tudo de fora.» Chegamos a Sesimbra às 12 e 15. Foram sete horas de trabalho, praticamente sem descanso.



Pesca em perigo

Revisão da Política Comum de Pescas prejudica pescadores portugueses e põe em causa futuro do sector

«Podemos estar perante o fim das pescas portuguesas»

Portugal será o país mais afectado caso as alterações propostas pela Comissão Europeia à Política Comum de Pescas sejam aprovadas. Esta opinião foi deixada por João Lopes, dirigente da Mútua dos Pescadores de Sesimbra e do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca, em entrevista ao *Avante!*.

Os governos, nestes últimos anos, têm defendido o sector das pescas? É evidente que não. E não sei se este o vai fazer. Por exemplo, o caso da pesca do peixe-espada preto, onde a escassez se vai notando: esta pesca começou em 1984, e chegou a ter 32 embarcações em actividade. Neste momento tem 16, está reduzida a metade. Qualquer governo devia perceber que quando uma espécie desaparece de um local onde era pescada, alguma coisa tem que se fazer. Mas não se faz. Logo por aqui se percebe que o Governo não tem uma política de preservação das espécies. A única coisa que provavelmente vai fazer é funcionar de acordo com indicações traçadas pela Comissão Europeia, que, neste caso, significa não à modernização, reconversão e construção de embarcações e sim aos abates. O nosso critério não é esse, pois não havendo barcos não há pescadores e, não havendo pescadores, não há peixe...

A pesca portuguesa precisa de renovação de frota, não de abates

Quais as consequências para Portugal da revisão da Política Comum de Pescas?

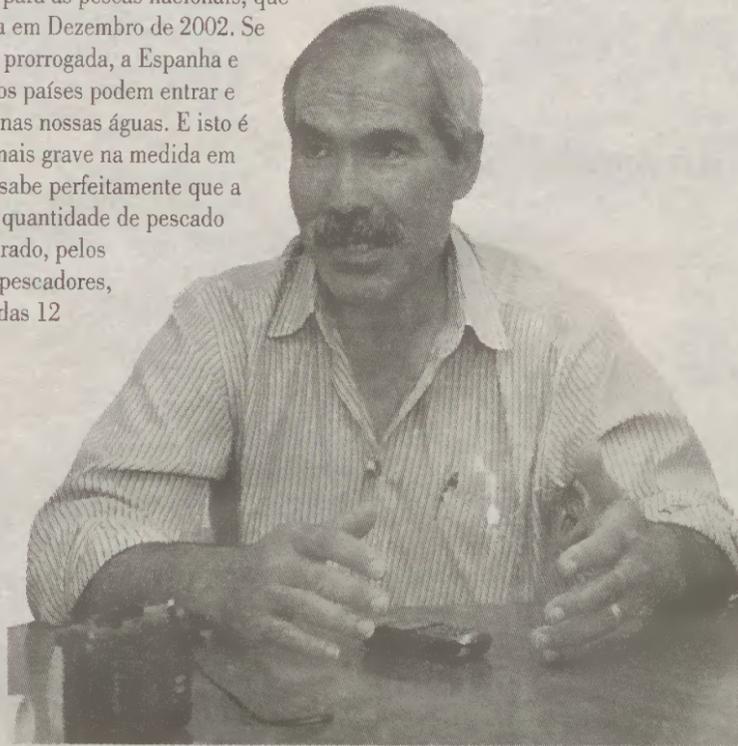
As consequências serão gravosas. Aliás, gravosas já são elas actualmente. Mas serão ainda mais se o Conselho de Ministros europeu aprovar estas medidas da Comissão. Antes de mais, por esta razão, de que sem pescadores não há peixe.

Por outro lado, traz outras más consequências. Não me admira nada que dentro de meia dúzia de anos não tenhamos – já hoje não temos – embarcações competitivas para fazer concorrência com outros países da comunidade. Só os mais próximos, como a Espanha, a França ou a Itália. Já não falando de outros, mais poderosos, como a Dinamarca.

E se a frota for ainda mais reduzida?

Ainda menos hipóteses teremos. E isto pode significar que daqui por meia dúzia de anos possamos ver embarcações de outros países comunitários a pescar nas nossas águas e nós sem termos condições para o fazer. Esta pode ser uma das consequências. Outra pode ser ainda mais grave: o Governo ainda não conseguiu prorrogar a zona económica exclusiva das 12

milhas para as pescas nacionais, que termina em Dezembro de 2002. Se não for prorrogada, a Espanha e os outros países podem entrar e pescar nas nossas águas. E isto é ainda mais grave na medida em que se sabe perfeitamente que a grande quantidade de pescado é capturado, pelos nossos pescadores, dentro das 12 milhas.



As consequências desta revisão são as mesmas para Portugal e para os outros países do Sul da Europa, que normalmente são os países que estão agrupados?

As medidas que a Comissão Europeia está a tentar implementar são gravosas não só para Portugal mas também outros países. Mas aqui notam-se mais, porque Portugal foi dos únicos – ou mesmo o único – países a abater mais frota e mais pescadores do que aquilo que estava

previsto. Comportámo-nos como o bom aluno...

Não pode a Comissão Europeia definir uma questão e aplicá-la a todos os estados-membros, porque a realidade das pescas em Portugal é diferente da de Espanha, que é diferente da de França. Tem que haver uma política nacional de defesa da nossa especificidade de pesca, pois não estamos em condições de competir com qualquer outro país que compõe a comunidade.

É o intermediário quem ganha mais

Existe menos peixe nas nossas águas?

Sem dúvida, porque há um esforço de pesca que já perdura há alguns anos.

E o facto de se terem abatido embarcações, de terem desaparecido cerca de 40 por cento das embarcações em Portugal, não o impediu. Nós, em 1990, tínhamos quase 17 mil embarcações, e hoje, mais de dez anos depois, temos pouco mais de 10 mil, das quais mais de 9 mil pescam dentro das 12 milhas.

Com este nível de abate de embarcações, assim como também de pescadores – havia 41 mil em 1990, e há cerca de 25 mil actualmente – não se diminuiu o esforço de pesca. A escassez, e mesmo a falta, de algumas espécies fizeram com que cada armador tivesse aumentado o esforço de pesca para capturar mais.

A pesca tradicional não apresenta grandes riscos para as espécies, mas sim a pesca industrial, que não é visada por estas medidas...

A pesca tradicional, em minha opinião, deveria ser aquela

que se deveria fazer uma maior esforço para preservar, porque prejudica muito menos o peixe do que os outros tipos de pesca.

E deveriam tomar-se medidas como a paragem biológica para as espécies que se percebem estar em extinção, após os estudos de entidades credíveis, de entre as quais se inclui o IPIMAR, que é da responsabilidade do Governo. Há que fazer estudos, preservar as espécies, há que fazer uma pesca responsável. E eu acredito que, pondo em prática estes pontos, teremos um *habitat* dentro das nossas 12 milhas, e os recursos vão-se preservando.

Portugal importa cerca de dois terços do peixe que consome e que usa na indústria. Isso justifica-se?

Não, não se justifica. Mas não sei se esses números estarão certos. Parece-me que será mais. Dois terços são 66 por cento e tenho indicações que já ultrapassará os 70 por cento.

Mas os pescadores portugueses não pescam o suficiente para o consumo interno?

Podem não pescar o suficiente, mas pelo menos pescam o suficiente para diminuir este número, que é muito grande. E tanto assim é que nos deparamos diariamente com toneladas de peixe deitado ao mar por não ter escoamento. E não tem escoamento porque o nosso mercado comercial não vai consumir esse peixe porque entretanto já consumiu peixe importado.

Uma das medidas que mais nos prejudicou foi, com a entrada de Portugal na CEE, o aparecimento do chamado mercado livre. Anteriormente o mercado funcionava com uma percentagem sobre o pescado, que levava a que o pescador ganhasse mais e o consumidor pagasse menos. Hoje é radicalmente diferente, pois é o sector comercial, o intermediário, quem ganha mais.

Prejudicando tanto o pescador como o consumidor...

Exacto, porque o intermediário obtém o produto a um preço mais baixo e vende-o por um preço mais elevado. E isto vem prejudicar os interesses nacionais, quer de quem produz como de quem consome...

«Os espanhóis têm grande interesse nas nossas águas»

A Espanha é, dos países da União, o que tem a maior frota. Os barcos espanhóis são hoje uma ameaça a Portugal?

Tem a maior frota e um grande interesse nas águas portuguesas. Esse é o nosso maior adversário. E, a partir de Janeiro de 2003, se não houver a prorrogação das 12 milhas como zona exclusiva para a pesca portuguesa, é evidente que temos aí os espanhóis. Na verdade, já os temos, de uma forma ilegal, mesmo com uma zona económica para respeitar. No Algarve, em zonas como Altura, Manta Rota ou Monte Gordo, vêem-se barcos de arrasto espanhóis. Não o podem fazer, mas fazem-no. E, se já hoje o fazem, o que farão quando tiverem livre acesso a estas águas?

Se esta proposta da Comissão Europeia for aprovada,

com o abate de mais barcos, como vai ser a vida desses pescadores?

Vai aumentar mais ainda o desemprego. Em Sesimbra, por exemplo, há neste momento cerca de trezentos pescadores a receber subsídio de desemprego. Se essas medidas vierem, ainda será pior. Porque quem se dedica à pesca há muitos anos, dificilmente tem formação – e condições – para se dedicar a outra actividade. Quantos serão os pescadores com condições para frequentarem cursos? E se tiverem condições, onde estão as alternativas de emprego nos seus concelhos? Por exemplo, em Sesimbra, não há praticamente indústria. Qual a alternativa à pesca? Nenhuma. Aqui só há pesca e turismo, mais nada... Mas quem diz Sesimbra pode dizer muitos outros concelhos, como Peniche, por exemplo.

Para além do que já disseste, quais os outros problemas com que a pesca se depara?

O nosso sector, em termo de embarcações, não é competitivo. Sabemos perfeitamente que 50 por cento dos cerca de 10 mil barcos que temos têm mais de 25 anos e essa é uma questão estruturante, que é fundamental resolver. Só com novas unidades e com a modernização de outras, é possível aproximarmo-nos da competitividade de outros países da União. Por outro lado, há que garantir a quota de pescado que sempre tivemos, até por razões históricas, e que viemos sucessivamente a perder. As propostas de abate são incentivos, pois têm valores muito altos. E numa situação em que as pescas não são as melhores, há armadores que vão optar pelo abate de embarcações. Não podemos deixar que estas medidas vão para a frente; caso contrário, podemos estar perante o fim das pescas portuguesas.

Paralisações, concentrações e manifestações, hoje, em todo o País

«Temos direito a viver melhor»

Paralisações, concentrações e manifestações por todo o País. Eis o que se espera do dia nacional de luta, convocado para hoje pela CGTP. Aos trabalhadores da Administração Pública, juntam-se agora os do sector privado. Em Lisboa, a concentração é às 15 horas, no Rossio.

Aumento do IVA em 2 por cento; fim do crédito bonificado à habitação; liberalização e aumento das rendas de casas; despedimento de cerca de 50 mil trabalhadores com contratos precários e criação de um novo quadro de excedentes na Administração Pública e mais contenção salarial.

Estas são, na prática, as medidas tomadas ou anunciadas pelo Governo PSD/CDS-PP, denuncia a CGTP. Para a central sindical, esta «amarga receita da direita» visa apenas satisfazer os apetites dos ricos e poderosos.

Quanto aos trabalhadores, não passam de «bodes expiatórios das políticas erradas que têm vindo a ser seguidas». Entende a central que «já deu para ver que esta política não traz, nem pode trazer, nada de bom aos jovens, às mulheres e aos homens que trabalham, nem aos pensionistas e reformados».

Quanto à questão do défice, a CGTP considera que este não passa de um pretexto, até porque «abrandamento económico não significa crise», lembrando que a economia nacional continua a crescer.

Apesar deste crescimento, os salários portugueses são os mais baixos da União Europeia e continuam a perder poder de compra e «somos o País onde mais se trabalha na União Europeia». Ainda assim, «a fúria desregulamentadora do

patronato vai ao ponto de pretender acabar com os feriados e comprar o inalienável direito ao descanso».

As violações dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores no local de trabalho sucedem-se, ao mesmo tempo que cresce a precariedade laboral e o trabalho clandesti-

no, fazendo «prosperar patrões gananciosos», acusa a CGTP, que destaca como negativo ainda o abandono da reforma fiscal e os favores feitos pelo ministro Bagão Félix – «testa-de-ferro das seguradoras» – aos grupos financeiros, «que ambicionam abocanhar uma fatia do bolo pago pelos trabalhadores».

Uma resposta vigorosa

Para a CGTP não restam dúvidas: «o caminho a seguir é o da reivindicação e do protesto». No dia nacional de luta, «vamos marcar a nossa posição, vamos dizer que temos direito a viver melhor».

E essa vida melhor, que a Intersindical exige, passa por reivindicar e lutar por: a efectivação do direito à contratação colectiva em todos os sectores e empresas, designadamente na administração pública; crescimento real dos salários; a fixação do salário mínimo nacional em 364,12 euros (73 contos); a valorização do trabalho; redução pro-

gressiva do horário até ao limite máximo semanal das 35 horas, sem redução de salário; o prosseguimento e consolidação da lei de bases da Segurança Social; pensão de reforma justa e actualizada; defesa dos postos de trabalho na administração pública; melhor serviço de saúde, escola pública de qualidade; reposição do crédito bonificado; igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres; aplicação das normas de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Protestar contra a sobre-exploração dos imigrantes, as rescisões forçadas dos contratos de trabalho, a precariedade, os acidentes de trabalho e a privatização da RTP, RDP e de



Os trabalhadores do sector privado juntam-se hoje aos da administração pública no dia nacional de luta da CGTP

Não ao aumento do custo de vida

Durante a concentração em Lisboa, será lançado um abaixo-assinado de mulheres contra o aumento do custo de vida, provocado pelas medidas tomadas pelo Governo PSD/CDS-PP. As proponentes apelam a todas as mulheres para que digam não ao aumento do IVA em dois pontos percentuais, bem como ao fim do crédito bonificado, que atinge principalmente os jovens e as famílias de menores rendimentos. A liberalização e aumento das rendas de casa e o aumento dos transportes, previsto para este ano, merecem igualmente o repúdio das proponentes da iniciativa.

Este abaixo-assinado nasce da constatação de serem mulheres a maioria dos trabalhadores que auferem o salário mínimo nacional e dos reformados e pensionistas com pensões baixas, de serem especialmente afectadas por fenómenos de pobreza e exclusão social e de serem as mulheres que gastam um maior número de horas nas tarefas domésticas e familiares.

Entre as proponentes, destacam-se conhecidos nomes do mundo do espectáculo, das artes, da literatura, do trabalho e dirigentes de diversos movimentos sociais.

Atirados para a miséria

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte denunciou, no passado dia 14, um «angariador de mão-de-obra», responsável por atirar para a miséria nove trabalhadores brasileiros.

Os operários brasileiros começaram a trabalhar em Abril e deviam receber, segundo promessa, 1500 euros por mês, mas o patrão só lhes pagou, há dias, 700 euros, antes de os despedir,

afirmou o sindicalista Albano Ribeiro à Agência Lusa.

Os brasileiros em causa, apresentados aos jornalistas na sede do Sindicato, no Porto, onde ocorreu a confissão de imprensa, trabalhavam 12 horas por dia, incluindo sábados e domingos.

Para além de não lhes ter pago os 1500 euros prometidos, o «angariador» não cumpriu igualmente a sua palavra no que respeita ao alojamen-

to que deveria ter sido pago pelo patrão e não, como aconteceu, descontado do ordenado dos operários. Além disso, não foi entregue qualquer dinheiro na pensão. Depois dos problemas ocorridos com o despedimento, os brasileiros podem ver a sua situação resolvida, graças aos esforços feitos pelo sindicato junto de empresas do sector com o objectivo de lhes obter colocação.

Greve dos serviços de identificação Um êxito assinalável

A adesão à greve dos trabalhadores da Direcção de Serviços de Identificação Civil da Direcção Geral dos Registos e Notariado (DSIC/DGRN) e das Lojas do Cidadão, realizada na passada segunda-feira, foi cumprida «com um elevado nível de adesão», afirma a Federação de Sindicatos da Função Pública, em comunicado do dia da greve.

Afirma a Federação que os serviços da DSIC estiveram encerrados em Lisboa, Porto e Coimbra, bem como não abriram as Lojas do Cidadão de Lisboa e Porto, estimando-se a adesão, em termos nacionais, na ordem dos 90 por cento, constituindo assim um «assinalável êxito».

No centro da contestação está a exigência de integração dos trabalhadores com contratos administrativos de provi-

mento nos quadros dos serviços. A direcção nacional da Federação lembra que esses trabalhadores encontram-se a satisfazer necessidades permanentes dos serviços e caso não seja encontrada uma solução definitiva para a situação dos balcões da DGRN nas Lojas do Cidadão, estas vão ter que fechar pois não haverá pessoal para assegurar a prestação dos serviços.

Isto porá em causa a qualidade do serviço prestado, tal como aconteceu no ano passado, lembra a Federação, «aquando do despedimento de cerca de cem trabalhadores, tendo nessa altura o período de espera para atendimento passado, por exemplo em Lisboa de 3 a 5 minutos para mais de três horas e meia e o período de entrega do Bilhete de Identidade passado de um dia para mais de quinze dias».

O último dia da Electroliber

Na passada sexta-feira, trabalhou-se pela última vez na Electroliber, empresa que há um ano liderava o mercado de distribuição de livros. A razão para o fecho não podia ser mais sinistra: comprada por um grupo empresarial com várias falências no seu currículo, foi-se descapitalizando e as dívidas foram aparecendo.

O processo de encerramento da empresa está intimamente ligado à sua compra pelo grupo de Américo da Costa e Silva. Segundo o CESP – Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal –, em Dezembro de 2000, altura em que a empresa foi comprada, movimentava cerca de 20 milhões de contos por ano e todos os 400 trabalhadores recebiam,

atempada e completamente, os seus salários.

Os trabalhadores já enviaram um pedido de recuperação da empresa ao Tribunal do Comércio e estão determinados a lutar até verem o administrador, Américo da Costa e Silva, pagar pelo crime de gestão danosa. Além disso, o CESP está a fazer todos os esforços junto da Polícia Judiciária para que este crime seja investigado. Segundo a Lusa, sindicalistas afirmam possuir alguns documentos que provam desvios de dinheiro e uma decisão deliberada de fechar a empresa.

O último dia de trabalho decorreu, para os cerca de 170 trabalhadores, em condições no mínimo indignas: sem água nem luz e com lixo acumulado à porta.

Os trabalhadores não entendem como é que uma empresa que há dois anos apresentava lucros consideráveis pode estar, desde o passado mês de Abril, sem dinheiro para pagar a trabalhadores, fornecedores, prestadores de serviços e segurança social.

Sem trabalho desde Março, os 170 trabalhadores deslocavam-se à empresa e passavam um dia inteiro sem fazer nada, à semelhança do que se passa em vários pontos do País, nos mais variados sectores. Na passada sexta-feira, o que se esperava aconteceu: após 54 anos de actividade, com cerca de 700 editores, a Electroliber foi mais uma vítima dos especialistas das falências deliberadas.

Paralisação na Alemanha

Os operários alemães da construção civil iniciaram segunda-feira a primeira greve desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A paralisação é liderada pelo sindicato IG Baun e afecta sobretudo actividades de construção civil em Berlim, Hamburgo e outras cidades a Norte da Alemanha.

De acordo com o sindicato que representa 340 mil dos 950 mil trabalhadores sindicalizados do sector, esta acção contou com a adesão de mais de 98 por cento dos membros. Os operários reivindicam aumentos salariais de 4,5 por cento, na negociação dos contratos terminados em Março, contra uma oferta de três por cento, com efeitos a partir de Setembro. O patronato argumenta que o volume de negócios desceu 10,6 por cento no primeiro trimestre de 2002. Cerca de 500 mil postos de trabalho perderam-se com a crise no sector nos últimos sete anos.

223 sindicalistas assassinados

Mais de 223 sindicalistas, dos quais 201 colombianos, foram assassinados ou desapareceram durante o ano de 2001, segundo o relatório anual da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres publicado segunda-feira. Segundo o relatório cerca de quatro mil sindicalistas foram presos, mil injuriados e 10 mil perderam os seus trabalhos. A globalização é um dos factores que, segundo a Confederação, contribui para a situação actual dos sindicalistas em todo o mundo.

EUA violam leis de migração

Os Estados Unidos mantêm sob custódia 147 pessoas, 18 delas sem advogado, no âmbito das suas investigações sobre os atentados de 11 de Setembro. A revelação foi feita esta semana pelo Departamento de Justiça norte-americano, que adiantou que alguns dos detidos, com ou sem ordem judicial, não foram informados das acusações que pendem sobre eles. Do total de prisioneiros, 74 estão à guarda do Serviço de Imigração e Naturalização por violação das leis de migração, enfrentando os restantes 73 acusações criminais por infracções relacionadas com os atentados de Setembro.

Havel forma governo

O presidente checo, Vaclav Havel, iniciou as consultas com os líderes políticos para a formação de um novo governo, depois das eleições de sábado que deram a vitória ao Partido Social-Democrata, com 30,2 por cento. Entretanto, Havel não convocou o líder do Partido Comunista, Miroslav Grebenicek, o que suscitou duras críticas de vários sectores políticos.

O primeiro troço do muro para isolar os palestinianos terá 130 Km e custará um milhão de dólares por quilómetro

O muro da iniquidade israelita

Em nome da segurança, Israel está a construir um muro electrificado em torno dos territórios palestinianos. É a nova versão dos campos de concentração.

As escavadoras chegaram domingo de manhã ao cruzamento de Salem, a norte de Israel, na região da Galileia, a uma centena de quilómetros de Tel-avive, para dar início à construção do que se anuncia como uma das muralhas militares mais sofisticadas do mundo: quilómetros de cimento, aço e arame farpado, com sensores eléctricos e câmaras de filmar, permanentemente vigiados pelo exército, para separar Israel da Palestina e controlar os palestinianos.

O local escolhido para começar as obras encontra-se a um passo da martirizada cidade de Jenin, onde nunca chegou a entrar a missão da ONU que deveria investigar a veracidade da acusação de massacres cometidos por Israel contra a população civil. A mesma cidade de Jenin onde esta segunda-feira voltaram a entrar os

tanques israelitas, deixando de novo atrás de si um traço de morte e destruição.

Onze aldeias palestinianas autónomas, com um total de 26 000 habitantes, ficarão isoladas dos restantes territórios palestinianos, sendo anexadas por Israel para «efeitos defensivos», de acordo com uma decisão unilateral do Ministério de Defesa, que invocou razões estratégicas, topográficas e militares.

Para o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, a construção desta muralha ao longo da «linha verde» entre a Cisjordânia e Israel expressa «o racismo sionista».

«Esta muralha de separação constitui uma medonha agressão, é um acto de racismo sionista e de apartheid», disse Arafat, garantindo que «está fora de questão, quaisquer que sejam as circuns-

«Esta muralha é um acto de racismo sionista e de apartheid»



A solidariedade com o povo palestiniano é mais premente do que nunca (Manifestação em Washington, Abril de 2002)

tâncias, que nós aceitemos um tal projecto».

Reacções

A medida suscitou de imediato os protestos dos árabes israelitas, que representam 20 por cento da população de Israel. Segundo a Comis-

são Suprema de Supervisão dos Assuntos Árabes, uma estrutura israelita que agrupa as associações civis árabes, a construção do muro não trará «nem paz nem segurança a Israel».

Também a extrema-direita israelita está contra a construção do muro, mas por motivos contrários. O movimento radical dos colonos, que integra cerca de 200 000 pessoas, considera que os colonatos ficarão isolados dentro dos territórios palestinianos e teme que o muro acabe por funcionar como uma fronteira do futuro Estado da Palestina, o que não aceitam. Defensores do Grande Israel, ocupando os territórios desde o Mediterrâneo até à Jordânia, os extremistas advogam a expulsão pura e simples dos palestinianos para os países árabes vizinhos.

O Movimento da Resistência Islâmica - Hamas recusou igualmente a construção do muro. Em declarações à agência EFE, o porta-voz do

Hamas, Mahmud az-Zahar, lamentou que continue «a política dos factos consumados», considerando que «a realidade criada por essa muralha dificultará as negociações de paz na altura da retirada (do exército israelita) da Cisjordânia».

Quanto ao ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, admitiu que a construção de um muro de segurança não é «uma solução perfeita».

«Não creio que seja uma solução perfeita. Não creio que, hoje, sejam as trincheiras, as armas ou as linhas de demarcação que dão segurança. A única forma de atingir uma verdadeira segurança é um acordo político», declarou Peres.

De salientar que o muro constituirá, para além de tudo o mais, acrescidas dificuldades para a entrada em Israel de milhares de trabalhadores palestinianos que têm neste país a sua única fonte de rendimento.

Condições e contradições

«As condições ainda não estão maduras para a criação de um Estado da Palestina, seja interino ou de outro tipo», afirmou esta semana o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon.

O comentário contradiz as declarações de Shimon Peres proferidas no início da semana na Bulgária, segundo as quais teria preparado um acordo com os palestinianos sobre a criação rápida de um Estado palestiniano de fronteiras provisórias.

Numa conferência de imprensa em Sófia, Peres disse esperar que «um Estado palestiniano arranque num prazo de oito semanas sem fronteiras ainda definitivas», sublinhando que «o Estado será provisório nas suas

fronteiras, mas não enquanto Estado». Peres adiantou ainda que «esta ideia já se propagou até aos Estados Unidos, ao Egipto e à Arábia Saudita». De facto, o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, referiu-se no passado dia 12 ao nascimento de um Estado palestiniano «provisório» ou «interino», mas o ministro palestiniano das Colectividades Locais, Saeb Erakat, e o ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio, Ahmed Maher, não se mostraram muito receptivos à ideia.

«Já ouvi falar de governo interino, de outras coisas interinas, mas nunca ouvi falar de um Estado interino», ironizou Maher, no domingo, em declarações à imprensa.

Repressão no Peru

Violentas manifestações tiveram lugar, segunda-feira, em Tacna, no Sul do Peru, depois de o governo ter declarado o estado de emergência e o recolher obrigatório no departamento de Arequipa, para deter a onda de protestos contra as empresas eléctricas Egasa e Egesur, adquiridas pelo grupo belga Tractebel, sucursal da Suez-Lyonnaise des Eaux.

Os protestos provocaram um morto e cerca de cem feridos.

Com o estado de emergência ficaram suspensos todos os direitos dos cidadãos na cidade e as Forças Armadas do Peru assumiram o controlo da ordem. O toque de reco-

lher obrigatório foi anunciado domingo uma hora após o presidente peruano, Alejandro Toledo, ter dirigido uma mensagem à Nação advertindo que não irá tolerar os protestos contra o seu governo e afirmou que «as privatizações vão continuar».

O perfeito de Arequipa, Juan Manuel Guillén, a quem o governo acusa de instigar os actos de violência, afirmou que a população se sente ludibriada por Toledo, «porque ele prometeu que não privatizaria as empresas de energia eléctrica». «Enganaram e mentiram ao povo de Arequipa. Este compromisso assinado por Alejandro Toledo é o testemunho, é a prova», acusou.

Maioria de direita no parlamento francês

A direita conquistou domingo a maioria absoluta na segunda volta das eleições para a Assembleia Nacional francesa.

A União para a Maioria Presidencial (UMP), partido do Presidente francês, Jacques Chirac, criada antes das eleições para reunir as diversas tendências da direita e assegurar a vitória, obteve 355 lugares num total de 399 eleitos pela direita. A esquerda, que deteve até domingo a maioria absoluta, não ultrapassou os 178 lugares (147 do partido socialista, 21 do partido comunista, três dos verdes e os restantes de pequenos partidos).

A taxa de abstenção para esta segunda volta, o quarto domingo eleitoral em menos de dois meses, atingiu os 39 por cento e passou a ser um novo recorde histórico nas legislativas, após ter atin-

gido os 35,6 por cento na primeira volta realizada no dia 9 deste mês.

A Assembleia Nacional tem 577 lugares, número que corresponde às circunscrições eleitorais, e os mandatos são de cinco anos. Cada circunscrição corresponde a um território com cerca de 100 mil habitantes.

Em contrapartida, após esta segunda ronda, Paris fica com uma maioria de deputados de esquerda, ao contrário do restante país. Nas 21 circunscrições da região parisiense, a esquerda ganhou 12, mais três do que na legislatura anterior.

François Hollande, secretário-geral do PS, foi reeleito em Correnze, região considerada feudo de Jacques Chirac. Por seu lado, Jack Lang, antigo ministro da Cultura e Educação, também conseguiu segurar o lugar de deputado.

Cuba

Marcha Nacional pelo socialismo

Em resposta às ameaças de Bush, mais de nove milhões de cubanos manifestaram-se dia 12 em defesa do carácter «irreversível» do socialismo em Cuba.

«A maior demonstração popular da história» de Cuba. Assim qualificou a televisão cubana a Marcha Nacional que no dia 12 levou para a rua mais de nove milhões de pessoas (num total de 11,2 milhões de habitantes), em apoio a um projecto de alteração da Constituição para que a Magna Carta «exprima a vontade popular» de que o socialismo no país é «intocável». Segundo a emissora, «o acto de quarta-feira constitui uma prova irrefutável da unidade, consciência e elevada cultura» do povo cubano, «cuja vontade ninguém pode pôr em causa».

Esta Marcha foi a mais impressionante manifestação de repúdio jamais realizada às ameaças dos EUA, consubstanciadas nas recentes declarações de Bush sobre Cuba. O presidente norte-americano apelou dia 20 de Maio, em Miami, à manutenção do embargo económico e financeiro a Cuba, em vigor há mais de 40 anos, enquanto o regime de Havana não der «provas» de que se quer comprometer com «a via da democracia» e se transformar numa «economia de mercado».

O presidente cubano, Fidel Castro, acompanhado de membros do seu governo, encabeçou a marcha na capital cubana, que mobilizou mais de um milhão de pessoas num total de dois milhões de habitantes, desfilando por vários quilómetros e frente à secção de

interesses norte-americana. Tal como em Havana, realizaram-se concentrações em todas as capitais provinciais do país, sendo as palavras de ordem mais ouvidas as de «abaixo a mentira» e «viva o socialismo».

A crítica e a resposta

O projecto de reforma constitucional, que em breve será discutido e votado no parlamento, visa «consignar expressamente a vontade do povo cubano de que o regime económico, político e social consagrado na Constituição é intocável». A emenda foi apresentada à Assembleia Nacional pelas organizações de massa: central dos trabalhadores cubanos, federação

das mulheres cubanas, comités de defesa da revolução, associação nacional dos agricultores, federações de estudantes, pioneiros e combatentes.

Contra a iniciativa, segundo a Lusa, manifestaram-se os promotores do «Projecto Varela», um apelo da dissidência cubana para um referendo a favor de «reformas democráticas». Em comunicado, os autores do «Projecto Varela» consideram que «esta tentativa anticívica hostil à Constituição [de consagrar o carácter irreversível do socialismo] é um acto muito grave contra a soberania popular, típica dos regimes fascistas, comunistas e de todos aqueles que exercem o terror, em fase de totalitarismo agonizante».

A magnitude da resposta popular que paralisou o país parece inequívoca. Só faltava agora, como disse Fidel referindo-se a Bush, que venham dizer que os mais de nove milhões de cubanos que saíram à rua foram mobilizados... à força.



Fidel responde a Bush

«Quando o uso prepotente da força se impõe acima de todo o direito, toda a ética e toda a razão, o único suporte ideológico possível dessa força é a demagogia e a mentira». As palavras são de Fidel Castro, num discurso pronunciado na Praça da Revolução «Antonio Maceo», em Santiago de Cuba, dois dias antes do país ter parado na maior manifestação de sempre da história cubana.

A intervenção, de resposta às declarações de Bush em Miami, lembrou «a amarga experiência do nazismo» e «a falta de visão e a cobardia dos estadistas das mais fortes potências europeias» da época que levaram à tragédia da guerra. Traçando um paralelismo com a actualidade, Fidel sublinhou que o perigo não está na eventualidade de

os EUA se tornarem um regime fascista, facto que considera praticamente impossível devido às instituições, tradição e cultura do povo norte-americano, mas sim na esfera da sua política internacional.

«São tais as faculdades e prerrogativas de um presidente, e tão imensa a rede de poder militar, económico e tecnológico desse Estado, que, de facto, em virtude de circunstâncias completamente alheias à vontade do povo norte-americano, o mundo está começando a ser regido por métodos e concepções nazis» - disse Fidel.

A título de exemplo, o presidente cubano referiu a crescente marginalização da ONU e a alegada campanha contra o terrorismo, sublinhando o facto de Bush ter proclamado, em 20 de Setembro de 2001,

perante o silêncio dos dirigentes políticos da maioria dos países, que quem não apoiasse o seu projecto seria considerado terrorista, expondo-se aos ataques dos EUA. Segundo Fidel, «tais concepções e métodos não se coadunam com a ideia de uma ordem mundial democrática, baseada em normas e princípios que garantam a segurança e a paz a todos os povos».

No seu discurso, o dirigente cubano voltou a classificar de «colossal mentira» a acusação de que o país produz armas biológicas, e fez notar que os EUA não têm qualquer legitimidade para lançarem «desafios políticos à direcção revolucionária cubana», nem para colocarem «exigências sobre questões que têm a ver exclusivamente» com a soberania de Cuba.

Nove milhões de cubanos em mobilização inédita

• Miguel Urbano Rodrigues

Nunca em Cuba tanto povo saiu às ruas como no 12 de Junho.

Quantos eram? As estimativas apontam para uns 9 milhões, mais de quatro quintos da população da Ilha. Essas gigantescas manifestações, que abrangeram todos os municípios do país, não estavam previstas. A decisão foi tomada quase em cima da hora por iniciativa de Fidel e de uma Assembleia Extraordinária das direcções nacionais das organizações de massas. Foi uma resposta. A ideia nasceu das últimas ameaças de George Bush, formuladas nos discursos de Miami e da Academia Militar de West Point. Esta arenga, de nítido recorte nazi, provocou em Cuba um sentimento generalizado de indignação. O povo de Martí reagiu às provocações à sua maneira. Os cubanos tem consciência de que novos perigos se adensam sobre a sua Ilha cercada. Mas não são gente que se deixe intimidar pelo reforço da agressividade imperialista. No âmbito da sua política de terrorismo de Estado, Washington retomou a velha e ridícula tese segundo a qual Cuba representa um perigo para a segurança dos EUA. Inesperadamente, um obscuro subsecretário de Estado, o sr. Bolton, «descobriu» que o desenvolvimento alcançado por Cuba no campo da bio-genética

Os cubanos habituaram-se há muito a viver numa situação de guerra não declarada. Conhecem o poder do inimigo e o seu ódio à Revolução. Sabem que não há diálogo possível com George Bush. A única resposta adequada à estratégia belicista e intervencionista da Casa Branca é a reafirmação de fidelidade aos princípios.

A colossal marcha combatente do dia 12 expressou com transparência a decisão do povo cubano de preservar a sua soberania custe o que custar, de defender um conceito de democracia que o levou a optar pelo socialismo e a repudiar o capitalismo.

Daf a iniciativa das organizações de massas de fazer constar da Constituição da República a irreversibilidade do socialismo. É também uma resposta ao chamado Plano Varela, ideado pelos grupelhos da oposição interna e defendido por Carter.

O projecto aprovado em Assembleia Extraordinária propõe à Assembleia Nacional do Poder Popular que a Constituição consagre no seu Capítulo I que «Cuba é um estado socialista de trabalhadores, independente e soberano, organizado com todos e para bem de todos, como República unitária e democrática, para o usufruto da liberdade política, da justiça social, o bem estar individual e colectivo e a solidariedade humana».

E, em réplica indirecta à insolência de Bush, mais se pede que a Lei Magna consigne expressamente que «o regime económico, político e social consagrado na Constituição da República é intocável» e que as «relações diplomáticas e políticas com qualquer outro Estado não poderão ser jamais negociadas sob agressão, ameaça ou pressão de uma potência estrangeira».

Foram essas propostas de emenda à Constituição que o povo, usando diferentes palavras de ordem, aclamou e referendou nas ruas de cada um dos municípios de Cuba.

Alguns observadores estrangeiros terão dificuldade em entender um plebiscito popular inédito através do qual nove milhões de cubanos informaram George Bush e o sistema de poder por ele representado de que não cederão a quaisquer ameaças e que a fidelidade ao socialismo não é negociável.

O ano 2002 será mais um ano muito difícil. Bloqueada há mais de quarenta anos, Cuba, após a implosão da URSS, ao integrar-se parcialmente num mercado controlado pelo imperialismo, não pôde evitar a introdução de elementos do capitalismo que se chocam com o projecto socialista ideado na fase romântica da Revolução.

Mas resiste. E essa demonstração de que é possível resistir, não se submeter ao imperialismo, continua a ser a mais bela contribuição do povo cubano à humanidade.

(¹) A ignorância do actual Presidente dos EUA está no nível da sua agressividade e insolência. Segundo a revista alemã «Der Spiegel», Bush, durante um encontro em Washington com o colega brasileiro Fernando Henrique Cardoso, em Novembro de 2001, perguntou-lhe de repente: «Vocês também têm negros no Brasil?»

Tribuna da Conferência



Ser diferente!

Considero que a Tribuna da Conferência não deve, nem pode substituir a participação dos militantes na discussão dentro dos organismos a que pertençam, e participo na discussão por esta via de forma a garantir que as minhas opiniões são tidas em conta tal como a de outros que utilizam este espaço.

Se o sonho comanda a vida, então eu fui, sou e quero ser diferente.

Sou diferente, porque sonho por uma sociedade nova e diferente, em que cada Homem viva em igualdade com os seus semelhantes e que no seu vocabulário a expressão «Exploração do Homem pelo Homem» deixe de ter sentido.

Sonho com um Mundo sem fome, sem miséria, sem desigualdades, em que o poder esteja inteiramente ao serviço do bem e da felicidade dos seres humanos.

Aderi ao Partido Comunista Português aceitando a seu Programa e Estatutos e considero o seu Programa «Portugal - uma democracia avançada no limiar do século XXI», os objectivos de construção de uma nova sociedade liberta da exploração que também são os meus.

Aderi a um Partido diferente, que não é de todos, porque não é daqueles que vivem à custa da exploração humana. É sim o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores que luta pelo poder, mas não um poder qualquer e a qualquer preço.

Sou militante de um Partido que não existe para ser mais um a gerir e sustentar o capitalismo, que não troca a sua ideologia, as seus princípios e a sua dignidade por uns quantos lugares de ministros e de secretários de Estado, e por isso mesmo é um Partido diferente e essa diferença tem de ser dita e afirmada, e nunca pode ser esquecida.

Considero que a forma como debatemos as ideias, fazemos críticas e apresentamos propostas dentro de cada organismo ultrapassando as divergências e assumindo uma decisão colectiva, assim como o conjunto de regras estatutárias que seguimos são essenciais para termos uma única orientação geral e uma única Direcção Central.

Esta forma de organização onde todas as opiniões individuais contam, são respeitadas e se transformam no final em opinião colectiva é inigualável e testemunha a profunda democracia-interna no nosso Partido que é parte do garante da sua unidade e coesão.

A unidade tem sido um dos mais importantes aspectos positivos do Partido e da sua Direcção permitindo a conjugação de todas as forças num mesmo sentido e dando uma grande confiança aos militantes, mas sempre que a unidade é abalada o Partido enfraquece.

Durante os anos difíceis da clandestinidade, nomeadamente na década de 40, muitos foram os camaradas presos, torturados e mortos pela PIDE devido a fugas de informação.

Hoje em Portugal os comunistas já não são presos, nem torturados, nem mortos mas as fugas de informação na Direcção voltaram.

Para ser-se comunista não basta dizer que se é, tem de se comportar como tal.

Ser comunista é ser diferente, e a diferença tem de ser real e visível.

Nas últimas eleições autárquicas a influência do PCP diminuiu, e sendo as autarquias locais onde o poder é exercido por comunistas, algo não está a correr bem, e mais preocupado fiquei quando vi e ouvi um conhecido nosso inimigo, representante da direita que foi eleito presidente da câmara municipal da capital do nosso país afirmar que ia apoiar o candidato comunista (cabeça de lista de uma coligação com o partido que estava no governo a praticar política de direita ao serviço do capitalismo contra os trabalhadores) à assembleia municipal porque nas autarquias já não havia diferenças ideológicas.

Se somos diferentes, como é possível verificar a diferença em situações como a anterior? Será que a diferença existe?

Eu tenho a certeza que os comunistas são diferentes, na teoria e na prática, não tenho a certeza que todos os que estão inscritos no Partido sejam comunistas.

Carlos de Sousa
Montijo

As regras do capital(*)

Com amor e raiva se debate no Partido. O poder económico, atento, apadrinha quem gosta.

Prefigura-se claramente um ataque à fortaleza comunista, em nome da modernidade.

Exigem-se transformações que passam pelo enterro de princípios e métodos, de molde a fazer uma aproximação ao modelo dos outros partidos.

Acredita-se que um PCP reformista é mais útil à esquerda.

Nega-se a análise das experiências de países da Europa onde a funcionalidade moderna dos Partidos Comunistas deu os frutos que deu.

Exige-se que o Secretário-Geral saia. Exige-se que não saia.

Afirma-se que os órgãos de Direcção foram tomados de assalto. Afirma-se que não há qualquer fracção organizada, e há. Afirmam-se expulsões que não se concretizam.

Constato que muitos camaradas, no uso de direito que lhes assiste, servindo-se de amizades e cumplicidades, ascenderam a lugares de grande relevância no aparelho do Estado, ou a situações novas de bem-estar, que geraram em si novas pessoas e novas mentalidades. É um traço de união de muitos camaradas.

As novas técnicas reduziram os locais de trabalho a pequenas unidades funcionais, normalmente bem informatizadas onde os trabalhadores são divididos por salários diferenciados, gratificações especiais em função de subordinações e escravaturas, numa permanente emulação selvagem.

A legislação laboral, onde os socialistas tiveram um trabalho empenhado a favor dos grandes interesses patronais, em convergência com os partidos de direita, reduziu os direitos e liberdades e fez, e faz, pairar um clima inibidor da militância, quer sindical quer política.

No mundo do trabalho a avaliação das potencialidades do homem em função da idade, coloca em pânico trabalhadores com mais 40 anos que, longe da reforma, em caso de despedimento vêem terminadas as hipóteses de nova carreira. Os trabalhadores a prazo vivem uma situação angustiante, desencorajados da luta pela iminência de despedimentos. Ser-se comunista é, nos locais de trabalho, um motivo de preocupação e de medo.

Tem vindo a ser implantada na comunicação social a ideia básica do individual ligado ao sucesso. O herói não emana da vida. É fabricado.

A TV, como dizia um «crânio insigne», está em condições de vender tudo, até um Presidente da República a prestações. Tal o poder avaliado. Esta análise levanta um clamor de alguns dos nossos camaradas como se essa causa não possa ser invocada como um dos factores importantes dos nossos desaires.

Sendo nosso objectivo político a criação duma sociedade que seja a negação do capitalismo, é óbvio que os capitalistas donos dos órgãos da comunicação social só nos deixam intervir, sempre, se a nossa intervenção vai no sentido da sua estratégia. Atacando-os, eles só nos deixam expressar até ao limiar do tolerável. E são eles que marcam os limites, não de lápis azul na mão, mas utilizando uma gaveta sem fundo para papel reciclado. Eles não querem, nem podem, que a nossa intervenção na comunicação social seja organizada ou sistematizada, no sentido de produzir transformações nas mentalidades. Do lado deles o que se pretende da nossa intervenção é que ela seja a prova que a comunicação social defende a liberdade e está, por igual, aberta a todas as correntes do pensamento. E não está. E assim se vende como bom um papel sujo.

Termino perguntando sobre o tão almejado Congresso Extraordinário: Como vai ser preparado? Com dez mil militantes ou cinquenta mil, ou cem mil? Aberto a todos? Com direito a meio minuto de expressão, ou o tempo todo do mundo? Espontâneo como uma cegada popular? Preparado pelo Partido conforme às regras?

A conquista do Partido para transformaçõ-

es tem de ser feita por dentro, com honra, com lealdade. Venham argumentar, convencer, para a Conferência agora, para todos os Congressos futuros, se necessários.

Estamos atentos, dentro de nós as campanhas tilintam.

Pires Rocha
Coimbra

Por que será?

Nos últimos meses, em algumas reuniões e fora delas, tenho conversado e discutido muito com os mais variados camaradas. E das inúmeras interrogações que vão saltando destes diálogos, uma é insistentemente formulada: por que razão não é o Avante um jornal aberto à participação de todo e qualquer militante?

Mesmo não constituindo o Avante a principal justificação para o défice democrático da vida interna partidária nem, tão-pouco, a solução milagrosa para ele, a pergunta faz todo o sentido. Por muitas razões mas, sobretudo, por uma muito particular e actual: é a própria direcção que, ao avançar com a Tribuna da Conferência no Avante, vem legitimar e sublinhar a lógica da pergunta e reconhecer o Avante como um instrumento indispensável à generalização do debate das ideias e à divulgação destas entre os comunistas.

De facto, não fosse esse o propósito a cumprir e a necessidade a satisfazer, por que tomaria a direcção tal iniciativa? Para aumentar as vendas? Para revelar o seu apego ao debate? Para se mostrar atenta aos militantes e satisfazer os mais exigentes ou críticos? Para alargar a «elite» dos que alcançam as páginas dos jornais, Avante incluído? Certamente que não.

Aceitando, portanto, a bondade daquela decisão, fica não ar, ou melhor, nasce de imediato na inteligência de qualquer um, uma outra, mas não menos inquietante dúvida: se é assim em vésperas da Conferência, se já foi assim antes de alguns Congressos, por que razão não é sempre assim?

Será que os militantes do Partido só devem ser chamados a pensar de vez em quando? Nenhum comunista admite tal aberração.

Será que o debate entre comunistas pode ser regulado à imagem e semelhança do que se verifica com a sazonal lei da caça? Sendo certo que há momentos para tudo, nenhum militante o pode aceitar.

Será que, fora daqueles «períodos especiais», não há nada para discutir? As conhecidas e reconhecidas divergências entre comunistas demonstram o contrário.

Será que o funcionamento regular do Partido, no seu modelo vertical e celular, é compatível com um debate que envolva todos os comunistas e os confronte, por igual, com o plural e o contraditório, próprios do pensamento humano? Mesmo o mais recente e inexperiente militante dirá que não.

Será que a profundidade exigida a qualquer discussão que se queira produtiva é compatível com o sentido único da dinâmica partidária, em que o diálogo entre os militantes deu lugar à conhecida prática do «levar à direcção»? É evidente que não.

Então, por que será?

Porque alguns dirigentes desvalorizam a importância da discussão política como factor de mobilização e agregação partidárias, apesar da complexidade do actual contexto político e ideológico recomendar exactamente o contrário.

Porque alguns dirigentes receiam que a livre expressão e aberta afirmação de pontos de vista ponham em xeque as suas próprias opiniões e os impeçam de continuar a impô-las como únicas e intocáveis.

Porque alguns dirigentes sabem que o debate livre, plural, polémico, participado, substantivo e informado aproxima o dia da inevitável implosão dos seus supercentralizados mecanismos de decisão.

Porque alguns dirigentes há muito abandonaram o bom costume de ouvir os militantes, incluindo no pensamento comunista e nas orientações programáticas, outras e novas ideias, análises e propostas.

Porque alguns dirigentes só se lembram da complexidade da prática e da teoria política

quando se trata de procurar as causas dos insucessos e de iludir as suas responsabilidades.

Porque alguns dirigentes preferem o activismo acrítico à militância politicamente informada e ideologicamente esclarecida, a pretexto de recusarem transformar o PCP num clube de discussões, como se isso fosse um perigo real ou alguém o pretendesse.

E, finalmente, porque alguns dirigentes do Partido olham para o debate das ideias como a ortodoxia do Vaticano olha para a vida sexual dos sacerdotes: há portas que é um perigo entreabrir... levam-nos pelos caminhos do Demo!

João Semedo
Porto

Combater a ofensiva de classe!

Tomou posse o Governo mais à direita desde o 25 de Abril, o que prepara a maior ofensiva contra os direitos dos trabalhadores desde há muito: aumento do IVA, privatização da Segurança Social, Saúde e Educação, desmantelamento dos serviços públicos de rádio e televisão, inquietantes ataques aos funcionários públicos, fim da bonificação ao crédito para habitação, fim das tributações dos lucros das operações bolsistas, entre outras medidas.

Uma ofensiva de classe.

Paralelamente a esta ofensiva, o nosso Partido tem sido bombardeado como possivelmente desde o 25 de Abril nunca foi: hostilidade para com as nossas propostas, deturpação das nossas posições, silenciamento das nossas iniciativas, actividade fraccionária. Este Partido, o único que pode derrotar, na rua, nas empresas, nas instituições, a ofensiva de direita, é o mesmo que tem sido incessantemente atacado e caluniado.

A ofensiva governamental é inseparável, na sua origem, da ofensiva contra o nosso Partido.

A ofensiva de classe responderemos com a luta de classe!

No plano geral da luta penso que a linha de acção prioritária, a par dos trabalhadores, é a acção junto da juventude. Algumas das mais graves propostas governamentais dirigem-se contra a juventude de onde se destaca a proposta de privatização da Segurança Social. A juventude não está, no geral, alertada para a questão da segurança social por ser algo mais distante no tempo. A juventude é o sector social que está à partida menos preparado para defender a segurança social, e é precisamente aí que o patronato investe as suas forças para a privatizar.

O patronato sabe bem o que é a luta de classes.

No plano do reforço do Partido junto dos trabalhadores que soluções devemos adoptar? Não havendo respostas pronto-a-vestir penso que são imprescindíveis: persistência, definição correcta de prioridades, reforço ideológico das células, afirmação do Partido junto dos trabalhadores.

Sobre organização partidária, é esta que faz a diferença entre um conjunto de comunistas e um Partido comunista. Se bem que não há graves erros de organização, há aspectos negativos como: perda de persistência, agilidade, determinação, insuficiente discussão política, insuficiente discussão ideológica, carácter rotineiro das nossas reuniões.

Um outro campo de acção muito valioso para o nosso reforço é a intervenção cultural.

Por que não utilizar os nossos espaços para iniciativas de teatro amador, música, cinema, poesia, literatura, feiras de livro usado, artesanato? É certo que já se faz alguns centros de trabalho, mas também é verdade que há outros que mantêm este potencial desaproveitado.

Por que não integrar uma componente artística nas nossas campanhas eleitorais através de cartazes, murais, músicas de campanha?

Por que não integrar nas nossas iniciativas políticas iniciativas culturais em que as duas componentes se valorizam mutuamente?

Tribuna da Conferência



Estas propostas em si nada têm de novo, o que é certo é que a integração de cultura e política é algo que já foi mais forte no Partido.

Sobre a crise interna do nosso Partido acrescento apenas isto:

a) A malta das jantaradas não quer congresso nenhum. Os que o defendem são os mesmos que apelavam ao adiamento do XVI Congresso. A haver um congresso diriam logo que era um congresso do costume, sem discussão, sem isto, sem aquilo. As únicas regras de discussão que aceitam são as suas.

b) Seria muito interessante comparar aquilo que criticam no Partido com aquilo que fizeram, quando no Partido tinham responsabilidades, ou fazem em outros campos de intervenção.

As jantaradas e abaixo-assinados são iniciativas contra o nosso Partido promovidas por um grupo organizado de militantes. Este tipo de iniciativas não são aceitáveis estatutariamente e a paciência do colectivo partidário está rapidamente a chegar ao fim.

João Lopes
Póvoa de Stª Iria

Pelo reforço do Partido

Há dias um camarada que subscivera a petição para a realização dum Congresso justificou-me a sua atitude porque não encontra perspectivas para o PCP e é necessário encontrar formas de inverter o declínio do Partido.

Senti que a sua tomada de posição fora, sobretudo, devido ao decréscimo eleitoral que se tem verificado no PCP, e não por uma análise minimamente cuidada das origens desse fenómeno.

Julgo que tal circunstância será a motivação para a grande maioria dos subscritores e dos seus envolvimento em reuniões ajantadas.

Tais preocupações, pertinentes, merecem e necessitam dum acompanhamento esclarecedor.

Só que, nos casos em análise, a primeira contradição está no facto de se procurar o esclarecimento fora das organizações do Partido e também a dos eventuais esclarecedores procurarem a mesma via.

Tal comportamento prejudica o Partido na globalidade, porquanto grande número de militantes ficam alheados do saber e, também, de poderem contribuir com os seus conhecimentos, as suas opiniões no debate das ideias, e assim, certamente, por forma mais correcta, encontrar as razões que justificam as preocupações de todos nós e também os caminhos correctos.

Temos hoje ao nosso dispor um manancial de história que não pode isentar aqueles que se preocupam verdadeiramente pela vida do Partido de estudarem as origens da grave crise que atravessam os Partidos Comunistas ainda existentes e das manobras que se desenvolvem, por toda a parte e minuciosamente, para que tal aconteça.

Os exemplos já bastas vezes referenciados, da ex-União Soviética, dos Partidos Comunistas Espanhol, Francês, Italiano...

Têm descurado o Partido na formação ideológica, há que reconhecê-lo, mas quantos militantes que tomaram publicamente posições divergentes do grande colectivo do Partido não participam numa reunião de célula ou plenário, desde há anos?

Evocam alguns dificuldades de se fazerem ouvir ou de os condicionarem.

Estive no Comité Central quase uma década, mais tempo ainda na Direcção Regional, e continuo a ser membro da Concelhia desde há 25 anos.

Nunca senti que a qualquer camarada lhe fosse cerceada a palavra por discordância de opiniões, em qualquer destes organismos onde militei e milito. Assisti a divergências profundas nas análises aos assuntos em causa e às formas de intervenção a levar a cabo, que algumas vezes não foram as mais acertadas não obstante a opinião da maioria que por elas se pronunciaram.

Nenhum indivíduo ou grupo, por mais numeroso que seja, está isento de erro em qualquer avaliação.

Mas um dos patrimónios do Partido é que a assunção das responsabilidades, mesmo nas acções fracassadas, são assumidas por todos os intervenientes nas decisões, mesmo por aqueles que delas discordaram.

Alguns tomaram já publicamente e com toda a clareza o que os move na contestação ao Partido: alterar os Estatutos, eliminar a simbologia - foice e martelo -, o centralismo democrático, o Marxismo-Leninismo... isto é: fazer deste Partido um outro.

Para estes só há dois caminhos: ou procurarem um outro partido que mais se harmonize com as suas ideias; ou terão que ser afastados do Partido, se mantiverem a atitude de procurarem na via pública a defesa das suas ideias, depreciando e condenando o PCP por não se acomodar àquilo que propõem, tentando aproveitar a boleia da comunicação social para os ajudar nos seus propósitos, ou missão.

Outros têm desenvolvido sofisticadas e excessivamente intelectualizadas teses que nestas páginas também já fizeram eco, e que certamente traduzem grandes deficiências organizativas e processuais.

Mas discutamos isso nos lugares que reforcem o Partido e não na praça pública, cujos efeitos divisionistas são por de mais evidentes.

Viva o PCP!

Francisco Lobo
Setúbal

Ataque ao PCP - por que será?

Gostaria, em primeiro lugar, que ficasse aqui bem claro aquilo que me levou a partilhar convosco estas poucas linhas: apenas o desejo de, por essa via, contribuir para o debate em curso no nosso Partido, no âmbito da Conferência Nacional do PCP. Isso, só isso e nada mais do que isso. E é, camaradas, com esse objectivo em vista que aqui deixamos umas quantas observações.

1.º Dizem alguns: *queremos um Partido de poder* (entenda-se: em aliança com o PS). Mas um *Partido de poder*, para quê? Um *Partido de poder*, para gerir o capitalismo? Ou um Partido revolucionário que almeja o poder, não como um fim em si mesmo, mas sim para transformar a sociedade? *Queremos um Partido de poder*. Muito bem... Mas que *Partido de poder* queremos nós? Um *Partido de poder* em que os princípios sejam oportunisticamente colocados na prateleira? Um *Partido de poder* em que a ideologia passe a desempenhar o papel de mero arranjo floral decorativo - um símbolo apenas, que já não evoca agora mais do que uma vaga memória de qualquer coisa que outrora já foi guia quotidiano de acção e de luta? Que *Partido de poder* queremos nós? Um Partido destituído de uma direcção única? Um Partido fragmentado? Que conveniente seria para aqueles que efectivamente detêm as alavancas do poder, poderem acrescentar à sua lista de marionetas um *Partido de poder* assim...

2.º Gastam-se rios de tinta a falar acerca do *Novo Impulso* e dos «coordenadores», matéria aprovada pelo Comité Central em 1998. Mas eu, sem o «Novo Impulso», fui coordenador na Concelhia de Peniche - e tínhamos então três vereadores em sete, e ficámos a pouco mais de 300 votos de conquistarmos a presidência da Câmara.

3.º A propósito de uma entrevista dada a certo jornal por um determinado camarada, desses que agora estão na moda, entrevista em que esse camarada novamente trazia à liça a questão do «Novo Impulso» e dos «coordenadores», permitam-me que refira o seguinte: saf do Comité Central em 1992 e já então aquele órgão havia aprovado por larga maioria essa questão dos «coordenadores»...

4.º Engraçado: os que bradam actualmente aos quatro ventos pela realização já hoje de um Congresso do Partido, o mais tardar amanhã e se possível ontem, não foram esses precisamente os mesmos que, corria o ano de 2000, exigiam o seu adiamento?

5.º Aqueles que alegam que um grupelho revisionista tomou de assalto a Direcção e que dizem que existe uma clique do camarada Domingos Abrantes e que a toda a hora clamam que deveria existir discussão horizontal,

não são esses precisamente os mesmos que desde há alguns (muitos!) anos se organizam para tentarem, eles sim, o assalto ao Partido? E como a maioria faz frente às suas manobras, vá de ficarem num estado tal de críspação que, democraticamente, como é seu timbre, desatam logo a acusar os outros de intolerantes!...

6.º Há dias, estava eu a ler as «cartas dos leitores» e o teor duma delas saltou-me logo à vista: que o *Partido não criticava Cuba, nem a China, nem a Coreia*... E, por acaso, olhei para a televisão e lá estava o Colin Powell a perorar que *Cuba era uma ameaça para o mundo devido à produção de armas químicas*, etc. Mas, logo a seguir, apareceu o Jimmy Carter que disse que Cuba, afinal, não produzia armas desse tipo...E, então, eu dei por mim a pensar cá de mim para mim: não queres tu lá ver, Aleixo Braz, que estes «renovadores» ainda vão acusar o Jimmy Carter de ser um «ortodoxo»? Só nos faltava mais essa...

7.º Seja-nos, enfim, permitida ainda uma última observação, dirigida àqueles camaradas que, nos últimos tempos, só têm olhinhos para a necessidade de um *acordo com o PS*, a qualquer preço. Penso eu, camaradas, que esses outros camaradas se deveriam, no mínimo, interrogar: por que será que o PS quer chegar a *acordo com o PSD* para rapidamente meterem em vigor uma nova lei eleitoral, cujo objectivo essencial visa claramente reduzir ao mínimo a representação eleitoral do PCP na Assembleia da República? Por que será? Será do guaraná?

Camaradas: o PCP é o nosso Partido. Camaradas: nas horas boas e nas menos boas é com o nosso Partido que temos de estar. Porque temos orgulho em ser comunistas. Porque queremos transformar a sociedade. Porque queremos que os seres humanos habitem um mundo de Humanidade.

Aleixo Braz
Peniche

Divisionismo? Não, obrigado

O termo «renovador» ou «ortodoxo», fomentado pela comunicação social capitalista para descrever posições no PCP, é, como de costume, incapaz de esclarecer os problemas que hoje defrontamos. Mas a presente campanha, sem precedentes, contra o Partido, exige uma análise das posições dos que no PCP colaboram com essa ofensiva.

As razões para a campanha são claras. O sistema capitalista e imperialista segue, na sua presente fase, planos de dominação mundial também sem precedentes; mas defronta-se com problemas próprios de impossível solução a longo prazo, que afectam igualmente os seus dependentes em Portugal; e enfrenta a resistência de muitos povos às suas ambições. Daí esses planos incluírem, entre muitos outros objectivos, o enfraquecimento ou até a destruição do PCP, como a força política mais capaz de resistir a tais designios em Portugal, defendendo os interesses nacionais e das grandes massas populares, como ao longo da sua história o PCP tem feito e provado.

Neste contexto, a actuação das personalidades que encabeçam os chamados «renovadores» parece ter algumas características fundamentais, como:

1 - O assumir uma actividade fraccionária organizada de confrontação sistemática com as decisões claramente maioritárias do XVI Congresso, afrontando o colectivo partidário, toda a riquíssima experiência de luta do Partido e também a realidade actual do mundo e das suas lutas. Essa actividade, anunciada para continuar, nada tem a ver com um debate dentro do PCP, e só poderá ser classificada como divisionismo, puro e duro.

2 - Aquelas personalidades revelam no que dizem grande pobreza de ideias e repetição de vagos conceitos hoje sem valor real face à marcha dos acontecimentos. Criticam supostos modelos negativos de que enfermariam o PCP, mas procuram desesperadamente, para si, outros modelos já ultrapassados. Tais como o da perestroika de Gorbachov, que hoje não faz qualquer sentido perante o enorme desastre que representou para a

URSS e para o resto do mundo. Ou o modelo francês, inaceitável como o recente desastre político nesse país mostrou, com a social-democracia revelando por todo o lado a sua falência e perda de influência. Ou ainda os modelos nacionais dos bloquistas, apesar do aventureirismo e dos falhanços de quase um século de trotskismo; que levariam, se implantados no PCP, ao apagamento do Marxismo-Leninismo e do centralismo democrático, com um recuo para as estruturas anárquicas-transversais, horizontais ou verticais - à escolha -, mais próprias do princípio do século passado.

O modelo que aquelas personalidades não procuram é o que se baseia no muito de positivo que continua a existir na acção presente do PCP, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, com as suas raízes e os seus princípios bem provados. Um Partido voltado para a luta no presente, procurando melhorar a sua influência e a eficácia da sua acção; e com os olhos também postos num futuro melhor, só possível com o Socialismo e o Comunismo. Um Partido que nunca poderá ignorar, ao contrário dessas personalidades, a aguda luta de classes de hoje, em Portugal e no resto do mundo; mas recusando confrontações internas de igual teor, que só poderiam levar ao enfraquecimento ou mesmo à liquidação do PCP.

3 - Ataques soezes aos dirigentes mais responsáveis na luta clandestina ou aos militantes com mais anos de acção são próprios da lei da selva e não de um debate de comunistas.

Só resta dizer: Não ao divisionismo! Viva a Unidade do PCP! Viva o PCP!

Carlos P. Sousa
Viana do Castelo

Por uma vida melhor (*)

Os resultados das últimas eleições autárquicas não me satisfazem. Sei porque é que esse resultado foi mau. Não tentando culpabilizar ninguém, creio existirem duas razões: por um lado, em certos casos, com certeza que não soubemos responder àqueles que votam sempre em nós, faça chuva ou faça sol; por outro lado, o comportamento de camaradas que estão a ultrapassar as regras mínimas do bom senso, provocando prejuízos ao Partido cujas consequências ainda não é fácil avaliar.

O que me surpreende é que vejo alguns camaradas ditos renovadores, cujas posições têm grande eco na comunicação social, quando se sabe que esta mesma comunicação social passa ao lado das coisas de interesse que o Partido propõe para o país. Não haverá aqui gato escondido com o rabo de fora?

Aceitemos que há, decerto, culpas em baixo e em cima. Aparecem certas expressões como «ferro velho», «os velhos», quer dizer, os camaradas que já vêm de antes do vinte cinco de Abril. Ora, sem eles, outros não poderiam ter sido eleitos para o poder local, eleitos como deputados, e alguns dos nossos renovadores não teriam sido conhecidos. É verdade que aqueles que mais se esforçam pelo Partido são, por vezes, os últimos a serem ouvidos. E, por isso, sentem às vezes que só servem para sacrifícios e, de vez em quando, para serem senhores do seu voto. Quando um velhote que votou sempre no Partido, para mudar três telhas de um telhado, espera seis meses por uma licença, essa base está a ser esquecida, sabendo-se que o poder local tem feito na maior parte dos casos um trabalho extraordinário.

Quanto aos nossos funcionários, têm o mesmo direito de expressão como qualquer outro militante. Há ainda que respeitar os camaradas que com dificuldades pagam as suas cotas ao partido. Quanto a tratarem de stalinistas os camaradas que não têm nada que ver com essas ideias, trata-se de um disparate. E em relação aos nossos intelectuais, há intelectuais e intelectuais... Já tiveram oportunidade de passar em revista a história do século dezanove e vinte. Por favor não a deformem. Não é por esta via dos chamados renovadores e do espectáculo a que se está a assistir, deitando fora aqueles que deram tudo ao Partido ou deixando-os à sua mercê. Só com um trabalho de base bem feito e de todo o Partido se poderá levantar o Partido dos trabalhadores. E quem não se sentir bem, é livre de sair. Já vendi muitos avantes nos mercados e de porta a porta. Se essa gente o tivesse feito também, talvez que os resultados tivessem sido diferentes. Mas como aconteceu o que aconteceu, a culpa é daqueles que deram tudo ao Partido ao longo da vida. Esses renovadores não terão o meu apoio nem daqueles que deram todo o seu tempo livre à militância.

É verdade que se deve corrigir o que está mal, mas em espírito de camaradagem. Ninguém no Partido é culpado por haver quem não enverede por um caminho decente e de luta por uma vida melhor. Só com unidade e bom trabalho se pode ir mais além. A divisão é a morte, camaradas.

Domingos Trindade
França

Respeitar a democracia (*)

Está correcta a decisão do Comité Central do PCP de marcar uma Conferência Nacional para debater grandes linhas de orientação política do Partido e analisar, entre outros assuntos, os recentes actos eleitorais.

Estou de acordo com a decisão do Partido de abrir o debate a todos os militantes comunistas na rubrica «Tribuna da Conferência».

Estou ainda de acordo com a decisão da Direcção de que o debate deve unir e não dividir, deve respeitar a opinião de todos os camaradas, deve ser sereno e aprofundado, para que no final seja a expressão da vontade colectiva a prevalecer.

Por tudo isto, não posso aceitar que se calunie publicamente o

Tribuna da Conferência



Partido, o seu Comité Central e todos os comunistas que se assumam como marxistas-leninistas e revolucionários.

Repudio que se denigra a vontade expressa dos militantes comunistas eleitos delegados, que por maioria esmagadora aprovaram o Programa e os Estatutos. Há que respeitar a democracia e em democracia ganha quem obtém a maioria. É sempre bom lembrar.

Não posso aceitar e repudio que se considerem os comunistas que não andam a reboque de nenhum «grupo de iluminados», de mentecaptos e de cambada de ineptos.

Assim não. Isto não é de comunistas. Tem de haver respeito pelas opiniões e pelas posições de outros camaradas. Assim não pode ser. Não estamos dispostos a aceitar os insultos de provocadores, mesmo daqueles que tenham o cartão de militante comunista.

A unidade é necessária e o confronto de ideias salutar, mas ao que estamos a assistir é a uma torpe e premeditada campanha contra o PCP e os seus valores. A troco de quê? É a pergunta que se tem de fazer.

Há pois de chamar os bois pelos nomes, há que por os pontos nos ii. O PCP é um partido de Organização e de Resistência, a sua postura é de serenidade e confiança e não lhe metem medo as provocações dos medrosos que abandonam o barco por pensarem que este vai ao fundo logo que começa a meter água devido a fendas ou rombos, ou tremem como varas verdes, sempre que há vendaval nos actos eleitorais.

Ou será que é outra coisa?

Por questões de dúvidas, temos de lhes fazer frente, temos de lhes dar luta. De vez em quando temos ataques de fora, outras vezes temos ataque de dentro, quer duma quer doutra forma as intenções estão à vista de todos.

Numa altura clamaram-se a «Plataforma de Esquerda» e todos ouvimos o que diziam que faziam, e vimos o que fizeram, e onde acabaram por ficar. E agora são «Renovadores». Temos legitimidade para pensar o que pretendiam fazer se pudessem.

Como vemos, nada é inocente. Os protagonistas são diferentes, os métodos são iguais e não restam dúvidas têm os mesmos os objetivos.

É preciso atenção que eles andam af. Devemos estar atentos e, naturalmente, não lhes dar tréguas. Ao longo da nossa história, tivemos crises e sempre as soubemos ultrapassar. Desta vez não vai ser diferente, estamos certos.

Viva o PCP!

António D. Melo
Casal de Cambra

Redefinir estratégias (*)

A convocação de um Congresso antecipado é, acima de tudo, um acto de sobrevivência para o PCP, o rumo certo para quem quer dar continuidade à luta do grande colectivo que nos trouxe até aqui, com vitórias e derrotas, verdades e enganos.

E porque o socialismo não é uma vereda estreita de sentido único e obrigatório, o futuro do nosso Partido passa pela diversidade, pela discussão franca, plural, sem anátemas nem exclusões, levando o Partido ao país real, abrindo as portas à comunicação social, pondo fim a práticas datadas no tempo.

Para inverter o declínio do Partido, com inteligência, pragmatismo e vivacidade, não é de mais contar com todos para a tarefa que temos pela frente, por isso me incomoda a intolerância que se sente instalada nalguns sectores do Partido, quando alguns, bons e velhos camaradas, a quem muito deve o Partido, e eu, respeito e estimo, apesar de discordar da sua postura, dogmática e inflexível, se instalaram no passado, puxam dos pergaminhos, exibem os galões de velhos revolucionários, vítimas da bestialidade fascista, e apresentam-se como guardiões da certificação e garantia comunista, donos de um saber quase sagrado que poucos alcançam, profetas de uma quase fé, recusam ao Partido, triste, e enconchado sobre si mesmo, a discussão franca, sem restrições, deixando-se emparedar em inúteis formalidades estatutárias, que não conseguem esconder a realidade dos factos, dos maus resultados eleitorais, da perda de influência do Partido na sociedade, dos erros de estratégia, da incapacidade de contornar as dificuldades e gerir as diferenças, do imobilismo dos quadros, da incapacidade de inovar o discurso, de agir com criatividade, e encarar os problemas internos do Partido, e o desafio da exposição pública das nossas debilidades, que não se resolvem, nunca, com expulsões, exclusões, censuras públicas ou privadas, dividindo os militantes, entre bons e maus Comunistas, forçando clivagens desnecessárias e inconvenientes, recusando espaço a quem não aceita a ordem pré-estabelecida na sua definição de bom camarada, à imagem de modelos estereotipados do que é ser bom camarada, bom comunista, impondo a intervenção e a contestação à direcção em circuito fechado, forçando o falso unanimismo que se transporta para o exterior como mais-valia, e é exactamente o contrário, ao mostrar uma realidade que não existe.

Ao rejeitar-se o confronto de ideias entre Comunistas que não deixam de pensar o Partido, afim de lhe dar um novo impulso, de modo a cativar, o apoio do maior numero possível de trabalhadores, que precisam cada vez mais de um Partido Comunista, forte, coeso, descomplexado, liberto de todo o tipo de fundamentalismos e dogmas, rejeita-se o futuro, e afirma-se e confirma-se, o modelo que actua na sombra, vive de pactos de silêncio e coexiste com a suspeição. E porque não acredito, nem desejo um Partido Comunista residual e insignificante, sem militantes nem eleitores, que precisamos avançar o mais rapidamente possível para um Congresso antecipado, para redefinir estratégias e orientações, porque o futuro não pertence ao conservador - revolucionário que cristalizou no método e não evoluiu na forma.

É necessário colocar o Partido no turbilhão dos dias, com tudo o que isso implica, de bom e de mau, mas nós, Comunistas, não somos gente de virar a cara às dificuldades, e estaremos como sempre, na linha da frente, a lutar pelo povo e pelo aprofundamento da democracia, defendendo os valores da liberdade, da solidariedade, da igualdade, da fraternidade, com o objectivo de sempre, o de construir uma Democracia Avançada no séc. XXI.

Mário S. Bárbara
Odemira

Renovar e repor

1. Num contexto de crescente perda de influência real do Partido na sociedade portuguesa (e não só perda de influência eleitoral) é fácil baralhar a opinião pública e de membros do Partido. Serão múltiplos, complexos e interligados os factores que conduziram a tal declínio e muitos são os comunistas que há anos sentem, justamente, a necessidade de o travar. É pois necessário distinguir fraccionistas, conscientes e assumidos, de camaradas que, sinceramente, desejam o melhor para o partido.

2. Profundamente chocante é ouvir membros do Partido dizer que no Partido não há liberdade de opinião, quando alguns dos que agora produzem tal afirmação, há anos divergem da maioria e tal não impediu que dirigissem o Partido em toda a sua pirâmide.

Lamento e entristece-me que erradamente entregássemos o destino do Partido também a alguns que não merecem a nossa confiança e honestidade.

3. Alguns, usufruindo desta escola de liberdade, fraternidade e confiança que é o Partido, puxam agora de galões do serviço prestado e acusam outros de práticas incorrectas que eles próprios têm.

Aqueles que reivindicam uma antiguidade de divergências que os coloca a falar como se não fossem membros do partido ou não tivessem nenhuma responsabilidade no seu «definhamento», deveriam sim reivindicar a antiguidade do confronto, a partilha de responsabilidades na perda de influência real do Partido, pois também o têm dirigido a nível nacional, regional e local. Deveriam sim realçar que, divergindo, encontraram no Partido a liberdade e a confiança que lhes permitiu desempenhar funções em todos os organismos de direcção.

4. Camaradas que durante anos criticaram, alertaram para o enfraquecimento de princípios, viram a sua atitude comunista esbarrar no dogmatismo e prepotência de alguns que, agora, dizem que divergem. Foram preteridos, ignorados, maltratados. Mas não se armaram em vítimas, não constituíram fracção, não recorreram à comunicação social.

5. É tempo de renovar e repor. O Partido não pode continuar a perder a sua identidade. É preciso renovar - acomodados, burocratas, eleitoralistas, fraccionistas devem dar lugar àqueles que querem dar continuidade a um Partido que não se propõe gerir o capitalismo, que se quer manter revolucionário e que tem a missão histórica do socialismo e não o mandato da curta vida de cada um de nós.

6. Há organizações, distritos, onde «meia dúzia» de pessoas impõem as suas opiniões e decisões. Em prol da imagem eleitoral, única actividade e preocupação de um número crescente de dirigentes, metem-se princípios na gaveta. Os colectivos não funcionam. Assuntos fundamentais não são tratados nas reuniões mas são resolvidos num esquematismo invisível mas perceptível.

Alguns, que dizem querer novas regras no funcionamento e no processo de formação da opinião interna, são os mesmos que, nos organismos que dirigem, se esquecem de promover as regras que agora dizem defender. Não escutam uma ideia diferente, não conversam com os camaradas humildes que têm dificuldades na comunicação e, até, inibição de dizer, pelo comportamento desses elitistas, o que pensam. Mas, decerto, estes camaradas humildes são a alma, a coragem e o coração do Partido.

7. O amiguismo, o subjectivismo não podem substituir valores e práticas que os comunistas construíram ao longo de gerações e do qual resultaram a honestidade, a frontalidade, a confiança, a fraternidade entre comunistas.

8. O futuro imediato apresenta-se complexo e difícil. Uns afirmam que querem continuar como dirigentes se a Conferência introduzir as mudanças que pretendem, caso contrário não estão disponíveis para dirigir. Fazem-se apelos para que se continue a minar o Partido por dentro. Isto é inaceitável, provoca crispções e divisões, não é um apelo à reflexão, mas sim à mobilização e manipulação para o confronto, para a conquista de posições que possam agora ou a prazo conduzir à desagregação e à liquidação do Partido como Partido de classe que é.

J. Costa Dias
Viana do Castelo

Assumir as diferenças (*)

Nunca desde o 25 de Abril, o PCP tinha sofrido três profundas derrotas eleitorais em espaço de tempo tão curto (presidenciais, autárquicas e legislativas). Tal facto, como é natural, deixou os comunistas em estado de choque, e deu mais força àqueles que, como eu, desde há muito se vêm interrogando sobre as orientações políticas e o nosso funcionamento interno.

Há mais de uma boa dúzia de anos que venho reclamando a circulação horizontal das ideias, tendo inclusivamente proposto por mais de uma vez que o «Avante!» fosse semanalmente o espaço de debate entre os comunistas (mas sempre e não apenas antes dos congressos), do mesmo modo que não compreendo por que razão as divergências de opinião entre comunistas não podem ser públicas. Se é com os portugueses que desejamos construir a sociedade do futuro, é bom que eles saibam que não pensamos todos da mesma maneira e que possamos, por isso, assumir publicamente as nossas diferenças de pontos de vista. Não devemos confundir unidade com unanimismo.

O PCP tem 131 mil militantes. Quantos reúnem regularmente? Quantos pertencem a organismos? Quantos têm alguma tarefa? Quantos pagam quotas? E do núcleo activo, retirando os eleitos (em diferentes órgãos) e o os funcionários, o que fica? E quando alguns camaradas dedicadíssimos, normalmente já com muita idade, que ainda recebem largas dezenas de quotas, deixarem de as poder receber, como vamos resolver o problema. Que consequências em termos financeiros?

É verdade que a dimensão pública deste movimento renovador tem tido o grande mérito de atrair ao Partido muitos camaradas, uns que concordam com ele outros que não, mas que desde há muito tempo andavam afastados da acção partidária. E esse contributo positivo foi dado, de facto, por este movimento renovador.

Por mim, que no último congresso defendi na tribuna, que deveria realizar-se um congresso extraordinário em 2002, depois das autárquicas, para debater o programa e os estatutos, e que nesse sentido fiz chegar uma proposta à mesa que apenas foi retirada já próximo do final para permitir a intervenção do maior número possível de delegados, continuo a pensar, numa linha de coerência inatacável, que esse congresso é urgente e que só ele tem legitimidade para debater e eventualmente aprovar as alterações que defendo e que a meu ver são necessárias ao Partido.

De facto, por que razão os coordenadores são designados pelos organismos superiores e não eleitos pelas bases? Por que razão não se institui o voto secreto, que sendo no mínimo tão legítimo como o voto de braço no ar, por ser secreto, não faz recair sobre quem escolhe o ónus por ter escolhido como escolhido? Por que razão não podem juntar-se (mesmo que nas sedes do PCP) militantes do Partido de organizações diferentes para discutirem a vida partidária, e só podem fazê-lo

se forem do mesmo organismo ou em reuniões convocadas pelos organismos de direcção? E por que razão podem fazer declarações à comunicação social os camaradas que concordam com as orientações da direcção e não podem fazê-las aqueles que não concordam? E por que razão se defendem sanções a camaradas que publicamente discordam, e não se defenderam quando camaradas bem conhecidos assumiram públicas discordâncias (regionalização e presidenciais)?

O PCP está efectivamente dividido. Para aqueles que dizem que a corda pode partir, eu lembro que ela só partirá se puxarem dos dois lados. Se puxarem só de um lado ela arrasta mas não parte. E é absolutamente imperioso que não parta porque este Partido insubstituível faz imensa falta ao país, à democracia e aos portugueses. É urgente um entendimento. O debate não pode continuar a fazer-se em reuniões alargadas, onde cada militante tem normalmente apenas três ou quatro minutos e depois de intervir não pode voltar a contraditar o que foi dito por outros. Isso não é debate. São monólogos. A direcção tem que aceitar medidas concretas para alterar significativamente o nosso método de funcionamento.

E como o meu espaço chegou ao fim tenho que ficar por aqui. Com muita pena minha.

Artur Ribeiro
Porto

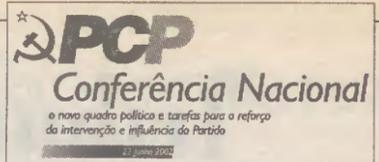
Tenham vergonha!

«Há militantes do PCP, melhor dizendo, presumíveis militantes» (já que o rosto deles não aparece nos organismos e do seu trabalho não se vê o rosto) que, se alguma dignidade ainda lhes restasse, só tinham um caminho: assumirem publicamente que já não são comunistas; que da «fraternidade», por mais jantares que organizem, desconhecem o sentido, que da amizade e da solidariedade entre militantes do PCP há muito estão afastados; enfim, que já não estão dispostos a continuar o combate, nesta luta difícil, que é a de transformar esta sociedade selvagem, numa sociedade mais humana, mais fraterna e mais justa. Enfim, cansaram-se, pese embora o passado e o trabalho que alguns deles realizaram e que agora, na prática, estão a renegar, aliás, como outros fizeram anteriormente, que também reafirmavam o seu ideal comunista e hoje estão bem instalados na vida, usufruindo das benesses entretanto conquistadas, apenas e só pela garantia do selo de ex-comunista. Certamente estarão ainda acompanhados por sinceros comunistas e a estes eu apelo a um simples exame de consciência e a uma análise mais aprofundada das injúrias e falsidades lançadas sobre dirigentes e funcionários do nosso Partido. E já agora, camaradas, permitam-me um profundo reconhecimento a todos os funcionários, pelo esforço e dedicação ao nosso Partido, abdicando muitos deles de bons salários na sua vida privada, que movidos apenas pelo ideal comunista desempenham um trabalho tão relevante na vida do PCP!

Contrariando o que penso sobre o local próprio onde devo expor as minhas preocupações e discussões sobre o nosso Partido, não posso ficar calado perante a afronta à inteligência, ao esforço e à dedicação de muitos milhares de homens, mulheres e jovens, que conscientemente querem de facto continuar a ser comunistas e que repudiam as calúnias e os afrontamentos públicos à direcção do PCP, democraticamente eleita e na qual as bases do Partido (não tenho a menor dúvida) depositam confiança, contrariamente ao que «alguns iluminados» querem fazer crer.

Aqueles que premeditadamente vêm promovendo esta campanha contra o PCP, queria dizer o seguinte: não vos tem faltado espaço em vários órgãos da comunicação social e nunca vi uma palavra ou um apelo, mesmo na última campanha eleitoral, para o voto no PCP! Confessem-se então incapazes de convencerem outros eleitores a votar na CDU?! Não admira, pelas vossas posições e pelas vossas atitudes, o que fizeram foi levar eleitores da CDU a votarem PS! Cá por mim, que participei activamente na campanha eleitoral, posso afirmar que consegui levar algumas

Tribuna da Conferência



peças, que nunca tinham votado na CDU, a fazê-lo agora.

Vêm agora pôr em causa as regras de funcionamento do Partido e quanto mais falam e mais escrevem mais claras se tornam as vossas verdadeiras intenções! Como pessoas letradas, alguns que já ocuparam lugar de destaque na direcção do Partido, estão conscientes das nefastas repercussões das vossas tomadas de posição e sabem muito bem que o grosso dos militantes do PCP reprova o vosso comportamento! E qual é afinal o vosso conceito de democracia? Como minoria que não têm que se submeter às opiniões e decisões da maioria? Não foram os órgãos dirigentes do PCP democraticamente eleitos?

Ou será que do alto do palanque onde vos colocam certos órgãos de informação pretendem passar aos restantes militantes do PCP um atestado de menoridade ou de incapacidade crítica?! Tenham vergonha! Se alguma dignidade ainda vos resta, assumam de uma vez por todas de uma forma honesta e clara a verdadeira intenção que vos move. Não façam como aquele jogador de futebol que agride o adversário e a seguir esbraceja para o público estranhando a marcação da falta!

Por último, aos camaradas bem intencionados mas que se têm deixado «cair na esparrela» só vos faço um apelo: participem nas inúmeras reuniões preparatórias da Conferência, critiquem aberta e frontalmente o que for de criticar, mas não esqueçam nunca a fraternidade, a lealdade e a igualdade que devem nortear sempre as relações entre comunistas, pois no nosso Partido queremos continuar a ser todos iguais em direitos e deveres! Viva o Partido Comunista Português!

**António P. Mendes
S. João da Madeira**

Uma proposta (*)

Pelo reforço do nosso Partido e considerando que é indispensável não cometer erros irreparáveis, proponho:

1 - Que a Conferência Nacional seja um momento de reflexão serena que permita, em fase ulterior, a convocação de um Congresso.

2 - Que o debate em curso assuma toda a diversidade de argumentos até ao momento aduzidos no pressuposto de que há sempre alguma coisa de correcto e muito fica por esclarecer em todos eles.

3 - Que, sem processos de intenção, se faça um esforço para compreender os argumentos de cada um. Importa aproveitar o que de positivo têm todas as contribuições, com a humildade que a complexidade do tempo presente aconselha.

4 - Que se conjuguem esforços para elevar o nível ideológico da formação de todos nós, como forma de enriquecer o debate interno e a acutilância na denúncia do Capitalismo.

5 - Que as eleições autárquicas, origem maior das nossas contradições internas, mereçam um destaque desde já assumido pela Conferência Nacional de Junho.

6 - Que não se perca de vista, nesta fase da nossa vida interna, o fundamental da nossa existência: a luta de classes e o papel insubstituível do nosso Partido no seu acompanhamento e orientação.

7 - Que se assuma que o essencial das nossas limitações tem sido a dificuldade em mobilizar mais jovens para as nossas fileiras, factor essencial para a verdadeira renovação.

Não se pense ser esta proposta uma terceira via de consenso mole. Nem tampouco que o subscritor tem a ingenuidade de acreditar na harmonia preestabelecida. Este é, no entanto, um momento em que todos os ideais que argamassaram o partido que somos, nos convocam para um imperativo processo de unidade.

**Fernando Cabrita
Porto Salvo**

Renovar o quê?

Já no período de preparação do XVI Congresso, mandei uma carta para a coluna do Avante! com o mesmo título.

Já na preparação do XVI Congresso, o Partido foi alvo de ataques vindos do interior, da parte de alguns camaradas que se diziam e dizem renovadores e que arrastam outros membros do Partido. No próprio Congresso, tiveram a oportunidade de expor as suas ideias, aquilo que alguns fizeram, e deixaram logo a mensagem de que não iriam ficar parados nos ataques ao PCP.

Como membro do Partido há 28 anos, sempre fui livre de expor as minhas ideias dentro dos organismos do Partido. Por isso aceitei os Estatutos e Programa.

No XVI Congresso, foi aprovada por uma esmagadora maioria a Resolução Política, onde se apontam os objectivos do Partido para os próximos tempos.

É caso para perguntar a alguns ditos renovadores, aqueles que defendiam a pés juntos que o Partido devia seguir os mesmos caminhos do PCF, se, agora, depois das últimas eleições em França, ainda continuam a defender as mesmas ideias.

Será que alguns ditos renovadores já puseam em prática a Resolução Política do XVI Congresso?

Onde estavam alguns ditos renovadores nas eleições Presidenciais, que até boicote fizeram? Onde estavam nas eleições Autárquicas, nas eleições Legislativas, altura em que um dito renovador, num canal de televisão, fez o apelo aos eleitores da CDU para não votarem na CDU? Onde estavam alguns ditos renovadores na concentração frente à SIC... contra a marginalização do PCP? É lógico que não estavam lá, porque têm feito o jeito à comunicação social. E ainda têm a coragem de dizer que querem reforçar o PCP.

Há dias, li na Tribuna da Conferência uma carta de Álvaro Carvalho, de Oeiras. Já que ele apresenta perguntas e respostas, pergunto se ele está a cumprir com o art.º 9.º dos Estatutos ou o art.º 14.º alíneas (a) (b) (c) (d) (e)? Ele esqueceu-se de perguntar à comissão concelhia de Oeiras quando iria cumprir o que se comprometeu com a comissão concelhia? São estes alguns ditos renovadores.

Afinal, quem são os verdadeiros renovadores? São aqueles que no dia a dia lutam para alterar o sistema, por melhores condições para o nosso Povo? Ou aqueles que lutam pelo poder a qualquer preço?

No dia em que o PCP for silenciado, então, nessa altura, aliam-se ao capitalismo. Só resta uma coisa a alguns ditos renovadores: é entregarem as alianças e serem os padrinhos, mas também irão ter que prestar contas aos trabalhadores deste País.

**Aníbal Guerreiro
Oeiras**

Ao Colectivo partidário

Fazendo parte deste colectivo partidário desde Maio de 74, foi muito a custo que me filiei no Partido, envergonhado por não ter tido a coragem de dar esse passo antes de Abril de 74. Porque suspeitava que quem movimentava todos os cordelinhos ou pauzinhos metidos bem dentro da engrenagem ditatorial era o nosso colectivo partidário. A saber, repito, sem ser militante pude participar no Porto, onde então residia:

- nas eleições para a assembleia nacional fascista em 1957 nas hostes da oposição;

- nas eleições de 1958 para a Presidência da República, campanha do Dr. Arlindo Vicente e posteriormente na campanha do Gen. Humberto Delgado;

- em Coimbra, em 1961, no primeiro encontro nacional de estudantes universitários;

- ainda em Lisboa, no IST, no Primeiro Dia do Estudante (Março de 1961);

- em Agosto de 69, com 33 anos de idade, aceitei a orientação difundida e que me foi transmitida oralmente por dois camaradas,

um dos quais foi ministro do Trabalho a seguir ao 25 de Abril, que devia aceitar a missão de ir à guerra colonial visto ir desempenhar - como de facto aconteceu - as funções de comandante de companhia (capitão miliciano);

- em Maio de 72, regresssei ao meu local de

trabalho no Porto e, mais uma vez pela mão amiga do camarada bancário atrás referido, pude participar no movimento sindical como activista sindical, tendo até participado numa reunião da Intersindical, realizada no Porto antes de Abril de 74, no então Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito do Porto;

- também, a partir de Maio de 72, pude participar como activista no movimento cooperativo.

Tudo isto aconteceu porque existia um nós, um colectivo partidário aonde o eu não filiado no Partido pôde tornar-se cidadão militante, sem grandes riscos porque outros os corriam. Mas esses outros não descuravam a segurança das suas acções e/ou movimentos com procedimentos, obedecendo naturalmente ao centralismo-democrático e existindo uma disciplina voluntariamente aceite, unidade na acção e na direcção. Não sendo assim não há Partido revolucionário que resista, cada um a tocar viola para seu lado, não acordes que possam dar música revolucionária e transformadora. As diversas vias, estreitas ou largas, conduzir-nos-ão a um fraccionismo desagregador, tal como já aconteceu em Itália e Espanha, primeiro com o eurocomunismo e, em França, com a retirada dos símbolos foice e martelo da bandeira e depois com os brilhantes resultados ultimamente registados com tanto «aggiornamento» ou renovação.

Resumindo e concluindo: não podemos aceitar que «personalidades» jogando fora do campo ou das quatro linhas atraiçoem os camaradas militantes de base que cumprem e aceitam tarefas de decisões colectivas; que os ilustres ou notáveis não queiram aceitar esta prática, pagar uma quota, aceitar os Estatutos e militar numa organização.

**Amândio Pereira
Lisboa**

O PCP muleta do PS?

Os resultados eleitorais de 17 de Março não só adiaram mais uma vez a solução do problema fundamental da vida política nacional, que é derrotar a política de direita e abrir caminho a uma alternativa de esquerda, como tornaram mais distante essa perspectiva.

A Conferência Nacional e os debates que lhe estão associados podem ser uma boa oportunidade para se discutir os resultados e as perspectivas da luta do Partido por uma alternativa de esquerda, luta que tem sido uma constante PCP, mas que sempre teve a oposição do PS, o qual preferiu sistematicamente as alianças com a direita.

Trata-se de uma verdade histórica, bem conhecida por todos, excepto para os que, atacados de amnésia, começaram a reescrever a história sem o menor respeito pela verdade dos factos.

Apesar disto ser inteira verdade, e de a política de alianças e as condições para uma alternativa à política de direita terem sido largamente tratadas no XVI Congresso, de há tempos para cá, temos vindo a ouvir membros do Partido que até há pouco tempo desempenharam altas responsabilidades no Partido, como Carlos Brito, Edgar, J. Amaral e outros, a responsabilizar o Partido, ou na melhor das hipóteses, a dividir as responsabilidades do PCP em partes iguais com o PS, por não se ter conseguido uma aliança de esquerda.

O que mais surpreende é verificar que esses membros do Partido dizem hoje exactamente o contrário do que disseram durante anos a simples militantes que os tomavam a sério, no pressuposto de que eles tinham sobre o PS um grau de observação e de informação maior, pelo que é legítimo aqui deixar algumas perguntas a carecerem de respostas esclarecedoras.

O que é que os levou a mudar de opinião acerca do PS e dos obstáculos à concretização a uma alternativa de esquerda? A larga lista de acordos e convergências do PS com a direita foram uma invenção de «ortodoxos» empedernidos que persistem «em velhas manifestações de estreiteza e sectarismo», como agora dizem?

Talvez fosse oportuno esses membros do Partido darem-se ao trabalho de relerem os muitos textos onde zurziram o PS, sem dó nem piedade, pelas suas alianças com a direita, os mesmos que agora acusam a actual Direcção do Partido de sectarismo em relação ao PS.

Poderia escolher textos de qualquer um dos vários branqueadores do PS, confirmando o que acabo de dizer, mas talvez as palavras de Carlos Brito proferidas na Conferência Nacional realizada em Março de 1983, palavras que, no seu conteúdo foram repetidas por ele e pelos outros durante anos a fio.

«O PS - afirmava na altura Carlos Brito - além de colaboracionismo com a direita que anima a sua Direcção (altura M. Soares era secretário-geral do PS) mostrou-se sempre um Partido sem fibra, incapaz de fazer oposição» (à «AD» que estava então no poder).

Acontece porém que Carlos Brito não se ficou por aqui. «O que é que o país pode esperar - perguntava C. Brito - dos Gonelhas, dos Cardias ou dos Barrosos do PS?» Dos dirigentes do PS não se podia esperar mesmo nada, obviamente, tanto mais que, é ainda C. Brito que fala, ao perguntar, em que é que essas pessoas se diferenciavam «dos Ângelos Correias, dos Silva Marques ou dos Chagas do PSD» ou «dos Morgados ou Pulidos do CDS»? Afinal quem é que acusava o PS de ser igual à direita?

Parafraseando alguém, dir-se-á que se mudam os estatutos (não os do Partido) mudam-se as ideias, mas isso não responde à grande dúvida. A acusação de colaboracionismo do PS com a direita era uma visão sectária ou o resultado de uma correcta avaliação da realidade? É que apesar de terem passado quase 20 anos desde que aquelas palavras foram preferidas, os branqueadores do PS conhecem melhor do que ninguém que esse colaboracionismo infelizmente continuou a ser uma constante da vida nacional. O rol de colaboracionismo do PS com a direita é demasiado extenso para que os ditos renovadores o desconheçam. Ainda em Janeiro de 2000, J. Amaral no Expresso, depois de arrasar o PS com factos comprovativos da sua política de direita, concluiu: «Este PS não é de confiança.» De qualquer modo se acham que erraram a respeito do PS que o digam e fundamentem, para se perceber como é que se conseguem alternativas de esquerda com um partido que não é de confiança.

**António Pereira
Lisboa**

Saibamos...

Tenho procurado acompanhar e ouvir com atenção as propostas e opiniões de alguns camaradas que reclamam a realização de um congresso. Esta reclamação parece-me inexplicável. De facto, seria natural a realização de um congresso extraordinário se houvesse matéria claramente identificada com o surgimento da necessidade de novas orientações suficientemente amadurecidas e evidenciadas.

Não é o caso. O que se anda para aí a propor como «renovação», no fundo, não se conhece muito claramente. O que aparece, isso sim, é um inventário de questões actuais que militantes e não só vão levantando no exercício normal e livre da sua participação partidária. Não me parece legítima tal utilização. As respostas que são dadas, quando as há, correspondem à proposta de adopção de uma linha de orientação de cedência oportunista.

A luta que o Partido trava vive muito das emoções, do empolamento, da efectiva busca de ideais de justiça, de igualdade e de fraternidade. É com esse entusiasmo que muitos aderem ao Partido. São frequentes as referências à «empolgante causa do Socialismo». É visível a participação entusiástica nas grandes iniciativas do Partido. Este é exaltado como «glorioso» pelas mais antigas operárias agrícolas do Alentejo.

Esta componente emocional a que estamos habituados, sendo um bem necessário, facilmente contribui para toldar, irremediavelmente por vezes, as relações entre as pessoas numa situação destas. Ou seja, talvez tenhamos que perceber e saber regular a medida da nossa exaltação. E, sobretudo, desconfiar que esta situação possa estar a ser fria e calculisticamente empolada por quem tem efectivamente interesse nisso.

A questão comportamental é, de resto, fundamental num Partido que vive essencialmente das pessoas que nele militam ou são simplesmente seus amigos ou simpatizantes. E vai muito para além do que está estabelecido nos Estatutos.

Nesse aspecto os agentes e usufrutuários do Capitalismo têm feito grandes progressos no estudo detalhado do papel das pessoas no seio das organizações e no plano do comportamento psicológico e social.

Estamos num tempo e numa situação em que o legado histórico já é muito grande. Temos também a sorte de ter connosco heróis supremos das batalhas, cujo curriculum corresponde bem à cor da bandeira. Para o Partido esse é o curriculum que conta.

Saibamos aprender.

**Manuel Reis
Aveiro**

Discutir o quê e para quê?

Pode estar tudo em discussão na Conferência Nacional? Não, não pode: os elementos essenciais identificadores e estruturantes do Partido Comunista não podem estar em discussão. É isto sectarismo, intolância, ortodoxia? Não, não é. Isto é a base de partida que nos une a todos nós, comunistas, a partir da qual tudo é discutível. Sem essa base de unidade ideológica e referencial do debate, não há confronto sério de opiniões, em atenção ao

Tribuna da Conferência



reforço do Partido, e está aberto caminho a todo o tipo de oportunismo.

O conjunto de princípios que integram os Estatutos e que marcam a identidade do PCP enquanto Partido revolucionário, na luta pela transformação social, pelo Socialismo e pelo Comunismo, não podem estar em discussão. E se alguns o querem discutir, então digam que querem transformar este Partido, querem outro partido, querem um partido do sistema, para gerir o regime. Mas esse já não será o Partido Comunista, é outra «coisa».

Quer isto dizer que não são necessárias alterações, correcções, mudanças, renovação? Claro que não. Corrigir, mudar, melhorar, renovar, pois claro, hoje e sempre. Mas sejamos claros no sentido que queremos dar, qual a orientação e quais os objectivos a atingir.

Algumas questões:

1º- Deve o Partido aproximar-se da social-democracia e dos partidos da Internacional Socialista? Ou deve, em alternativa, aprofundar a crítica e o combate, evidenciando o papel daqueles ao serviço do capitalismo e das multinacionais, executores fiéis do neoliberalismo e serventários do imperialismo? E aproximar-se da social-democracia para quê? Para gerir melhor o capitalismo, para ajudar a iludir o real papel da social-democracia? Para conseguir alguns «lugares» no aparelho de Estado e partilhar do poder? A troca de que cedências e de que traição?

2º- Deve o Partido fazer da conquista de posições institucionais e da gestão dessas posições o grande objectivo táctico e estratégico da nossa acção? Ou deve afirmar de forma clara que as posições institucionais do Partido nos órgãos de poder burgueses (Autarquias, Assembleia da República, Assembleia Regional, Comissões de Turismo) são instrumentais relativamente à luta de massas, já que depende, em grande medida, da acção de massas, a elevação da consciência de classe e a aquisição do sentido de transformação social que assume o nosso trabalho, e que permite, também por isso, a deslocação do voto e o consequente e posterior reforço das posições institucionais.

Não é por si só o bom trabalho e a capacidade técnica evidenciada na intervenção nos órgãos institucionais que garante a defesa das posições alcançadas, e muito menos o seu reforço. Ainda que, numa perspectiva reformista, defender as posições institucionais fosse o centro do nosso trabalho, tal só é possível com trabalho de massas.

3º- Deve o Partido diluir-se no trabalho unitário, sem afirmar a sua identidade própria? Será que, a pretexto da «unidade» dos movimentos, alguém tem o direito de exigir que o Partido não apareça enquanto tal? Ou, pelo contrário, a afirmação da identidade do Partido e do seu projecto político é condição fundamental para impedir que nos chamados movimentos e acções unitárias campeie todo o tipo de manobristas e oportunistas, que tantas vezes se aproveitam do trabalho dos militantes do Partido para promoção pessoal?

4º- E no que respeita à organização? O caminho é a diluição partidária? O funcionamento permanente em plenário geral? Ou, sem recuar a necessidade dos plenários, é necessário manter a estrutura organizativa do Partido, por empresa, local ou sector, enquanto estrutura organizativa de um Partido que faz da luta e da iniciativa no dia a dia a sua razão de existência?

Artur Andrade
Madeira

... e o tal Congresso

No actual panorama político, novas e exigentes tarefas se nos impõem para o reforço da intervenção e influência do Partido.

Reforço, defesa e consolidação da unidade; reforço no combate a políticas de direita; reforço da imprensa do Partido, reforço da organização, da democracia interna, do sentido de classe, do aperfeiçoamento ideológico de todo o Partido.

Muitas causas têm sido atribuídas ao insucesso eleitoral da CDU. Para o inimigo de classe, o PCP está morto e enterrado. Mas esses valentões não «param de bater no morto»? É que continua vivo e incomoda-os. Para os «amigos» renovadores - perdão, eu disse renov...? - queria dizer retardadores, é a direcção que não quer fazer alianças à direita para eles terem um lugarzinho no poder e «brilharem» no estrelato do capitalismo, para outros é o secretário-geral, porque não berrou para o monte nos debates das campanhas, ao nível de decibéis (e disparates) de portas, durões e ferros, optando por uma postura séria no tratamento político das questões. E por toda a Europa com euro ou sem euro, fomos nós, os comunistas portugueses, que tivemos a culpa? Ou não terão sido as políticas de cedência ao grande capital dos partidos socialistas, as fugas, traições e alianças de militantes e partidos comunistas para alcançarem lugares e benesses nos governos burgueses ao serviço do capitalismo? Ou não terá sido a máquina colossal da globalização, a força esmagadora do terrorismo político exercido pelos governos do capital sobre as classes trabalhadoras e organizações progressistas.

Trabalhadores - são às centenas de milhar - com salários de fome sem contrato de trabalho, sem acesso fácil ao médico, ao ensino, aos espaços de lazer e cultura, transportes e habitação, sem saber se no dia seguinte terão trabalho garantido, sem formação cívica, educados numa rotina de desenrascamento (para que serve a escola deles?), é evidente que se abstem de ter opinião política - quanto mais manifestá-la - que se fecham, não votam, (não vá o patrão sonhá-lo), não vão ao «seu» Partido, (podem vê-lo), não participam em reuniões, não vão aos debates das campanhas - bebem a informação que as TVs lhe servem, votam quando votam, e fazem questão que conste, em panaceias de esquerdismo, promessas populistas ou na lista do patrão.

E nós, PCP, em que é que ficamos?

Alguns de nós vamos para a rua, damos a cara, convocamos reuniões, compramos, lemos e vendemos a imprensa do partido!, distribuímos propaganda, falamos com as pessoas, alguns, que outros

ficam nas covas a dizer mal e até «a puxar para trás». E os votos, a tal influência eleitoral, onde é que fica? Para onde vão?

A força poderosíssima do imperialismo, da contra-revolução com formidáveis meios financeiros e logísticos, em todo o planeta, compra, manipula, subverte, falsifica, corrompe, esmaga. Em Portugal. No mundo inteiro. Seria então a entoar loas à democracia burguesa, divididos em tendências, que faríamos subir os votos e com eles fazer a revolução socialista? Os trabalhadores, o povo deste país não nos levaria a sério.

Não somos, e espero que nunca sejamos, um agrupamento qualquer acorçado, de calças na mão, a pedir votos. Os votos para nós, não de acontecer em função da nossa capacidade de organização, mobilização e esclarecimento; em função da nossa credibilidade junto ao nosso povo e nunca em função de cedências e traições.

Ao Partido Comunista Português impõe-se que continue a afamar-se como o grande Partido da classe operária e de todos os trabalhadores - intelectuais, artistas, jovens, mulheres, idosos, estudantes... capaz de ser a alternativa democrática aos governos de direita que vêm entortando o País.

Com a convocação da Conferência Nacional está aberto o caminho para a reflexão e o estudo para encontrar soluções e respostas às questões que se nos colocam.

Que da Conferência emane uma força renovada no sentido do reforço da unidade e democracia internas do centralismo democrático.

Há esquecia-me... e o tal Congresso?

Haverá de acontecer (o XVII) a seu tempo. Sem pressões, sem cedências, sem medos. Até lá levaremos à prática a Resolução Política aprovada no XVI.

Manuel Gregório
Marrazes

Uma lição a tirar

Sou militante do PCP em Paris.

Sigo a vida política portuguesa à distância e, como é natural, não tenho conhecimento real da vida do Partido, embora a imprensa burguesa tente minar o interior do Partido e enganar os seus militantes e desacreditar a Direcção do Partido.

Como é evidente não me agradou nada os resultados eleitorais obtidos pelo Partido.

Assisti como convidado ao último Congresso em Lisboa e pude analisar que algumas vedetas do partido, em vez de trabalharem e enriquecerem os textos, circulavam constantemente pelos corredores a dar nas vistas para a imprensa e Tv's, a dar entrevistas, etc., etc. E que fizeram nas campanhas eleitorais os eleitos do Partido, onde ficaram? Em casa, de pantufas!!!

Não é nada de admirar que uma vez conhecidos do domínio público, pela via do Partido, voltem as costas sob os mais variados pretextos. Inclusive, minando pelo interior das organizações do Partido.

Cada vez que um Partido Comunista se alia a um PS qualquer, historicamente sai sempre enfraquecido. A lição em França de 1981, e anos seguintes não serviu de nada ao PCF. Eu fui um dos muitos militantes que votou contra a presença de comunistas no governo de Jospin. Quando se erra em política o povo sanciona, embora com a influência da imprensa burguesa a contribuir...

Quando um eleito comunista se desliga do mundo do trabalho e as tais vedetas aparecem a dar lições filosóficas para os «media», então o melhor a fazer é ficarem em casa a ver as telenovelas.

Quando leio alguns apontamentos da Tribuna do «Avante!», fico apavorado com a ideia de alguns camaradas tentarem pôr o Partido a saldo!!!

Então, não foi realizado um Congresso onde foram eleitos os vários órgãos de Direcção do Partido para quatro anos?

Com o que eu sei, assim se foi os ideais do Povo Russo pelo Volga abaixo. Contudo novos horizontes não de chegar.

Que se faça um estudo dos maus resultados eleitorais é uma coisa, outra coisa, é

enfraquecer o Partido com os tais passeios nos corredores e as suas intrigues!!!

Quem não está bem, ou se enganou de Partido, o melhor é ir para outro qualquer, como disse um grande comunista francês Jean Kanapa.

Já agora para finalizar um pequeno reparo: deixem de usar o termo «massas», que me parece pejorativo, usem, sim, o Povo.

Com as melhores saudações comunistas.

António Ribeiro
França

Debate sem limites (*)

Saúdo a Tribuna da Conferência, espaço necessário de debate, confronto e clarificação de ideias. Louvo a iniciativa e exprimo o voto de que o «Avante!» possa prosseguir, depois de Julho, com a prática salutar de abertura das suas páginas ao levantamento das opiniões do PCP «profundo», através de uma espécie de Tribuna dos Militantes.

Passo ao essencial. O PCP, partido insubstituível por assumir como nenhum outro a luta pelos direitos dos excluídos, não pode continuar a viver um clima interno onde a militância diminui drasticamente, as células mal funcionam, o entusiasmo no trabalho de base esmorece, as competências dos organismos executivos se indefinem, o ambiente de desconfiança entre se instala e, à luz dos maus desempenhos eleitorais e da perda de influência social, os focos de intolerância e mal-estar se desenvolvem.

Esta é a realidade que não pode ser escamoteada para quem se habituou ao longo dos anos a intervir activamente nas questões prementes da sociedade (no meu caso, as da cultura, educação, património e ambiente) em são espírito colectivo e com a mais-valia da discussão generosa. Neste momento, sendo esse poder de intervenção menos visível, é urgente pensar nas razões que a tal conduziram. Como a solução que se perfila não será decerto a dos braços cruzados (nem a do autismo face aos «outros», previamente catalogados de «renovadores» ou «obreiristas», «revisionistas» ou «fracionistas», conforme os casos), pergunto ao colectivo do meu Partido: por que razão não contribuímos todos nós, comunistas portugueses, para esse confronto sereno (e não afrontamento grosseiro), frutificante no plano ideológico e no campo da redifinição das estratégias, que clarifique a razão do que somos e a luz que nos fortalece?

O PCP nasceu para transformar a sociedade no sentido do progresso social e dignificação dos explorados. Conta com programa, doutrina, vocação internacionalista e estrutura militante, mas precisa ter também mais democracia interna, reforço da teoria, fraternidade de partilha, impulso renovado das acções, bondade de intenções - numa palavra, unidade a todos os níveis do trabalho. Será que a Conferência Nacional vai proporcionar só por si o enlace colectivo ao debate profundo sobre a vida e estratégia do Partido? Face ao clima de auto-exclusão instalado, sou tentado a crer que não vai chegar. Precisamos de um sinal de confiança, em que todos os comunistas se reconheçam. Por isso, outras realizações urgentes se devem perfilar no horizonte colectivo, sem excluir a ideia do tão polémico Congresso, que bem podia com vantagem e serenidade ser preparado dentro de alguns meses, a par de outras acções de revitalização e refrescamento da nossa imagem de Partido junto da sociedade. É neste contexto, pois que julgo pouco clarificador o documento do CC que enumera razões para a não convocação do Congresso extraordinário - como se o imperioso debate imperioso se esgotasse na Conferência Nacional...

A «alternativa» que alguns colocam ao PCP entre «ficar como estamos e desaparecer» ou «mudar e definir» é falsa! São os nossos adversários que assim raciocinam mas tal até se explica pois temem um PCP forte, apto a intervir no plano social, políti-

co e cultural, renovado no campo da aplicação as ideias, ideologicamente firme em torno dos seus princípios de classe.

Tem todo o sentido promover o projecto comunista no Portugal do século XXI, projecto revolucionário, denunciador do ultraliberalismo apátrida, quando está à vista a exploração cada vez mais agressiva, o aumento das desigualdades sociais e do egoísmo dos poderosos. Mas tal implicará - na casa dos comunistas - debate franco, confronto de alternativas, maior autonomia e transparência democrática dos colectivos, liberdade de circulação da informação e sua partilha entre os militantes, em suma, o debate sem limites.

Urge aumentar a nossa capacidade de suscitar iniciativas que consolidem a confiança das massas. Numa palavra, a capacidade de não desperdiçar a causa do progresso, que o PCP não pode deixar de assumir como a sua causa.

Vítor Serrão
Lisboa

Organizar, mobilizar, crescer

É necessário e urgente dizer: sim ao debate, não ao insulto. Sim à inclusão, não à exclusão. Sim à seriedade, não ao espectáculo. Sim à crítica construtiva, não à asneira propositada. Sim à decisão da maioria, não à «democracia de elite».

Sou militante do PCP, de um PCP democrático, no qual acredito e com o qual me identifico. Um PCP no qual tenho o direito de expressar a minha livre opinião, de apresentar e argumentar as minhas propostas, por muito diferentes que sejam das restantes apresentadas pelos meus camaradas, desde que tal se realize no seu interior.

Mas, no nosso Partido não existem só direitos: também existem os deveres. E eu tenho o dever de saber ouvir e respeitar as opiniões dos meus camaradas, o dever de aceitar a decisão colectiva, mesmo que não seja do meu agrado. Nunca devo pôr em causa a legitimidade de uma orientação emanada de um colectivo do nosso Partido. E não o devo fazer porque sou democrata, tal como o nosso Partido, e, por isso, tenho de saber respeitar a decisão da maioria.

Infelizmente, existem no seio do nosso Partido, um ou outro militante, designado pela Comunicação Social como «renovador», com um outro conceito de democracia interna para o PCP. É uma democracia interna totalitária, das elites, da ilegítima minoria. É a democracia do insulto, sim, do insulto, porque quando certos camaradas surgem na Comunicação Social, afirmando que a Direcção deste Partido, eleita por uma inquestionável maioria em Congresso, é ilegítima, quando membros desse grupo se auto-excluem da discussão, preferindo os holofotes das câmaras das estações de televisão, ao serviço dos grandes senhores do capital, violando assim claramente os Estatutos do nosso Partido, isso é insultar milhares e milhares de militantes do PCP, para além, claro está, de pretenderem chamar a si toda a inteligência, e passar um atestado de estupidez aos restantes camaradas que têm uma opinião diferente.

Não acredito que a «salvação» do Partido esteja num Congresso, mas sim no trabalho interno que desenvolvemos nas organizações, e no desempenho nas instituições onde temos representantes, e, em particular, junto das populações e dos trabalhadores.

Faço votos para que a Conferência Nacional seja rica em debate, e que dela saiam boas conclusões, para que o nosso Partido saiba como se organizar, mobilizar e crescer.

José Q. Costa
Madeira

(*) Títulos da Redacção.

Comunicação

• Francisco Silva

Sei isso. Não é necessário repetir, e repetir sempre, a mesma coisa. Para ti, parece não haver mais nada neste mundo. Talvez seja por isso andar sempre à tua volta que te aparece como tão fundamental e quase único. Mas hoje o resto não só continua a ser necessário como constitui a verdadeira base da nossa vida, da economia. O resto? É o que se vê, o que nos alimenta e veste, o que nos abriga e nos transporta. Mais, a produção do tal resto, que te poderá parecer - dela não chegarei a dizer andares esquecido - um tema já resolvido para todo o sempre, com efeito, ainda não o está, nem parece que o venha a estar tão depressa.

É que - diz-me ainda o meu amigo, procurando trazer-me de volta à nossa comum Terra, fazer-me sair do estado de hipnotizado, do embevecimento tecnológico em que ando e não me deixa ver a realidade nua e crua -, mesmo considerando todas as mudanças já realizadas, ou em curso, ou previstas, ou previsíveis, na área dos processos de produção, é certo as operações fundamentais da produção de bens serem sempre as mesmas. Não é a programa-



Sector dominante para o capital?

ção informática, ou a automação, que altera a natureza de operações como o cortar, o fundir, o moldar, o furar, o coser e o cozer, o pregar, o martelar, o aparafusar, o limar, o soldar, etc.

(E eu, já com um certo medo de mim próprio, a lembrar-me de conceitos como o da nanotecnologia levada até às suas últimas consequências. Sim, caso algum dia lá chegemos, acabam-se o corte e o recorte e mais as sobras, e tudo o mais que se disse. O fabricar, os processos de fabrico com os quais são produzidos os bens, deixariam de poder vistos, ouvidos e mexidos. Passariam antes a ser processos e acções à escala das células, do que acontece, por exemplo, nos processos de fabrico das proteínas; teríamos as nanomáquinas e os nanocomputadores a trabalhar por nós, actuantes para nós ao nível da simulação informática.)

Bem, tenho de voltar ao tema motivador deste escrito e referir-me à tal mesma coisa na qual, muito indica, tenho insistido demasiado. A coisa é as comunicações ou, para me balizar no interior do jargão legal mais recente da União Europeia, a coisa é as comunicações electrónicas. E, sempre, como pano de fundo, a sociedade da informação, a e-Europa (e o tal prefixo e de electrónico). E tal retorno ao tema é ditado sobretudo pela necessidade - pelo dever - de mostrar - de proclamar - como a atenção dada a este sector pelo Capital vai redobrando, não obstante, ou talvez, por causa da(s) sua(s) crise(s).

Veja-se, por exemplo, o *Financial Times*, um influente jornal de negócios do Mundo, o «*World business newspaper*», como se autodesigna, edições lá para os finais de Maio de 2002. A procura de soluções para os impasses a morder forte. Em particular, na edição do dia 28, é a polí-

tica da União Europeia (e da sua Comissão) para os «acessos de banda larga» que tem chamada ao cimo da primeira página - a boa parte da sua largura, vejam lá! Até parece estar a vingar uma opinião de fundos estruturais para as zonas desfavorecidas da Europa, onde entram a Córsega, a ex-RDA, certas partes da Espanha, etc. (Portugal nem é citado).

Para além de continuar no interior da mesma edição - ena, tanto espaço, é estranho? -, sobretudo sobre a necessidade de redução problemas de dívidas gigantescas um pouco por toda a parte, a começar - nessa edição - pela Deutsche Telekom e pela France Telecom. Já não são suficientes apenas os despedimentos mas devem continuar. Há que vender o que foi comparado por preços mirabolantes. Mas como, a preços de saldo? Uns, que sim, outros que não. E o que vai receber o chefe maior da Deutsche Telekom, por exemplo? Escarrapachado nos quadros, lado a lado: os elevados prémios e a queda vertiginosa em Bolsa das acções!

E mais o romance da Vivendi e do seu patrão Messier, um moderno herói gaulês que foi à conquista do Mundo, incluindo dos seus maiores, como os norte-americanos da Universal. E agora? Pela realidade consubstanciada pelos *media*, foi primeiro o Canal+, depois a *subholding* chamada do ambiente (à cabeça o poderoso grupo das «águas») - venda-se isto. E, neste caso também, o que o patrão Messier ganha em comparação com a queda estrondosa da valorização da Vivendi! E para não faltar, na notícia do lado, mais 3500 despedimentos 3500, neste caso na Nortel. Alguns exemplos - podíamos continuar quase *ad infinitum*.

Mas é mesmo principalmente destas coisas que eles falam. Será porque é só moda de entretenimento? Ou será que hoje passam por este sector, e suas empresas, apostas das mais vitais do grande capital (financeiro)?

Os patuleia não têm armas senão seus dentes os patuleia não têm munições senão seus gritos os patuleia não têm razão senão dizer não, senão dizer não.

Os patuleia

São loucos, são loucos os patuleia.

São loucos, são loucos os patuleia.

São loucos, são loucos os patuleia.

Os patuleia acham que não podem ser derrotados acham que a História não pode ser tão traidora os patuleia jogam no pleno aquele hoje é a sua hora.

Não, não são loucos nós, os patuleia.

Carta de um comunardo

Querem-me vivo ou morto. O meu crime é ser comunardo.

Prenderam todos os meus amigos inclusive os filhos dos meus amigos meu crime é ser comunardo.

Joga a liberdade e a vida quem me albergar meu crime é o maior dos crimes meu crime é ser comunardo.

Os vis são libertados os assassinos comutados só para mim não há perdão possível meu crime é ser comunardo.

Da Comuna resta o sonho e os sonhos são invencíveis por isso o meu crime é ser comunardo.

Nome

O meu nome? Sei lá o meu nome não é coisa que muito me interesse.

Sei que estive no Largo do Carmo no largo cheio de gente e que disse um general via rádio: «Se bombardearmos vai haver aqui um banho de sangue».

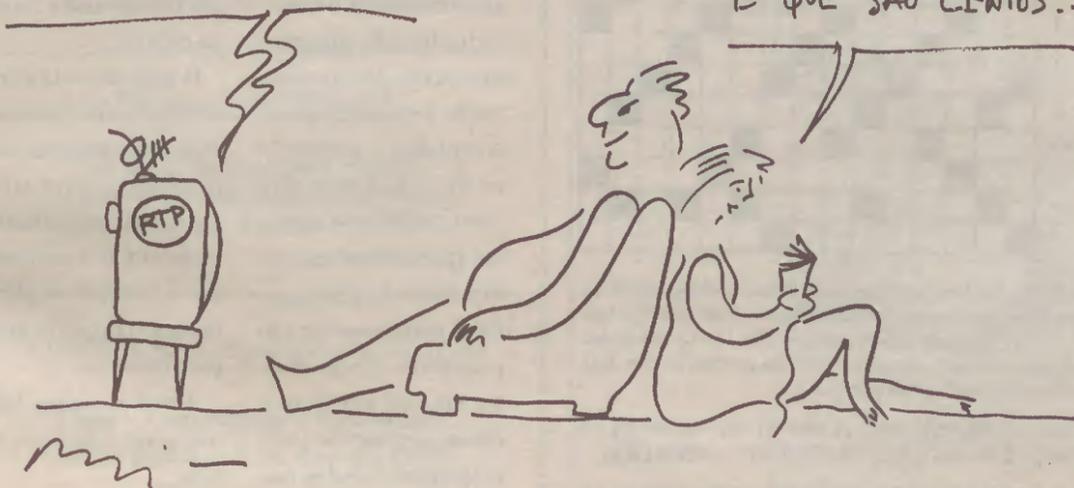
Meu nome? Eu estive no Largo do Carmo estive lá e é esse o meu nome.

Cartoon

• Monginho

"EU ACREDITO QUE O BAIXO ALENTEJO É, HOJE, UMA TERRA DE OPORTUNIDADES" AFIRMOU O PRESIDENTE DA REPÚBLICA...

SÓ AGORA SAMPAIO? AINDA DIZEM QUE OS ALENTEJANOS É QUE SÃO LENTOS...!!!



Religiões

• Jorge Messias

No seu termo, considera-se no ponto 12) do comunicado final dos especialistas em Direito Canónico: «Por fim, os participantes congratulam-se com a Lei da Liberdade Religiosa que veio definir os contornos jurídicos das confissões religiosas em Portugal. **Lei essa que não se aplica à Igreja Católica, em virtude da existência de uma Concordata.**» Chama-se a isto «fechar com chave de ouro». É que o regozijo dos clérigos justifica-se plenamente. A Lei da Liberdade Religiosa, que «passou» facilmente perante a geral passividade provinciana das instituições e do parlamento representa, de facto, a consagração do poderio político da igreja portuguesa. A nova lei legítima, na íntegra, a velha Concordata de 1940. Distribui pequenas esmolas que acabam por cavar um fosso ainda maior entre a instituição católica e as outras confissões religiosas. Faz passar ao direito comum cláusulas que o próprio fascismo deixara acantonadas na Concordata. Sob muitos aspectos, a Lei da Liberdade Religiosa vem tornar a concordata quase que desnecessária. Mas o

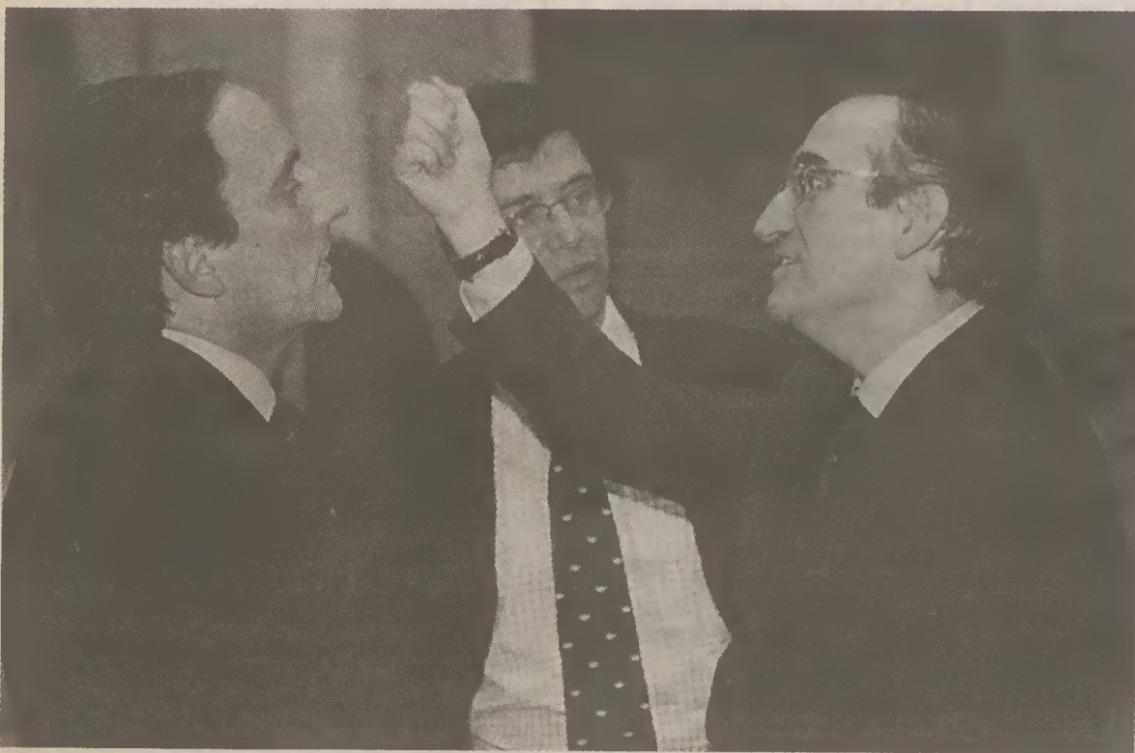
Os voos rasantes (VI)

velho acordo permanece sempre presente e, sempre, em vigor. Uma referência, um marco histórico, uma segurança, e a gritante confirmação de que a igreja não se democratiza nem é sensível aos ventos da História.

Atravessamos uma fase propícia aos voos rasteiros que a igreja católica frequentemente desfere. Sem chamar inoportunas atenções, reforça o seu bloco económico, afirma-se como elo de ligação entre as forças políticas no poder, partilha esse poder através da presença de ministros seus no governo, exige com êxito a atribuição do poder de decisão em sectores-chave da sociedade - como acontece já na educação, na saúde, na segurança social, na comunicação, na família e na cultura. Em contrapartida, presta-se a dar a sua bênção à cobertura moral do avanço capitalista que destrói a RTP para moralizar costumes; que encerra as escolas públicas para facilitar as

vias de instalação do ensino católico; que reduz a nada a prestação do rendimento mínimo, em nome do saneamento moral da sociedade; que, mal atinge as rédeas da governação, é seu primeiro cuidado extinguir as onerações das mais-valias da especulação financeira, invocando a defesa da *ética de mercado*; que esmaga a economia dos trabalhadores, em benefício do grande capital, com limitações ao crédito e onerações imediatas do IVA, sob pretexto de tratar-se de exigências impostas pelo seu projecto *solidário e patriótico de salvação nacional*; que inviabiliza os frágeis instrumentos de apoio à juventude e à família, cortando cerce nas facilidades de aquisição da habitação, mas mantendo a ficção de alimentar *comportamentos éticos e cristãos*.

Tudo isto, em nome da instalação de uma **Nova Ordem Social** contraditória, a que a igreja chama Nova Evangelização e o capitalismo tecnocrata, numa linguagem mais seca, refere como **globalização de mercados** ou **mercado único**. Tudo em nome da *ética cristã* e dos seus valores. Tudo minuciosamente planeado entre bispos e banqueiros. Ainda há poucos dias, o dr. Bagão Félix, o novo ministro do Trabalho e Segurança Social recém-chegado ao governo pela via do tentacular grupo financeiro do BCP e do não menos espectacular império da Comissão Nacional *Justiça e Paz*, defendia num jornal de grande circulação as mudanças nas leis do trabalho, que conduzem ao desemprego; as alterações e a flexibilização dos horários, verdadeiro convite ao aumento da exploração dos trabalhadores; a reforma do sistema de Segurança Social, dividindo-o entre público e privado, descapitalizando o sector público e oferecendo principescos lucros à banca e às seguradoras; a transferência das deveres do Estado, na assistência à invalidez, a favor das IPSS e das Misericórdias largamente controladas pela igreja católica. A entrevista foi extensa e as outras respostas vieram na mesma linha de política social. Defendeu a penalização da «mulher que faz um aborto». Deviam, disse o ministro, «expiar a sua própria dificuldade moral trabalhando... em instituições de solidariedade social. A título pedagógico, não a título de castigo... Defendo a penalização porque a lei é dissuasora e é um aviso da consciência moral!». Palavras do Santo Ofício.

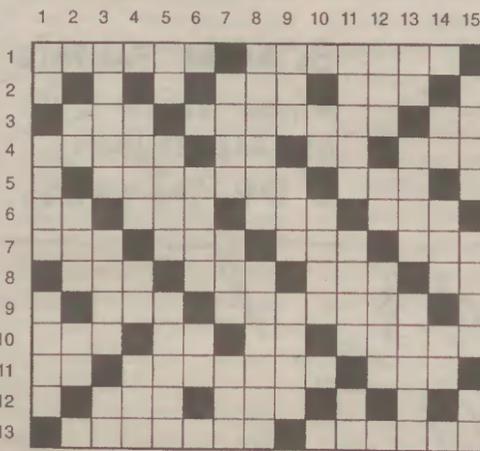


Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Arma usada pelos arqueiros (pl.); pedaço grande. 2 - Espécie de albufeira; elogio. 3 - Espécie de sapo da região do Amazonas; o m. q. assoalhar; aqueles. 4 - Coral azul; depois de Cristo; atmosfera; interj. que imita o som produzido pela explosão de um tiro. 5 - Amara em extremo; altar cristão. 6 - Nona letra do alfabeto (pl.); grito; unidade de trabalho em todas as suas formas; fúria. 7 - Contr. da prep. a com o art. def. o (pl.); nome da letra L; declama; camareira. 8 - Faz-se ouvir; partícula que, no antigo dialecto do Norte de França, significava sim; abecedário; partícula afirmativa do dialecto provençal. 9 - Fileira; encher completamente. 10 - Rio da Suíça que banha a cidade de Berna; bismuto (s.q.); cloro (s.q.); árvore leguminosa cesalpinácea. 11 - Molibdénio (s.q.); fazenda de seda grossa e amarela, procedente de Xangai; emprega-se para excitar ou animar (interj.). 12 - Ponto cardeal oposto ao Norte; órgão excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina. 13 - Invenção; pessoa ou designativo da pessoa estrábica.

VERTICAIS: 1 - Abade (abrev.); acidez do estômago; mulher nobre. 2 - Antes de Cristo (abrev.); sinal radiotelegráfico internacional para pedir socorro; contr. da prep. a com o art. def. o. 3 - A parte superior do dente; ecoar; senhor (abrev.). 4 - Língua moderna da Índia, mesclada de estrangeirismos árabes e persas; outra coisa; agente da polícia (gir.). 5 - Abrev. de aná em receitas médicas; pequeno barco de recreio ou de formas finas e adelgadas; causa temor (fig.). 6 - Qualquer objecto com forma cilíndrica; índio (s.p.). 7 - Grupo de pessoas em círculo; aqui está; galha de uma espécie de carvalho. 8 - Trem de aluguer; criado que acompanha o amo, usando ou não libré. 9 - Antiga porcelana do Oriente; argola; voz imitativa do sino, do choque de moedas, etc. 10 - Nome da 6.ª, 7.ª e 26.ª letras do alfabeto árabe; medida. 11 - Levantara; des-tampo; nociva. 12 - Coloração da face; sorri; calha. 13 - Palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; invólucro de um produto; aversão (fig.). 14 - Designa alternativa; escudeiro; caminhava. 15 - Estimativa; pedaço de madeira para o lume; contr. da prep. de com o art. def. a.

HORIZONTAIS: 1 - Archas; laticaz. 2 - Riaz; loa. 3 - Aru; soalhar; os. 4 - Acort; DC; art. lum. 5 - Adorara; ara. 6 - Is; ul; erg; ira. 7 - Aoss; efg; org; ala. 8 - Soa; oit; abec; oc. 9 - Al; satum. 10 - Arr; B; Cl; olata. 11 - Mo; xangai; cia. 12 - Sul; tm. 13 - Crãgã; zanaga. 9 - Ard; aro; um. 10 - Hd; gran. 11 - Hd; gran. 12 - Cor; r; cale. 13 - Cor; r; cale. 14 - Ur; at; xui. 15 - Ab; azay; dama. 2 - AC; SOS; ao. 3 - Cora; soar; sr. 4 - Ur; at; xui. 5 - Aa; tole; abala. 6 - Rolo; in. 7 - Roda; eis; gra. 8 - Fiare; lacato. 9 - Aa; tole; abala. 10 - Hd; gran. 11 - Hd; gran. 12 - Cor; r; cale. 13 - Cor; r; cale. 14 - Ur; at; xui. 15 - Ab; azay; dama. 2 - AC; SOS; ao. 3 - Cora; soar; sr. 4 - Ur; at; xui. 5 - Aa; tole; abala. 6 - Rolo; in. 7 - Roda; eis; gra. 8 - Fiare; lacato.



Pontos Cardeais

Bola I

Curiosamente, alguns comentadores mais ou menos encartados dos órgãos de comunicação social portugueses afirmaram, cruamente, que a derrota prematura da selecção portuguesa no Mundial de Futebol ia ser «prejudicial» para a política doméstica, levando as pessoas a virarem-se «cedo de mais» para os seus problemas de quotidiano (o que, obviamente, inclui protestos de todos os matizes), chegando mesmo ao desprante não apenas de «disfarçar» esse interesse dos cidadãos pelas coisas da vida com a alegada «frustração» pelos maus resultados futebolísticos da selecção mas, até, de afirmarem preto no branco que a boa prestação da selecção «aliviará tensões» e faria «esquecer dificuldades» concretas e urgentes.

Como se vê - confirmado pelos próprios órgãos de comunicação social - toda esta cobertura desmesurada, contínua e transbordante do Mundial de Futebol (com todos os órgãos de comunicação social com importância nacional a fazerem deslocar jornalistas ao Extremo Oriente para a devida cobertura) é e foi tudo... menos inocente.

Bola II

Entretanto - e também ao contrário do que é normal - a generalidade dos mesmos comentadores não se refugiou em tergiversações a desculpar o descalabro ou a encontrar os velhos bodes expiatórios que amenizassem o desconforto: tirando algumas excepções alucinadas, todos aceitaram como adequadas e correctas as decisões tomadas contra a selecção nacional (particularmente as expulsões de dois jogadores portugueses) e não pouparam críticas mais ou menos acerbas a suas responsabilidades nos

acontecimentos, a saber: a Federação Portuguesa de Futebol, a direcção técnica da selecção e, obviamente, os próprios jogadores.

Também curiosamente, a generalidade da população - ao mesmo tempo que rapidamente se voltou para as amarguras do quotidiano - também alinou por este estado de espírito crítico e objectivo, exceptuando, é claro, as minorias alucinadas que lá correram aos aeroportos para urrar protestos com o mesmo despudor com que embandeirariam em arco se os resultados tivessem sido positivos.

Apesar da autêntica lavagem ao cérebro em que as coberturas noticiosas do Mundial se converteram, a manipulação não conseguiu pôr o país completamente tontinho da bola...

A lucidez imperou, como se viu pela facilidade com que a tal «frustração» foi ultrapassada e os problemas concretos e objectivos reganharam o seu devido lugar.

Bola III

É evidente que, com isto, não estamos a retirar ao futebol a sua mágica excitação social, com profundas e ancestrais raízes em todas as sociedades humanas, nomeadamente as que simbolicamente mergulham o homem nas suas próprias origens de caçadores-recolectores, sendo a excitação pela competição futebolística (ainda por cima com a carga de um campeonato mundial) uma catarse bastante óbvia e interessante dos impulsos primevos da luta e da caça.

O que não está certo (e não é, obviamente, inocente) é explorar esse interesse social até à obsessão, procurando transformar a competição de futebol no alfa e ómega das preocupações humanas.

Afinal de contas, tudo não passa de jogo da bola...

Assembleias e Plenários

Almada

Assembleia da organização da freguesia de Sobreda – Domingo, 30, 15h, na Comissão de Moradores de Vale Figueira.

Barreiro

Plenário concelhio de militantes para discussão das Conclusões da Conferência Nacional – Quinta-feira, 27, às 21h, no auditório do CT concelhio, com José Caetano

*Faz amigos a bordo
da fragata «Alcatejo»*

Campanha pró-Centro de Trabalho de Alcochete

Passeio a bordo – Dia 29 de Junho
Saída da Ponte-Cais às 9h
com destino às Festas de S. Pedro
e ao almoço no Seixal
e regresso a Alcochete cerca das 16h

Inscrições: tels. 918885014 – 962473599 – 212340344 (CT)

*

Sector de Transportes da ORL

Jantar-convívio dos participantes

na Viagem a Cuba 2002

Dia 28 de Junho – 20h

Voz do Operário

Com a presença de

Manuela Bernardino

e de **Reinaldo Calviac**,

Embaixador de Cuba

(Inscrições até 26/VI: CT Vitória/Sector Transportes
Tel. 21330700)

festa
do **Avante!**
2002

Em Julho:

Torneio de Futebol de Salão em Santa Iria de Azóia

(Ringue da Escola dos Lápis)

Inscrições até 30 de Junho

no CT do PCP (219590010)

e na Papelaria Matriochka (219561005)

Actividades da CDU



Na Amadora

Reunião de eleitos CDU

no Concelho da Amadora:

segunda-feira, 24, às 19h, no CT do PCP

Em Alcabideche

Visita dos eleitos CDU ao **Bairro Social de Alcoitão**:
sábado, 22, a partir das 10h (junto à entrada do Pavilhão)

Em Pinhal da Câmara

Almoço-convívio da CDU: dia 23

(Inscrições: Sede (tel. 262782744), J. Amador (966617797),

J. Correia (936027598), J. Abrantes (968036245))

Excursão a Baleizão

com visita à Barragem do Alqueva
e Aldeia da Luz

promovida pela Comissão de Freguesia de Queluz

Domingo, 30 de Junho

(Inscrições: CT Cacém – tel. 219142336)

Viagem ao Brasil

5 a 13 de Outubro 2002

promovida pela Com. Concelhia de Almada

(Informações: cam. Cabrita – 212752777)

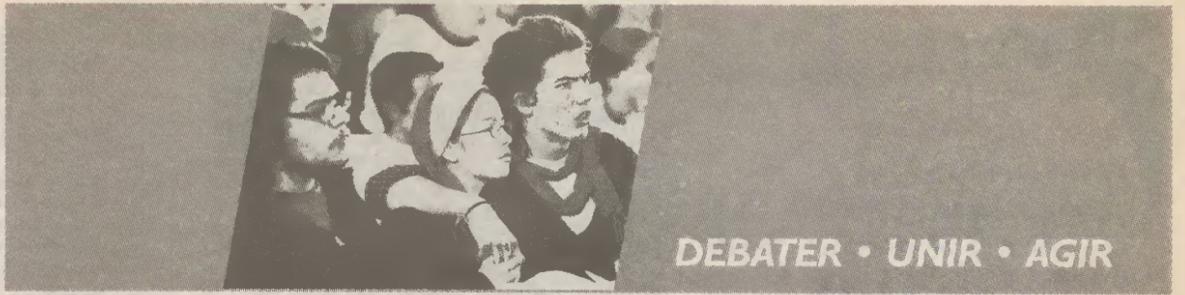
Viagem às Capitais Nórdicas

Oslo – Copenhaga – Estocolmo

28 de Julho a 5 de Agosto 2002

promovida pela DORS

(informações: cam. Adelaide – 265521180)



Conferência Nacional

o novo quadro político e tarefas para o reforço
da intervenção e influência do Partido

22 Junho 2002

Pavilhão do Alto do Moinho – Corroios, Seixal
(perto da Quinta da Atalaia)

Como chegar à Conferência?

Quem, no sábado, quiser chegar ao pavilhão do Alto do Moinho, Corroios, Seixal, onde se realiza a Conferência Nacional do PCP, tem várias opções. A organização deixa, entretanto, algumas indicações e sugestões que podem revelar-se úteis e evitar enganos e atrasos.

Os residentes na zona de Lisboa podem optar com vantagem pelo comboio até Corroios. Da estação até à Conferência são cerca de mil metros e o tempo de viagem no comboio é de apenas 19 minutos, com embarque em Entrecampos aos minutos 11, 26, 41 e 56 de cada hora. À tarde, as partidas de Corroios para Lisboa são apenas aos minutos 12 e 42.

Dadas as obras em curso na ponte 25 de Abril e o facto de

estarmos em época balnear, a **Ponte Vasco da Gama é a melhor alternativa** para aqueles que se deslocam de automóvel pela A1 ou A8 ou partam das zonas de **Loures e Vila Franca de Xira**.

Quem vier pela ponte 25 de Abril deve sair na direcção de Almada, seguir à direita na rotunda para a Cova da Piedade e, de novo à direita, na EN 10, até Corroios, onde existe sinalização para o Alto do Moinho.

Da ponte Vasco da Gama, o percurso é feito pelo IC 13 (indicação Montijo/Barreiro), até à A2, onde deve entrar na A2 em direcção a Almada/Lisboa, saindo para o Seixal e continuando em frente na EN 10 até Corroios. Esta é igualmente a saída para quem venha do sul pela A2.

Já em Corroios, na primeira rotunda e seguintes, procurar a indicação para Alto do Moinho. Após a passagem do túnel sob a via férrea e a auto-estrada, deve-se virar à direita em nova rotunda para Alto do Moinho e, ao cimo, virar à esquerda na indicação Pavilhão municipal.

O estacionamento pode ser feito no local assinalado (com P) no mapa de pormenor que publicamos.

Transportes do Porto e de Setúbal para a Conferência

No Porto foi organizado o transporte colectivo em camioneta para a Conferência, com saída de **Penafiel** (Estádio 25 de Abril) sábado às 5h30m, paragem no **Porto** (Centro de Trabalho da Boavista) às 6h e partida para Corroios às 6h15m.

Os horários serão estritamente respeitados.

Inscrições no Centro de Trabalho da Boavista – tel. 226095651.

Preço: €10.

Também de **Setúbal** (Centro de Trabalho – Edifício Arrábida) partirá às 9h30 um autocarro para o local da Conferência, com regresso previsto para as 21h.

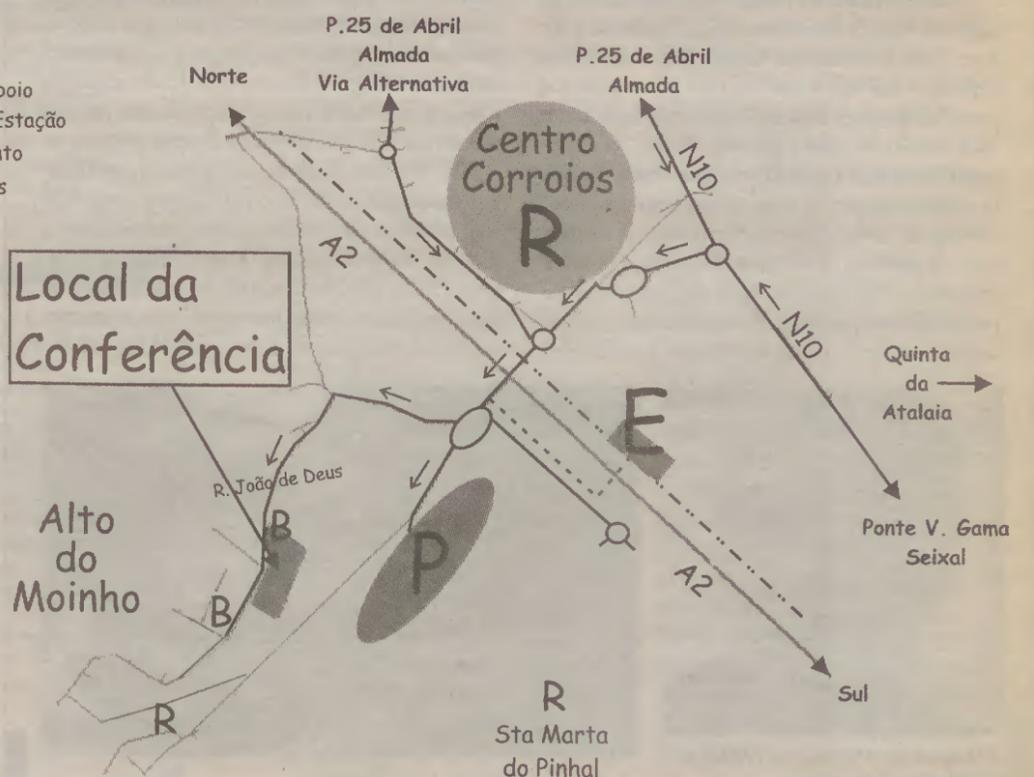
Inscrições no Centro de Trabalho de Setúbal – tel. 265522273.

Preço: €5.



Legenda

- B - Snack-bar
- E - Estação comboio
- Saída da Estação
- P - Estacionamento
- R - Restaurantes



ATVer

Roger Moore, em O Homem da Pistola Dourada, é o 007 de serviço

O Fio do Horizonte

Co-produção luso-francesa, O Fio do Horizonte é um filme de Fernando Lopes que adapta ao cinema (em 1993) um interessante romance de António Tabuchi...

007, o Homem da Pistola Dourada

Este exemplar da «fase Roger Moore» da longa série do agente secreto 007 (o tal que tem ordem para matar ao serviço de sua majestade britânica...) é dos mais exibidos na televisão portuguesa...



Sob Suspeita é um filme de actores, neste caso Morgan Freeman e Gene Hackman

e todos com um sorriso nos lábios, como de costume, e mais umas ilhas exóticas servem de pano de fundo para as acrobacias e aventuras do herói...

Beijos que Matam

Este thriller de suspense recomenda-se, sobretudo, por ter no principal papel esse grande actor que é Morgan Freeman, que passou a estar particularmente talhado para estes papéis de detective culto e cerebral desde o seu sucesso em Seven...

Sob Suspeita

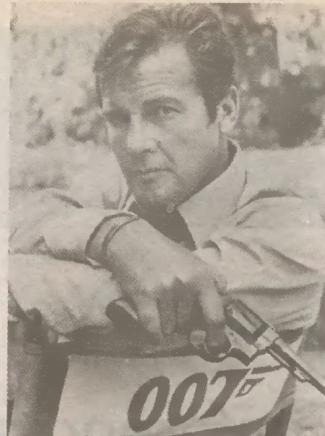
Sob Suspeita é o remake norte-americano de um filme francês de sucesso do início dos anos 80: Sem Culpa Formada, de Claude Miller, com Lino Ventura e Michel Serrault...



Rebecca de Mornay em Nunca Fales com Estranhos



Catherine Deneuve em Tristana



que opõe um influente advogado (Hackman) e um astuto capitão da polícia (Freeman).

Tristana

Tristana, Amor perverso é uma das obras-primas do mestre Luis Buñuel que, aos 70 anos de idade e quase em fim de carreira, ainda foi capaz de chocar, 30 anos atrás, muito boa gente com esta demencial e cruel história de amor...

Nunca Fales com Estranhos

Trata-se de um interessante e, de certo modo, surpreendente filme de mistério e suspense sobre as relações de uma psiquiatra ao serviço da polícia...

Perfume de Mulher

Perfume de Mulher é uma das melhores realizações do cineasta italiano Dino Risì, que em 1974 adaptava com grande elegância e eficácia este romance de Giovanni Arpino...

Quinta, 20

- VRTP1 07.00 Bom Dia Portugal 10.00 Praça da Alegria 13.00 Jornal da Tarde...

VRTP2

- 07.00 Espaço Infantil 11.00 Euronews 13.00 Mesa à Portuguesa 13.30 Sinais do Tempo...

Sexta, 21

- VRTP1 07.00 Bom Dia Portugal 10.00 Praça da Alegria 13.00 Jornal da Tarde...

VRTP2

- 07.00 Espaço Infantil 11.00 Euronews 13.00 Retratos -- Os Rockefeller- (3)...

Sábado, 22

- VRTP1 07.00 Infantil/Juvenil 11.30 Planeta Azul 13.00 Jornal da Tarde...

VRTP2

- 07.00 Euronews 09.00 Universidade Aberta 12.00 Iniciativa 14.00 Parlamento...

VSIC

- 08.00 Sic a Abrir 12.00 O Nosso Mundo 13.00 Primeiro Jornal 13.45 Catarina.com...



Luisa Sabatella, intérprete de "O Clone"

- 20.30 No Centro e Arredores 21.00 Dharma e Greg 21.30 Acontece 22.00 Jornal 2...

- do Sol 21.10 Dharma e Greg 21.30 Acontece 22.00 Jornal 2 23.00 Timothy Leary...

VSIC

- 08.00 Buêrére 11.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 As Duas por Três...

VSIC

- 08.00 Buêrére 11.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 As Duas por Três...

VTVI

- 08.15 Animação Infantil 09.45 As Manhãs da TVI 13.00 TVI Jornal 14.00 Diário da Academia...

VTVI

- 08.15 Animação Infantil 09.45 As Manhãs da TVI 13.00 TVI Jornal 14.00 Diário da Academia...

Domingo, 23

- VRTP1 07.00 Infantil/Juvenil 11.30 Planeta Azul 13.00 Jornal da Tarde...

VRTP2

- 07.00 Euronews 09.00 Programa Religioso 11.30 Horizontes da Memória...

VSIC

- 06.45 SIC a Abrir 12.00 BBC - Vida Selvagem 13.00 Primeiro Jornal 14.00 Aventura em Férias...



Julie Sargeant e Rui Luís Brás, "vilões" da telenovela à portuguesa

VTVI

- 08.45 Animação 09.30 Animais do Mundo 11.00 Sonhos Traídos 12.00 Lux...



Mário Lanza, o tenor que o cinema popularizou: no "Artes e Letras" deste domingo

VTVI

- 08.15 Animação Infantil 09.15 Aventura na Máquina do Tempo (Filme) 11.00 Cerimónias Religiosas...

Segunda, 24

- VRTP1 07.00 Bom Dia Portugal 10.00 Praça da Alegria 13.00 Jornal da Tarde...

VRTP2

- 07.00 Espaço Infantil 11.00 Euronews 13.00 O Homem e a Cidade 13.30 O Lugar da História...

VSIC

- 08.00 Buêrére 11.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 As Duas por Três...

Terça, 25

- VRTP1 07.00 Bom Dia Portugal 10.00 Praça da Alegria 12.00 Mundial 2002...

VRTP2

- 07.00 Espaço Infantil 11.00 Euronews 13.00 A Mesa à Portuguesa 13.30 2010 14.30 Euronews...

VSIC

- 08.00 Buêrére 11.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 As Duas por Três...



António Fonseca, especialista de competência reconhecida, do Rendimento Mínimo Garantido...

VSIC

- 08.00 Buêrére 11.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 As Duas por Três...

VTVI

- 08.15 Animação Infantil 09.45 As Manhãs da TVI 13.00 TVI Jornal 14.00 Diário da Academia...

Quarta, 26

- VRTP1 07.00 Bom Dia Portugal 10.00 Praça da Alegria 12.00 Mundial 2002...

VRTP2

- 07.00 Espaço Infantil 11.00 Euronews 13.00 O Homem e a Cidade 13.30 Por Outro Lado...

VSIC

- 08.00 Buêrére 11.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 As Duas por Três...



António Fonseca, especialista de competência reconhecida, do Rendimento Mínimo Garantido...

VSIC

- 08.00 Buêrére 11.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 As Duas por Três...

VTVI

- 08.15 Animação Infantil 09.45 As Manhãs da TVI 13.00 TVI Jornal 14.00 Diário da Academia...

TVisto Correia da Fonseca Quase requiem pelo RMG

O «70x7» é o tal programa do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais da Igreja Católica que já aqui referi, creio que por mais de uma vez, e que nunca me arrependi de ver, bem pelo contrário...

«um insulto à pobreza» (por lesarem o Estado que é também dos pobres, ora essa!) por serem um estímulo ao ócio (pois não se vivia tão bem com aquele dinheiro?)...

Pois no «70x7» do passado domingo foi abordado um tema que, precisamente, me devia preocupar todos os cristãos tal como preocupava todos os portugueses: a pobreza e a exclusão social no nosso País...

Estava, pois, este tema em debate no «Parlamento» (de onde, curiosamente, estava ausente qualquer deputado do PCP, partido cada vez mais ausente em debates cujos temas têm ingenuamente depoimentos do eng. Bruto da Costa e do dr. Eugénio Fonseca e, sem querer minimizar outros momentos do programa, quero registar aqui a fundamentada defesa pelo eng. Bruto da Costa, especialista de competência reconhecida...

defesa pelo eng. Bruto da Costa, especialista de competência reconhecida, do Rendimento Mínimo Garantido que o Governo apressadamente reformulou e rebaptizou, como se essa fosse a tarefa mais urgente que se lhe deparava. Aplicou-se o eng. Bruto da Costa a desmontar alguns dos equívocos disparados contra o RMG pelos que nunca perdoaram ao Estado a assumpção, mesmo mínima, de alguma responsabilidade pela sobrevivência de segmentos da população condenados à miséria extrema, pelo funcionamento natural deste «Estado democrático»...

Por falar em fraudes Em «Parlamento» puderam ser reouvados na sua pureza original os mais significativos argumentos da Direita contra o falecido RMG: a existência de fraudes que eram

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Censura

Segundo um despacho assinado pelo ministro da Defesa, Paulo Portas, o gabinete deste ministro «deverá ser, previamente, informado sobre as solicitações feitas pelos órgãos de comunicação social aos serviços de Relações Públicas do Ministério, do EMGFA e dos ramos».

Segundo o *Diário de Notícias*, esta «orientação» foi comunicada ao CEFGFA, ao próprio secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, aos três chefes de Estado-Maior dos três ramos das FA, ao secretário-geral do Ministério, aos directores gerais ou equiparados, ao inspector-geral da Defesa, ao director do Instituto da Defesa Nacional, ao director da Polícia Judiciária Militar, ao director do SIEDM e ainda ao presidente do Conselho de Administração da EMPORDEF, bem como aos presidentes dos Conselhos de Administração das empresas que fazem parte desta holding. Saliente-se que, em algumas das empresas aqui referidas, o Estado já cedeu a privados estrangeiros a maioria do capital (pelo que não se percebe como é que o ministro da Defesa se arroga o direito de lhes dar «orientações» em matéria de comunicação) e advirta-se que explicitamos tão fastidiosamente todos os organismos dependentes do ministro, para os quais ele enviou a sua «orientação», porque queremos deixar claro como Paulo Portas foi minucioso e completo neste esforço de «controlo comunicacional» em todos os serviços dependentes do Ministério da Defesa, mesmo naqueles onde nunca se viu ou ouviu qualquer comentário público dos seus responsáveis sobre os serviços que tutelam, como é por exemplo o caso da Polícia Judiciária Militar ou o de qualquer director-geral ou equiparado que trabalhe sob a alçada do Ministério da Defesa.

É claro que o próprio despacho do ministro dá uma explicação para esta nova obrigatoriedade de qualquer pedido de informação, por parte de órgãos de comunicação social, dever ser previamente comunicado ao gabinete ministerial, para que este decida o que fazer. Esclarece o despacho, a este respeito, que «o Ministério da Defesa Nacional e as Forças Armadas deverão falar a uma só voz, o que implica informação e coordenação entre os diversos serviços».

Lindas palavras.

O *Diário de Notícias*, aliás, faz a sua tradução num título bastante sugestivo, que afirma simplesmente: **Portas impõe «lei da rolha».**

Na verdade, o que se esconde por trás desta «uma só voz» em que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas «deverão falar» é uma inequívoca censura, determinada e imposta por Paulo Portas no Ministério da Defesa, o que pelos vistos demonstra que o actual titular desta pasta nada aprendeu com a história do próprio fascismo.

Recorde-se, para benefício do ministro, como o fascismo procurou infrutiferamente controlar e amordaçar as Forças Armadas, sobretudo durante os longos anos da guerra colonial, utilizando para isso a censura que vigorava em todos os sectores da vida nacional ou mesmo recorrendo às tentativas de infiltração da PIDE dentro da instituição.

Os resultados são bem conhecidos: numa madrugada de Abril, os militares saíram à rua e abriram o caminho ao derrube do regime, sem que a férrea censura imposta às Forças Armadas e ao País conseguisse impedir tanto a organização do golpe como a sua execução... É claro que não estamos em maré de golpes militares.

Mas, segundo Paulo Portas, regressámos ao tempo da censura.

No próximo dia 26, em defesa do ensino recorrente

Professores em vigília de protesto

Está marcada para o próximo dia 26, quarta-feira, uma vigília de protesto junto ao Ministério da Educação. É mais uma acção de professores e alunos em resposta à decisão da tutela de encerrar cursos nocturnos.

Com início às 21 horas, esta vigília surge na sequência de um plenário no passado dia 11 que reuniu escolas da área de Lisboa atingidas por esta nova orientação ministerial.

Aprovada, por unanimidade, na ocasião, foi uma moção onde os professores presentes exigem a

«suspensão imediata das medidas anunciadas» pelo Governo e a adopção simultânea de novos procedimentos, para o próximo ano lectivo, que visem solucionar a actual situação de abandono e

insucesso. Num processo, observam, que deve ser conduzido com base na avalia-

ção do modelo, envolvendo as escolas e as organizações sindicais.

A institucionalização de modelos mais adaptados aos públicos que procuram o ensino recorrente, no sentido de uma rápida inversão dos baixos índices de escolaridade, constitui outro plano de acção que os professores desejam ver incrementado, do mesmo modo que querem ver garantido o respeito pelo seu direito à estabilidade profissional.

Realçada no texto aprovado pelos professores das 34 escolas onde o Ministério da Educação pretende encerrar os cursos nocturno é ainda a sua recusa de qualquer tentativa de privatização desta modalidade de ensino, designadamente por via da diminuição da oferta nas escolas públicas.

A par da vigília, que conta com o apoio do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e da FENPROF, estão a ser desenvolvidas acções de sensibilização de todas as estruturas das comunidades educativas no sentido de travar as intenções do Governo. Está neste caso, por exemplo, o apelo aos órgãos de gestão das escolas sujeitas a encerramento para que procedam à pré-inscrição dos alunos no ensino recorrente.

Para as organizações sindicais, que há vários anos vêm chamando a atenção das equipas ministeriais para a realidade do ensino recorrente, resulta claro que a organização curricular e pedagógica num único modelo de ensino por unidades capitalizáveis constitui a principal causa de insucesso do sistema.

Por isso, aconselhados pela própria experiência, consideram que a anterior organização curricular dos cursos nocturnos, próxima da do ensino regular, satis-

faz mais as necessidades de um grupo de alunos que, «por características próprias ou por menos autonomia para desenvolver um trabalho individualizado, tem mais dificuldades em progredir nas aprendizagens na actual modalidade por unidades capitalizáveis».



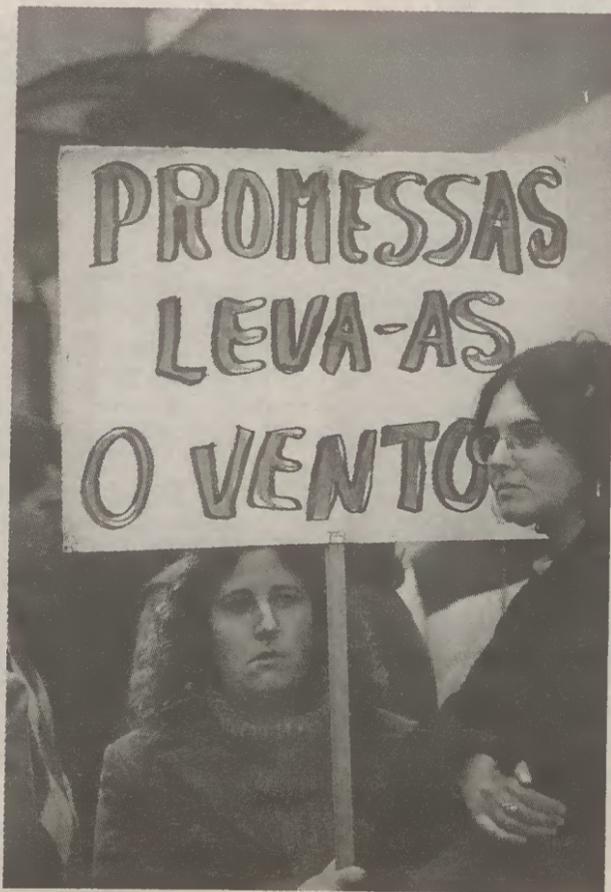
Esclarecimento do Gabinete de Imprensa do PCP

Tendo em conta que, em vésperas da Conferência Nacional do PCP, se sucedem as notícias em alguns órgãos de comunicação social sobre alegadas «exclusões» ou «afastamentos» de membros do PCP de delegados à Conferência, importa esclarecer:

1. Até ao momento, não se conhece nenhuma reclamação nem existe nenhuma notícia na imprensa sobre eleições de delegados à Conferência Nacional do PCP em que não tivesse sido plenamente garantida quer a liberdade de apresentação de candidaturas, quer a liberdade de determinar a forma da sua votação, quer a liberdade de voto face às candidaturas propostas.

2. Assim sendo, é completamente absurdo considerar e qualificar como «exclusões» ou «afastamentos» o que é uma decorrência normal e natural de um processo democrático de eleição de delegados em que, por cada delegado eleito, há inevitavelmente 149 membros do PCP que não são eleitos, sem que por isso se considerem excluídos.

3. Nestes termos, não se pode deixar de considerar que algo não está bem em termos de isenção e rigor quando, em caso de eleição, se refere isso mesmo sem nenhuma observação crítica e quando, em caso de não eleição, já se fala de «exclusão» ou «afastamento».



Encontro de Partidos em Sevilha

Em 14 e 15 de Junho realizou-se em Sevilha, a convite da Esquerda Unida, um encontro de partidos comunistas e outros partidos de esquerda em que se procedeu a uma útil troca de opiniões acerca do actual processo de integração europeia, a situação internacional e a cooperação das forças de esquerda anticapitalistas. Nele participaram o PDS (Alemanha), o PC Áustria, o PC da Bélgica, o AKEL (Chipre), o PC Francês, o PC e o Synaspismos da Grécia, o P. Refundação Comunista e o PdCI (Itália), a Esquerda Democrática do Luxemburgo, o PSE da Noruega, o PCP, o P. de Esquerda da Suécia e o P. Suíço do Trabalho.

O PCP esteve representado por Albano Nunes, membro do Secretariado.

Os partidos representados participaram num acto

público em que, entre outros, usou da palavra Gaspar Llamazares, coordenador geral da Esquerda Unida e efectuaram uma visita de solidariedade à Universidade de Sevilha onde cerca de 600 imigrantes reclamam a legalização da sua situação. Debruçando-se sobre a Cimeira da União Europeia, que se realizará em Sevilha, em 21 e 22 de Junho, o encontro expressou a mais viva oposição aos projectos que, na linha da construção de uma «Europa fortaleza», constituem um violento ataque ao direito de asilo e aos legítimos direitos dos imigrantes.

Condenando as políticas neoliberais que atingem duramente os interesses e direitos dos trabalhadores, o encontro expressou o seu apoio à Greve Geral marcada para 20 de Junho em Espanha.

Avante!

Assinaturas

Continuam a chegar à Redacção, à Administração e aos serviços de distribuição do nosso jornal, reparos e protestos pelo atraso verificado na recepção do *Avante!* por alguns assinantes. Informamos os leitores que os serviços de distribuição de assinaturas prosseguem no esforço para corrigir as situações que se têm verificado e esperam que em breve deixem de ocorrer atrasos.

